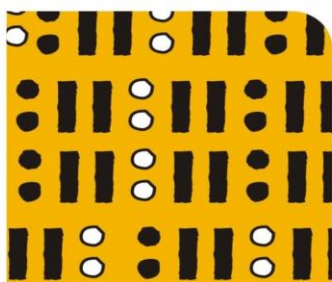
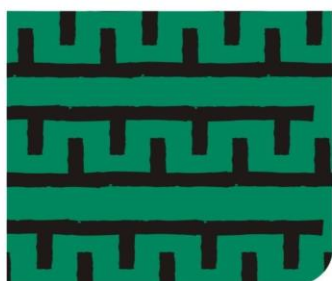




Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Coordenação do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica
Campus Universitário - Trindade CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC
Telefone (048) 3721-4879
licenciaturaindigena@cfh.ufsc.br



GUARANI
KAINGÁNG
XOKLENG

Licenciatura Intercultural Indígena
do Sul da Mata Atlântica

2014

SUMÁRIO

PPP -Projeto Político Pedagógico do Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng –
..... 03

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO..... 96

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA..... 102

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS – AACCs OFERTADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E/OU OUTROS EVENTOS EXTERNOS AO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA..... 107

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História

Projeto Político Pedagógico do
Curso Licenciaturas dos
Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica
– Guarani, Kaingáng e Xokleng –

FLORIANÓPOLIS/SC

2009

COMISSÃO ELABORADORA

Portaria 223/GR/2007

Portaria 660/GR/2007

Portaria 275/GR/2008

Portaria 976/GR/2008

Portaria 678/GR/2009

Coordenação Geral

Prof^ª Dr^ª Ana Lúcia Vulfe Nötzold/UFSC

Coordenação Guarani

José Benites

Coordenação Kaingáng

Getúlio Narsizo Tojã

Coordenação Xokleng

Nanblá Gakran

Organizadores

Ana Lúcia Vulfe Nötzold/UFSC

Antonella Maria Imperatriz Tassinari/UFSC

Cátia Weber/Mover-UFSC

Clovis Antonio Brighenti/UFSC e CIMI

Helena Alpini Rosa/SED

Ismenia de Fátima Vieira/SED

Maria Dorothea Post Darella/UFSC

Osmarina de Oliveira/CIMI

Silvia Maria de Oliveira/CAPI

Colaboradores

Aldo Litaiff/UFSC

Clarissa Rocha de Melo

Clarisse Post Darella

Flávia Cristina de Mello/UESC

Gláucia de Oliveira Assis/UEDESC

Jean Carlos de Andrade Medeiros

João Francisco Kleba Lisboa/UFSC

Juliana de Paula Batista/UFSC

Lúcio Roberto Schwingel/COMIN

Orivaldo Nunes Júnior/CTI

Teresa Domitila Fossari/UFSC

Thais Luzia Colaço/UFSC

SUMÁRIO

1 DENOMINAÇÃO DO CURSO, EIXO NORTEADOR, TERMINALIDADES E DADOS GERAIS	04
2 APRESENTAÇÃO – HISTÓRICO	05
3 CONTEXTUALIZAÇÃO	09
4 OBJETIVOS	13
4.1. Objetivo Geral	13
4.2. Objetivo Específico	13
5 JUSTIFICATIVA	14
5.1. Demandas	16
6 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	18
7 PERFIL DO GRADUANDO	27
8 PERFIL DO GRADUADO	27
9 ATUAÇÃO DE TRABALHO	28
10 PERFIL DO PROFESSOR FORMADOR	28
11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	28
11.1 Bases Legais	28
11.2 Proposta Curricular	31
11.3 Matriz Curricular	31
11.3.1 Distribuição das Disciplinas por Fase, Crédito e Carga Horária (Três turmas simultâneas)	31
11.3.2 Distribuição das Disciplinas por Terminalidades, Ementas e Bibliografia Básica	34
11.4 Estrutura Organizacional Pedagógica	55
12 PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	57
13 CRONOGRAMA E CRITÉRIOS DE INGRESSO	59
13.1 Cronograma de Execução do Curso	60
14 ESPAÇO FÍSICO, INFRA-ESTRUTURA E CONTRATAÇÃO DE PESSOAL	60
15 BIBLIOGRAFIA	61
15.1. Geral	61
15.2. Guarani	64
15.3 Kaingáng	83
15.4 Xokleng	91
16 ANEXOS.....	93

1 DENOMINAÇÃO DO CURSO, EIXO NORTEADOR, TERMINALIDADES E DADOS GERAIS

Denominação

Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingáng e Xokleng

Eixo Norteador

Territórios Indígenas: Questão Fundiária e Ambiental no Bioma Mata Atlântica

Terminalidades

- **Licenciatura da Infância** - Possibilitará formação inicial comum para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas indígenas, sendo complementada por licenciaturas, em três grandes áreas do conhecimento, para a docência dos anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio.
- **Licenciatura das Linguagens** - Ênfase Línguas Indígenas
- **Licenciatura em Humanidades** - Ênfase Direitos Indígenas
- **Licenciatura do Conhecimento Ambiental** - Ênfase Gestão Ambiental

Dados Gerais

- **Carga horária total:** 3.348 horas
- **Duração:** 4 anos
- **Início:** 2010.2
- **Regime do curso piloto:** O curso está estruturado na forma **presencial** em espaços e tempos que buscam promover a integração e a articulação entre as instituições educativas responsáveis pela formação e as realidades étnicas. Metodologicamente, pressupõe a instituição da pedagogia da alternância, através da qual se alterna Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade.
- **Tempos:**

Tempo-Universidade: constituído de períodos presencias e intensivos de formação, com aulas propriamente ditas. Ocorrerão no Campus da UFSC/Florianópolis e em outros campi da UFSC ou UDESC (a serem definidos), no oeste do Estado e no Alto Vale do Itajaí.

Algumas destas etapas também poderão ocorrer, por solicitação das lideranças, dentro das Terras Indígenas Ibirama/Laklãnõ e Xaçecó (a ser definido). O Tempo-Universidade acontecerá nos meses de janeiro/fevereiro (quatro semanas e quatro dias) e abril (duas semanas); julho (quatro semanas) e outubro (duas semanas e quatro dias).

Tempo–Comunidade: período formalmente destinado a: estudos orientados, projetos de pesquisa e de intervenção comunitária, estágios. Com carga horária menor, ocorre entre uma etapa presencial e outra. No Tempo–Comunidade, a participação de sábios indígenas será um importante recurso para a aprendizagem.

- **Destinatários:**

Povos indígenas que vivem na parte meridional do Bioma Mata Atlântica: **Guarani** (ES, RJ, SP, PR, SC, RS), **Kaingáng** (SP, PR, SC, RS) e **Xokleng** (SC).

- **Vagas:** 120 vagas (40 para cada povo).

2 APRESENTAÇÃO – HISTÓRICO

O curso **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng** resulta de abrangente construção e trabalho em equipe interdisciplinar e interinstitucional junto aos povos indígenas, no cenário da educação escolar indígena, a partir de Santa Catarina.

O processo de conhecimento e atuação relacionado à educação superior indígena, consubstanciou-se na UFSC no ano de 2006, com a criação do Grupo de Trabalho Educação Superior Indígena, incorporado posteriormente à Comissão de Política de Ampliação de Oportunidades de Acesso Socioeconômico e Diversidade Étnico-Racial para Ingresso na UFSC/Processo Vestibular¹.

O GT, integrado por pesquisadores desta universidade afeitos à temática indígena, técnicos da Secretaria de Estado da Educação (SED) e membros de entidades indigenistas, apresenta à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), em dezembro de 2006, a proposta de implantação do Cipó Imbé - Núcleo Interinstitucional de Educação Escolar Indígena.

¹ O GT apresentou recomendações no que tange vagas suplementares para indígenas a partir do Concurso Vestibular 2008, integradas na *Proposta de Programa de Ações Afirmativas para Ampliação do Acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e Étnico-Racial*, entregue ao Reitor da UFSC, Prof. Lúcio Botelho, em 21.11.06. No ano seguinte, através da Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, de 10.07.07, o Conselho Universitário aprovou a política de ações afirmativas na UFSC. Deu-se início, por conseguinte, ao programa de ações afirmativas e especificamente à implementação de vagas suplementares para indígenas na UFSC, a partir de 2008, o que preliminarmente abrange cinco vagas, num crescente a dez vagas até 2013.

Indica como um de seus objetivos a criação e o desenvolvimento de curso de Licenciatura Indígena. É importante enfatizar que a equipe já somava experiência e atuação no que tange cursos de formação de professores indígenas em nível de magistério, línguas, produção de material didático específico, cultura material, educação de jovens e adultos indígenas, memória e tradição oral, elaboração de projetos de manutenção e revitalização de práticas culturais, direitos fundiários e territoriais, territorialidade, projetos de sustentabilidade, educação ambiental, estudos de impacto socioambiental, saúde indígena, entre outros aspectos relevantes aos povos indígenas.

A partir da proposta do GT, a PREG e o Gabinete do Reitor (GR), numa ação propositiva, posicionam-se pela criação da Comissão Interinstitucional para Educação Superior Indígena (CIESI), instituída em 16.03.07, pela Portaria nº 223/GR/2007. Constituída por profissionais da UFSC, da Secretaria de Estado da Educação, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas (CAPI), à CIESI é auferido o desígnio de formulação de “projeto piloto do primeiro curso de Licenciatura Indígena em Santa Catarina”. A tarefa envolve estruturação e operacionalização.

No transcorrer de 2007, visando potencialização do proposto, a CIESI:

- a) incorpora a participação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- b) analisa projetos de cursos de licenciaturas indígenas originários de outras Instituições de Ensino Superior no Brasil;
- c) estuda textos e entrevistas referentes à temática;
- d) organiza reuniões e debates em aldeias e escolas indígenas Guarani, Kaingáng e Xokleng no estado de Santa Catarina; e
- e) busca espriar e aprofundar articulações com profissionais correlatos. A partir deste substrato, elabora a versão preliminar do curso **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng**², cunhando o seu eixo norteador, intitulado **Territórios Indígenas: Questão Fundiária e Ambiental no Bioma Mata Atlântica**.

A proposição passa a integrar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)³ da UFSC. O REUNI assinala aspectos como:

- a) abertura para novas áreas de conhecimento (o que reforça cosmovisões e perspectivas indígenas, assim como o amparo e imbricação com a legislação relativa à educação escolar e superior indígena no Brasil); b) inovação de propostas curriculares; c) implementação de

2 Apresentada à PREG em outubro de 2007.

3 Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24.04.07.

política de ações afirmativas e de inclusão social; d) flexibilidade e interdisciplinaridade curricular, com itinerários formativos diversificados, facilitando a mobilidade estudantil e e) práticas pedagógicas, processos de ensino-aprendizagem distintos. No REUNI-UFSC, a Licenciatura Indígena, assim denominada, consta como curso regular e está assinalada com duas turmas nos campi da UFSC de Florianópolis e Curitiba. Tais aspectos, todavia, não espelham a formulação da CIESI.

Durante o ano de 2008, a CIESI busca intensificar articulações para a viabilização da proposta e incorpora a participação do Conselho de Missão junto a Povos Indígenas (COMIN), do Instituto Sinodal de Assistência, Educação e Cultura; atualiza dados sobre educação superior indígena no Brasil; atenta à demanda de educação escolar indígena; busca definições quanto ao REUNI. A CIESI também delibera pela apresentação de projeto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND)/MEC – Eixo Temático III⁴, em atendimento ao Edital de Convocação n° 3, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 24.06.08⁵, com o objetivo de madurar expectativas dos Guarani, Kaingáng e Xokleng em relação à formação em nível superior. Da equipe participam índios destas três etnias.

O projeto é aprovado pelo MEC, segundo o Edital n° 5, conforme publicação no DOU em 25.09.08. Em expediente⁶ endereçado ao Reitor da UFSC, Prof. Álvaro Toubes Prata, o secretário Prof. André Lázaro aponta: “O PROLIND intenciona mobilizar a IES para a criação e desenvolvimento das Licenciaturas Interculturais para a formação superior de professores indígenas, possibilitando com isso garantir qualidade e relevância à educação básica intercultural indígena. É nossa expectativa que esses cursos se institucionalizem no âmbito do REUNI de forma a atender a diversidade sociocultural dos povos indígenas de maneira permanente.”

Nos primeiros meses de 2009, a CIESI, como equipe do projeto apresentado ao PROLIND, o que, vale ressaltar, inclui representação Guarani, Kaingáng e Xokleng, estabelece a efetivação das etapas apontadas na proposição, a partir de organização de reunião com órgãos governamentais e não-governamentais (11.05.09), bem como seminário específico (08 a 10.06.09). Dinamiza igualmente a participação na Conferência Catarinense de Educação Indígena Guarani⁷ e na Conferência Regional de Educação Escolar Indígena⁸,

4 Intitulado: Elaboração de projetos de Cursos de Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas em nível superior.

5 A UFSC apresentou o projeto à SECAD através de Ofício n° 393/GR/2008, de 04.08.08.

6 Ofício Circular n° 086/2008-GAB/SECAD/MEC, de 02.10.08.

7 A Conferência ocorreu na aldeia Mbiguaçu (Biguaçu/SC), em 09.04.09, organizada pela Comissão

acontecimentos a integrar a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena⁹, considerada essencial na sistematização e consolidação de políticas públicas¹⁰, que oferecem substrato ao trabalho da equipe.

Ao tempo da organização de dois eventos pela CIESI, quais sejam a reunião de 11.05.09¹¹ e seminário realizado de 08 a 10.06.09¹², bem como da realização da Conferência Regional de Educação Escolar Indígena (MEC), é publicado novo edital do SECAD/PROLIND (MEC)¹³.

Diante desse conjunto de fatos, revelando um verdadeiro mosaico a exigir mobilização imediata, a equipe decide pela apresentação de projeto no Eixo Temático I, qual seja, “Implementação e desenvolvimento de Cursos de Licenciaturas Interculturais para formação de professores indígenas em nível superior.” A reunião de 11.05.09 consolida essa deliberação. Nessa ocasião são entregues cartilhas impressas¹⁴ com dados sobre o curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng, para distribuição nas Terras Indígenas e nas instituições correlatas, objetivando participação qualitativa no seminário de junho de 2009.

Com base no acima exposto, a equipe apresenta este projeto, assentado no entendimento da permanente dinamicidade do processo, o que solicita flexibilidade como condição *sine qua non* de seu desenvolvimento. O curso piloto ofertará elementos e abrirá caminhos para a potencialização e robustecimento da política de educação superior indígena como política pública permanente na UFSC. Diante disso, a CIESI iniciou os trâmites para

Catarinense Guarani Nhemonguetá, com a participação de Gersem Baniwa (Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena, SECAD/MEC). No documento final os Guarani registram: “A solicitação de ensino médio em algumas escolas vai exigir mais capacitação de professores, dessa forma estamos aguardando a proposta formulada pela UFSC em parceria com outras instituições, para um curso de licenciatura indígena.” (p.3).

8 A Conferência Regional aconteceu em Faxinal do Céu/PR, de 27.04 a 01.05.09. Para além do tratamento de aspectos como os Territórios Etnoeducacionais, o Sistema de Educação Escolar Indígena, o Observatório da Educação Escolar Indígena, os participantes apontam, no documento final, para a criação de “Cursos de Licenciatura e Graduação nas diversas áreas do conhecimento nas terras indígenas conforme a especificidade de cada povo.” (p.9).

9 A I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que ocorreria entre 21 e 25.09.09, em Brasília, foi adiada.

10 Neste sentido, o I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas (Brasília, de 14 a 17.07.09) deverá ofertar subsídios a somar a proposta para uma política de educação superior para os povos indígenas.

11 Ocorrida no CFH/UFSC, contou com a presença de representantes indígenas, da Pró-Reitora de Ensino de Graduação da UFSC, Profa. Yara Maria Rauh Müller, de representantes da SED (Educação Indígena e GEREDs de Ibirama e Joinville), da Associação Rondon Brasil, da UDESC.

12 Seminário efetivado na Ilha de Santa Catarina, que contou com a participação de representantes indígenas, órgãos governamentais e não-governamentais, e integrantes de Licenciaturas Indígenas da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal de Roraima e da Universidade Católica Dom Bosco (MS). Objetivo: aprofundar o debate e avançar quanto a definições sobre o curso.

13 Edital de Convocação nº 8, de 27.04.09, publicado no DOU em 28.04.09.

14 Tiragem de 1.000 exemplares.

aprovação do Projeto Político Pedagógico (PPP) do **Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng** na UFSC. Obteve os aceites do Departamento de Antropologia e do Departamento de Geociências, visando o trâmite no Departamento de História.

O PPP recebeu aprovação por unanimidade no Departamento de História e no Conselho de Unidade (CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas), nas datas de 22.05.09 e 25.05.09, respectivamente. Na seqüência, efetivou-se seu encaminhamento ao Reitor da UFSC, Prof. Álvaro Toubes Prata, que o remeteu ao PROLIND/SECAD/MEC, através do Of. nº 270/GR/2009, de 15.06.09.

Em datas de 08.07.09 e 06.08.09 o Projeto Político Pedagógico do curso obteve mais duas consagrações essenciais ao seu desenvolvimento: a primeira na Câmara de Ensino (UFSC) e a segunda na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC)¹⁵.

O presente PPP integra reivindicações da representação Guarani, Kaingáng e Xokleng, e conseqüentes deliberações quando do Seminário Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng, ocorrido de 08 a 10.06.09. Desta versão não constam os anexos (portarias, atas, memórias de reuniões e seminário, expedientes, pareceres etc.).

Neste momento, portanto, em que os departamentos de ensino recebem o PPP do **Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng**, lhes são solicitadas sugestões e inserções, objetivando o robustescimento do processo nesta IFES.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

O curso **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng** está embasado em fundamentos legais, conjunturais e político-pedagógicos referenciados em textos e fatos de múltiplas envergaduras.

Desta forma, considerando:

- A Constituição Federal do Brasil (1988), em especial os artigos 210, 215, 231 e 232;
- A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (promulgada no Brasil em 2004), com ênfase nos artigos 26 a 31;

15 Portaria nº 100, publicada no Diário Oficial da União em 07.08.09 e Ofício-Circular nº 93/2009 – GAB/SECAD/MEC, de 13.08.09 (documentos anexos).

- A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007);
- A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998);
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), sobretudo os artigos 26, 32, 78 e 79;
- A Resolução 03/19991 e do Parecer 14/19992 (Conselho Nacional de Educação), bem como do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) no que tange os direitos e interesses dos povos indígenas à educação escolar e formação universitária diferenciada;
- As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que incluem as temáticas relacionadas à História e cultura indígenas e afrobrasileiras no ensino de níveis fundamental e médio, requerendo dos professores formação universitária adequada ao trabalho com estes conteúdos, em especial nas escolas indígenas de ensino básico, onde atuarão os egressos deste curso;
- As prerrogativas do PROLIND/MEC (Secretaria de Educação Superior – SESu e SECAD), que objetiva “instituir um programa integrado de apoio à formação superior indígena, em especial à formação de professores indígenas, como uma política de estado a ser implementada pelas IES públicas de todo o país”;
- A formação de professores indígenas em nível superior como uma das principais ações da SECAD/MEC para a garantia de oferta de educação escolar indígena de qualidade;
- As Licenciaturas Indígenas ora em desenvolvimento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Minas Gerais (UFMG), de Roraima (UFRR), da Grande Dourados (UFGD) - em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco, de Goiás (UFGO), de Tocantins (UFTO), do Amazonas (UFAM), de Pernambuco (UFPE) e nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (UEES) do Amazonas (UEA), do Mato Grosso (UNEMAT), da Bahia (UEBA) e de São Paulo (USP);
- O constante incremento do número de graduandos indígenas nos cursos de Licenciaturas Indígenas no Brasil, que somam mais de 1.200 atualmente, sendo que a estimativa de indígenas universitários alcança 5.000;
- O significativo aumento da população escolar indígena no Brasil, pois de acordo com o último censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/MEC, datado de 2006, o número de alunos perfazia 164.018 alunos em 2005 e passou a 174.255 em 2006, denotando um incremento no período de 10.237 estudantes;

- As demandas territoriais e ambientais dos povos indígenas, que se articulam ao processo educacional formal, que tece proposições a partir das singularidades culturais;
- A existência de demandas diferenciadas por ensino superior entre os povos indígenas no Brasil e a estreita vinculação desse ensino à sua autonomia e autodeterminação, inclusive no que diz respeito a políticas públicas específicas;
- A perspectiva abordada pela Comissão Nacional de Política Indigenista³ no que se refere ao entrelaçamento das temáticas territorial, ambiental, de sustentabilidade, saúde e educacional, que responde à forma holística de entendimentos e visões de mundo das populações indígenas;
- A pauta do REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que almeja congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, através da promoção, consolidação, ampliação e aprofundamento dos processos de transformação da “universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais”;
- A expansão da aprovação das vagas étnico-raciais nas universidades brasileiras, constantes de programas de ações afirmativas, e especificamente a implementação de vagas suplementares para indígenas na UFSC, conforme anteriormente mencionado, o que vem desafiar a construção de uma universalidade de saberes ampliados;
- O Plano de Ações Articuladas (PAR), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que prevê a articulação interinstitucional (no âmbito municipal, estadual e federal) e comunitária, objetivando efetivação do Compromisso Todos pela Educação;
- A fertilidade instaurada no campo das pesquisas acadêmicas no que tange à educação escolar indígena no Brasil, pertencendo à UFSC a prerrogativa de criação do primeiro locus de pesquisa com povos indígenas em Santa Catarina, na década de 1960, por meio do Instituto de Antropologia, do qual deriva o atual Museu Universitário Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral, o Departamento de Antropologia e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Baluarte desse trabalho é a figura do Prof. Silvio Coelho dos Santos¹⁶;

16 O antropólogo Prof. Silvio Coelho dos Santos contribuiu e inspirou a evolução dos trabalhos da CIESI.

- A existência, no âmbito da UDESC, de vários campi no Estado, próximos a terras indígenas, implicam numa infraestrutura que contribuirá para o desenvolvimento das atividades em parceria com a UFSC;
- A metodologia de trabalho desenvolvida pela CIESI, colhendo ponderações e posicionamentos junto a duzentos e setenta indígenas, majoritariamente professores e lideranças, em diferentes encontros especialmente organizados para a construção conjunta de uma proposta de formação superior singular, específica. Esse conjunto de ações foi concretizado mormente no período de abril a setembro de 2007, período no qual foram efetuados debates e consultas na Terra Indígena Xapecó, Terras Indígenas Chimbangue I e II, Toldo Pinhal, Toldo Imbu (região oeste catarinense); no II Encontro Continental Guarani (Porto Alegre/RS); na VII Etapa Intensiva do Programa de Formação para Educação Escolar Guarani nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil – Kuaa Mbo'e = Conhecer – Ensinar (Faxinal do Céu/PR); em reuniões da Comissão Catarinense Guarani Nhemongueta (aldeia Mbiguaçu, Biguaçu/SC) e na Terra Indígena Laklãnõ (região do Alto Vale do Itajaí). A Comissão efetivou igualmente contato com profissionais da UFSC, MEC, UDESC, Funai, Procuradoria da República em Santa Catarina, entre outros.

Finalmente, considerando o atendimento às demandas educacionais enunciadas por esses interlocutores indígenas, a CIESI apresenta a proposição deste conjunto de licenciaturas, com 120 vagas destinadas a povos indígenas que vivem na parte meridional do Bioma Mata Atlântica: Guarani (ES, RJ, SP, PR, SC, RS), Kaingáng (SP, PR, SC, RS) e Xokleng (SC), sendo 40 para cada povo. O curso soma 3.348 horas, distribuídas em etapas presenciais intensivas durante quatro anos e constitui as terminalidades:

Licenciatura da Infância – possibilitará formação inicial comum para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas indígenas, acrescida por licenciaturas, em três grandes áreas do conhecimento, para a docência dos anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio.

Licenciatura das Linguagens – com ênfase em Línguas Indígenas, esta terminalidade possibilitará formação ao educador indígena para atuar com as diferentes linguagens junto às comunidades.

Licenciatura em Humanidades – com ênfase nos Direitos Indígenas, esta

Consta do projeto aprovado pelo PROLIND em 2008, como avaliador da UFSC. Falecido em 26.10.08, a equipe presta sua homenagem a esse que foi durante décadas um incansável defensor dos direitos indígenas.

terminalidade visa dar subsídios ao educador indígena para a compreensão dos preceitos legais necessários para o diálogo com a sociedade nacional.

Licenciatura do Conhecimento Ambiental – com ênfase em Gestão Ambiental, esta terminalidade pretende preparar o educador indígena no que concerne o uso e cuidado dos recursos naturais presentes no território ocupado por seu povo, preparando-o para além da função de professor em agente ambiental de aldeias e Terras Indígenas.

Esta concepção contempla especificidades relacionadas à atualidade vivenciada pelas populações indígenas. Compõe e incrementa o cenário da política pública de educação superior indígena no Brasil.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Formar e habilitar o profissional indígena em Licenciatura Plena da Infância, somada a uma das seguintes terminalidades: Licenciatura das Linguagens, Licenciatura em Humanidades e Licenciatura do Conhecimento Ambiental.

4.2 Objetivos Específicos

- Formar professores Guarani, Kaingáng e Xokleng para atuação nas escolas de ensino fundamental e médio de suas comunidades, em consonância com a realidade social e cultural específica e segundo a legislação nacional que trata da educação escolar indígena;
- Criar condições teóricas, metodológicas e práticas para que os professores Guarani, Kaingáng e Xokleng possam refletir e construir os projetos políticos pedagógicos de suas escolas;
- Habilitar esses professores para a prática de planejamento e de gestão escolar;
- Instrumentalizar lideranças indígenas para atuação como agentes na defesa de seus direitos tanto territoriais, como de conhecimento tradicional e de organização social, política e cultural;
- Desenvolver atividades de pesquisa e extensão;
- Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo de formação do educador;
- Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre atividades desenvolvidas entre a universidade, as escolas e as comunidades indígenas.

5 JUSTIFICATIVA

A educação escolar para indígenas no Brasil surge logo após os primeiros contatos com os europeus, cumprindo objetivos e modelos específicos conforme os interesses dos diversos grupos que se relacionaram com os diferentes povos indígenas. Inicialmente foi usada como instrumento de catequização para a integração à sociedade regional. Esta prática acontecia nos internatos onde as crianças e adultos eram submetidos aos costumes da sociedade não indígena, o que levou à negação de suas identidades.

A presença da escola ocorreu nas diferentes comunidades indígenas com a atuação do professor não-índio para o ensino bilíngue, com o objetivo de que as crianças indígenas aprendessem a língua portuguesa. No entanto, o ensino bilíngue não era aplicado de forma a valorizar o uso da língua indígena, mas para fazer a transição e integração destas comunidades. Transformações substantivas, todavia, derivaram da Constituição Federal de 1988, quando a Educação Escolar Indígena ganha um novo perfil.

Nas três últimas décadas, a Educação Escolar Indígena, assim como a formação de professores indígenas, tem se tornado uma política de respeito às diversidades culturais dos diferentes povos. De imposição passa a ser reivindicação, numa proposição de ter a feição própria das expectativas e das necessidades das comunidades.

A escola indígena passa a constituir um meio de acesso à sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais e ainda espaço de luta e diálogo para a garantia de direitos. É um meio para a revitalização lingüística, para o fortalecimento cultural, para a construção de projetos futuros, especialmente para interlocução com o mundo fora da aldeia.

A garantia de uma escola com esse novo perfil, seguindo o que está previsto na legislação – de uma escola específica, diferenciada, multicultural, bilíngue - passa por uma intensa discussão entre as secretarias de educação e os professores, as lideranças indígenas e as demais instituições que desenvolvem atividades junto a estas populações.

Os cursos de formação de professores indígenas têm como objetivo auxiliar o professor no aprofundamento teórico e metodológico do seu fazer, e na elaboração e publicação de materiais didático-pedagógicos. Estes materiais são direcionados para a prática na sala de aula com o intuito de revitalizar a língua e fortalecer a cultura específica, bem como contribuir na divulgação de elementos culturais e étnicos.

Já existe consenso quanto ao princípio de que, para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada nos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade, é fundamental que os professores que atuam dentro das comunidades sejam

indígenas e tenham uma formação específica para tanto.

A formação de professores indígenas passa pelo respeito aos usos linguísticos próprios de cada povo e pela garantia de uso dos processos próprios de aprendizagem. Isso significa atentar às concepções de tempo, às práticas socioculturais específicas, aos conhecimentos sobre a natureza, aos valores de fortalecimento da identidade do grupo, à organização social do povo, enfim, aos saberes da comunidade advindos da tradição e da memória coletiva.

Em 1999, o estado de Santa Catarina iniciou a formação em nível de Ensino Médio, Curso Magistério para professores Kaingáng e Xokleng, do qual participaram 47 professores das aldeias das regiões do Oeste Catarinense e do Alto Vale do Itajaí, respectivamente. O curso teve a duração de cinco anos na metodologia presencial e à distância. A formatura ocorreu em dezembro de 2002.

No desenvolvimento de políticas para formação de professores, tanto na esfera estadual quanto federal, está em curso o Programa de Formação de Professores Guarani Kuaa Mbo'e – Conhecer, Ensinar, que representa um marco importante na concepção de formação de professores indígenas, pois neste caso, o curso ultrapassa as divisas dos Estados e se destina a professores Guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil, além de formar uma parceria entre diferentes instituições: MEC, Funai e Secretarias de Educação dos estados partícipes, mediante assinatura de um protocolo de intenções.¹⁷

O referido programa surgiu das reivindicações das lideranças e representantes Guarani das aldeias das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, presentes no I Encontro de Educação Escolar Indígena da Região do Litoral Sul do Brasil, realizado em Florianópolis, de 27 a 31 de agosto de 2001. Esse encontro foi resultado de um processo de discussões envolvendo várias instituições ligadas ao povo Guarani.

Além da formação de professores indígenas em nível de magistério, a SED/SC mantém projetos de formação continuada e/ou permanente de professores indígenas, nos quais são desenvolvidos temas que auxiliam os professores em sua prática docente e na elaboração e implementação dos projetos político-pedagógicos. Esses projetos são desenvolvidos com a parceria do MEC, como é o caso do Programa Parâmetros em Ação da Educação Escolar Indígena, fundamentado no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

A Universidade Federal de Santa Catarina participa destas formações com a

17 O Protocolo Guarani foi firmado em 2004 entre as Secretarias de Estado de Educação de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, o MEC e a Funai, para formação de professores Guarani, em nível de Ensino Médio/Magistério Bilíngue, das regiões Sul e Sudeste, correspondendo o território de ocupação do povo Guarani.

colaboração dos docentes das diferentes áreas do conhecimento, a constar, História, Antropologia, Pedagogia, Sociologia, Direito. Ainda mantém um grupo permanente de pesquisas na área de Etnohistória, através do Laboratório de História Indígena (LABHIN), do Departamento de História, na TI Xaçecó, com os povos Kaingáng e Guarani. O LABHIN também é responsável pela elaboração e produção de material didático-pedagógico em parceria com as escolas da TI, a partir de projetos financiados com pagamentos de bolsistas e recursos da UFSC e do PROEXT/MEC/SESu. Pesquisas e atuações são efetivadas no Laboratório de Etnologia Indígena do Museu Universitário Prof. Osvaldo Rodrigues Cabral, Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

5.1 Demandas

A população indígena de Santa Catarina está estimada em 9.100 pessoas, pertencentes aos povos Guarani, Kaingáng e Xokleng. Segundo dados da EPAGRI, no levantamento realizado pelo Projeto Microbacias 2, desta população, 3.812 são indígenas na faixa etária de 01 (um) a 14 (quatorze) anos¹⁸, o que representa uma demanda futura considerável tanto para a educação escolar básica quanto superior.

A rede pública do estado de Santa Catarina possui 34 escolas indígenas nas terras dos três povos em questão. Atualmente são atendidos 2.612 estudantes na Educação Básica, conforme o quadro abaixo:

GERED	ESCOLA	MUNICÍPIO	Nº ESTUDANTES		
			2007	2008	2009
Grande Florianópolis	EIEB Werá Tupã Poty Dja (Língua Guarani)	Biguaçu	49	39	64
	EIEF Itaty (Língua Guarani)	Palhoça	40	42	47
	EIEF Kaakupe (Língua Guarani)	Biguaçu	09	17	17
	EIEF Taguató (Língua Guarani)	Biguaçu	07	19	22
	EIEF Pira Rupã (Língua Guarani)	Palhoça	-	-	11
TOTAL			105	117	161
Seara	EIEF Kanhgang Si (Língua Kaingáng)	Seara	06	05	09
	EIEF Cacique Pira (Língua Kaingáng)	Seara	11	11	02
TOTAL			17	16	11
Chapecó	EIEF Sapety Ko (Língua Kaingáng)	Chapecó	41	110	118
	EIEF Fen Nó (Língua Kaingáng)	Chapecó	145	134	142
	EIEF Mbya Guarani Kari Tupã do Araxai (Língua Guarani)	Chapecó	34	23	26
TOTAL			220	267	286
	EIEF Guarani (Língua Kaingáng)	Entre Rios	06	07	05
	EIEF São José (Língua Kaingáng)	Iguaçu	27	30	27
	EIEF São Pedro (Língua Kaingáng)	Ipuaçu	33	33	33

18 SANTA CATARINA, Secretaria Executiva Estadual do Prapem Microbacias 2. *Boletim Avaliação da metodologia utilizada com os povos indígenas pelo Projeto Microbacias 2*. Florianópolis/SC, 2008.

Xanxerê	EIEF Vila Nova (Língua Kaingáng)	Abelardo luz	19	12	28
	EIEF Cerro Doce (Língua Kaingáng)	Ipuaçu	03	07	04
	EIEF Linha Matão (Língua Kaingáng)	Entre Rios	16	30	29
	EIEF Mbya Limeira (Língua Guarani)	Entre Rios	20	27	30
	EIEF Baixo Samburá (Língua Kaingáng)	Ipuaçu	18	30	21
	EIEF Paiol de Barro (Língua Kaingáng)	Entre Rios	132	231	263
	EIEF Cacique Vanhkrê (Língua Kaingáng)	Ipuaçu	239	322	935
	EIEF Cacique Karehn (Língua Kaingáng)	Abelardo Luz	13	28	18
	EIEF Pinhalzinho (Língua Kaingáng)	Ipuaçu	161	141	155
TOTAL			687	898	1.548
Canoinhas	EIEF Rio dos Pardos (Língua Xokleng)	Porto União	02	02	02
TOTAL			02	02	02
Joinville	EIEF Cacique Wera Puku (Língua Guarani)	Guaramirim	13	13	26
	EIEF Laranjeiras (Língua Guarani)	São Francisco do Sul	24	15	17
	EIEF Kiringue Nhembo'ea (Língua Guarani)	Araquari	22	11	11
	EIEF Tarumã (Língua Guarani)	Garuva	06	06	06
	EIEF Jataity (Língua Guarani)	Balneário Barra do Sul	-	07	07
	EIEF Amba-y-ju (Língua Guarani)	São Francisco do Sul	-	08	06
TOTAL			65	60	73
Ibirama	EIEF Vanhecu Patte (Língua Xokleng e Guarani)	José Boiteux	50	104	110
	EIEF Luzia Meiring Nunc Nfoonro (Língua Xokleng e Guarani)	José Boiteux	07	06	06
	EIEB Laklãnõ (Língua Xokleng e Guarani)	José Boiteux	367	337	362
	EIEF Taquaty (Língua Guarani)	José Boiteux	04	04	05
TOTAL			428	451	483
Laguna	EIEF Tekoa Marangatu (Língua Guarani)	Imaruí	40	44	48
TOTAL			40	44	48
TOTAL GERAL			1.564	1.855	2612

Entre os alunos atendidos, 260 alunos frequentam o Ensino Médio. Somam-se a este número 72 alunos do Programa de Formação de Professores Indígenas Guarani *Kuaa Mbo'e* – Conhecer, Ensinar. A previsão de conclusão está delineada para final de 2009. Sendo assim, há uma demanda imediata de 330 alunos indígenas para o Ensino Superior. Nas avaliações das etapas presencias do Programa *Kuaa Mbo'e*, muitos indígenas têm apresentado expectativa para a continuidade dos estudos em nível superior.

Ao número de indígenas de Santa Catarina, somam-se as demandas apresentadas pelos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, numa estimativa próxima a 80 alunos indígenas que estão em processo de escolarização em nível médio. Outro dado relevante é o número de indígenas que já concluíram o Ensino Médio. Na região oeste, onde é predominantemente o povo Kaingáng, há mais de 200 indígenas nesta situação.

Em Santa Catarina, os professores indígenas que atuam nas 34 escolas possuem habilitação em nível médio. As escolas que oferecem nível médio possuem professores não-indígenas habilitados para as áreas específicas do conhecimento. Entre os Xokleng e

Kaingáng já há professores habilitados em algumas áreas do conhecimento que cursaram ou cursam o ensino superior em universidades particulares nos municípios próximos às aldeias, entretanto esses cursos de graduação não possuem uma grade específica e sim, são cursos regulares para alunos não-indígenas.

De todo modo, tem sido constantes as reivindicações por parte dos indígenas quanto à possibilidade de ampliar os estudos e conhecimentos em nível superior, pois segundo a fala do professor Adão¹⁹, “não basta oferecer o ensino para as nossas crianças e jovens. Esse ensino, essa educação, tem que ser de qualidade”.

Considerando este crescimento, Santa Catarina, assim como os estados vizinhos que compõem o Bioma Mata Atlântica, vem ampliando gradativamente a oferta de educação escolar indígena. Escolas foram criadas em mais aldeias e onde já havia o Ensino Fundamental foi ofertado o Ensino Médio. Exemplo disso é a Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, no oeste catarinense, pioneira no Brasil em ofertar a Educação Básica completa (Ensino Fundamental e Ensino Médio), possuindo 935 alunos matriculados, entre os quais 133 alunos no Ensino Médio.

O curso **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng**, na estrutura da UFSC, estará alocado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Contudo, envolverá a participação de outros centros.

6 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

As sociedades indígenas, de modo geral, vivenciam sistema singular de educação. Cada grupo étnico possui tradicionalmente processos educativos próprios que, de certa maneira, são determinados pela cultura e pelas relações sociais. Muitas das características educacionais indígenas são comuns entre as várias etnias. “Quando fazemos menção à ‘Educação Indígena’, estamos nos referindo aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena. Aos processos nativos de socialização de suas crianças.”²⁰

O processo de ensino-aprendizagem, na concepção da educação tradicional indígena, ocorre de forma continuada no cotidiano, nas mais diferentes atividades, nas brincadeiras, no modo de vida, nos diferentes espaços dentro da aldeia.

19 Adão Antunes Tataendy, professor bilíngue. Pronunciamento em reunião da SED com lideranças para a ampliação da oferta de Ensino Fundamental / séries finais da Escola Indígena de Ensino Fundamental Itaty Morro dos Cavalos, Palhoça, SC, TI, março de 2007.

20 MAHER, Terezinha Machado. A formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 16.

Nas sociedades indígenas, o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas à rotina do dia a dia, ao trabalho e ao lazer e não estão restritas a nenhum espaço específico. A escola é todo espaço físico da comunidade. Ensina-se a pescar no rio, evidentemente. Ensina-se a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar, qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora...

A educação indígena nas comunidades é um compromisso social, pois o conhecimento tem que ser útil para garantir a sobrevivência do grupo, para o bem-estar comunitário. Assim o é em relação a tudo o que se passa dentro da comunidade/aldeia. Todos são responsáveis pela educação das crianças, todos têm o compromisso de ensinar e aprender.

Ana Lúcia Vulfe Nötzold ao estudar os Tupinambá, constatou que divididos em grupos locais autônomos, possuíam uma forma de organização básica, onde a obediência às regras preestabelecidas significava a integralização de laços de sociabilidade tribal. Afirma ainda:

A educação é relacionada neste contexto, com as atividades do dia a dia, onde as experiências são aproveitadas para as atividades cotidianas. A maneira natural com que as crianças indígenas eram educadas foi um grande motivo de surpresas para os viajantes quando colocavam que ‘não dão os Tupinambá a seus filhos nenhum castigo nem os doutrina nem os repreendem por coisa que façam’.

Essa concepção de educação encontrada entre os Tupinambá é apenas um exemplo de que nas sociedades indígenas havia todo um sistema próprio de conceber a educação. Ocorreu, no entanto que os processos próprios de aprendizagem desses povos foram subestimados e tornaram-se invisíveis aos olhos dos portugueses desde a sua chegada, no século XVI, e durante o período colonial. Isso implicou num processo desagregador para os povos indígenas, pois foi destruindo as formas tradicionais de educação, prática que se fez presente ao longo do processo de construção do Brasil, ora com grupos religiosos (jesuítas / missionários), ora com órgãos protecionistas do Estado (Serviço de Proteção ao Índio – SPI*; FUNAI), ora através de organismos estatais de formulação de políticas públicas.

Neste sentido, ao se conceber e planejar o Curso de **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng**, há que se considerar uma série de pressupostos teóricos e metodológicos que possibilitem equacionar o hiato existente entre a educação tradicional indígena e as propostas existentes nas escolas das aldeias, ou a educação escolar indígena e suas determinações legais: diferenciada, bilíngue,

* SPI – Serviço de Proteção aos Índios – criado em 20 de julho de 1910 através do Decreto n. 8072, e Localização de Trabalhadores Nacionais (7 de setembro do mesmo ano) que tinha como objetivo aldear os índios junto com caboclos em núcleos agrícolas. Foi em 1914 que o SPI (o regulamento de criação do SPI foi confirmado pelo Decreto n. 9214, de 15 de Dezembro de 1911) passa a tratar somente da questão indígena, deixando a localização de trabalhadores nacionais para outra repartição governamental, tornando-se então a base da política indigenista do país. (RIBEIRO, Darci. *Os índios e a civilização, a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.157 e158).

intercultural, específica e comunitária.

Os elementos da Etno-história permitem analisar os princípios vivenciados historicamente pela prática da educação tradicional indígena baseada no modo de ser, no modo de vida, que abrange a ligação profunda com a natureza, a vida espiritual dos rituais e a tradição oral de passar os conhecimentos de geração a geração.

A Etno-história estabelece tecnicamente a diferença entre as sociedades essencialmente orais e as sociedades nas quais predomina a escrita. Para estudá-las melhor, observam-se as formas distintas de armazenamento, transmissão e produção do saber, que exigem procedimentos particulares de abordagem. No entanto, a Etno-história considera a equivalência de tais sociedades no sentido de que ambas possuem uma memória institucionalizada.²¹ Vejamos o que Bessa Freire afirma:

Ao reivindicar a existência da memória coletiva nas sociedades orais, a etno-história descobre e reconhece o seu valor, o que permite a integração de novas fontes a serem trabalhadas pelo historiador, com novos métodos. E abstraindo, por enquanto, os procedimentos metodológicos, sabemos que nada mais que a escolha das fontes já implica, conscientemente ou não, uma perspectiva particular que determina a orientação da pesquisa e encaminha os seus resultados.

A Etno-história permite trabalhar especialmente com as populações indígenas a partir de metodologias não muito utilizadas no cotidiano da academia, como fontes e entrevistas orais, com “procedimentos particulares de abordagem”. Isso favorece o registro histórico da vida, cultura e tradição particularmente das populações que têm na oralidade seu principal instrumento de memória. As fontes orais constituem um exercício vital da memória para as sociedades ágrafas.

A escola na aldeia tem se apresentado como um espaço que, além de outros elementos, registra a memória e assim ser o lugar de revitalização e fortalecimento de aspectos culturais indígenas, estabelecendo diálogo com a comunidade na qual está inserida. As concepções e fundamentos da História Oral contribuem para adaptação e imbricamento dos saberes acadêmicos e dos saberes tradicionais existentes nas comunidades indígenas.

A História Oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados. Nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo. Enfatiza ainda que, para realização da História Oral, é imprescindível o trabalho de campo:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que elas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de

21 FREIRE, José R. Bessa. *Tradição oral e memória indígena: a canoa do tempo*. In: Salomão, Jayme (dir): *América: Descoberta ou Invenção. 4º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro, Imago, 1992. p. 02.

campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele.

Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.²²

A História Oral explora as relações entre memória e história. Ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção, pelos atores, de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado. Por sua vez, a expansão dos debates acerca da memória e de suas relações com a história pode oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado.

Pensando a memória como um fenômeno social, do coletivo, Meihy enfatiza: “mais do que a soma das memórias individuais, a memória coletiva é um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade”.²³

A memória coletiva, presente no mundo de significações indígenas, é o instrumento que especifica as condições de introdução de eventos históricos descontínuos e exteriores na continuidade interna, especialmente o legado dos ancestrais, “num tempo anterior ao tempo, o substrato do atuar e do representar social”.²⁴

Ao tratar-se de memória coletiva, recorre-se aos teóricos que incansavelmente trabalham nessa perspectiva como Maurice Halbwachs, que pensa o coletivo a partir de uma perspectiva marxista e, portanto, aplicável às sociedades que se organizam a partir dos pressupostos da coletividade, da vida comunitária, característica da maioria das comunidades indígenas, especialmente as comunidades Guarani. Esse autor pensa a memória coletiva como um elemento essencial para compor a história do grupo, a partir das experiências vividas: “É na história vivida que se apóia a nossa memória. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um

22 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Edições Vértice, vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15.

23 MEIHY. 2005, Op. Cit., p. 55.

24 RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. A construção de um discurso historiográfico relativo aos Guarani: Ensaio de Teoria e Metodologia. In: FROTSCHER, Méri. (org.) *Tempos Históricos*. Vol. 05/06, 2003/2004 Cascavel: Edunioeste, 2004, p. 178.

período se distinga dos outros”.²⁵ Essa concepção é essencial aos indígenas para conseguirem pensar e construir a história de seu grupo, devido à prática da escrita ser muito recente.

Jacques Le Goff reitera que memória coletiva deve ser vista como um elemento que fortalece a identidade do grupo, o que pode ser aplicado às comunidades indígenas. Ainda que não tenham uma pretensão marxista, seu modo de vida comunitário permite que a evocação à memória seja coletiva.

A memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, por sobreviver e por progredir.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de “identidade”, individual ou coletiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. A memória coletiva não é apenas uma conquista: é também um instrumento e um objetivo de poder.

A memória coletiva é evocada pelos indígenas ao processar a história e as trajetórias realizadas quer pelas comunidades, quer pela escola, além de garantir a identidade específica do grupo. Geralmente é passada pela fala dos mais velhos cuja preocupação, como líder religioso, é sempre coletiva.

Nesse sentido, o que Pollak considera como memória coletiva se aplica de maneira eficaz para referendar o uso da memória pelos indígenas. O sentimento de pertencimento ao grupo étnico permanece muito forte entre eles, mesmo depois de anos e anos de contato com a sociedade nacional.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias nações, etc.

Um integrante do grupo, seja liderança, professor ou sábio, para falar em nome do grupo, a partir de sua memória individual sobre o vivido, ao verbalizar, ao oralizar essa memória para fora do grupo, tem o compromisso de considerar aquilo convencionado no grupo, no coletivo. A História Oral, como metodologia, permite que se recupere através das falas dos indivíduos a memória cultural do grupo, ou como diz Lima, “construindo ao mesmo tempo a sua história pessoal e a da sua comunidade.”²⁶

Mecanismos específicos da História Oral, especialmente entrevistas e vídeos, serão instrumentos valiosos para que o conhecimento produzido nas comunidades, nas aldeias seja abordado nas aulas, principalmente no Tempo-Comunidade, pois são processos de

25 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. p.64.

26 Id.

participação da comunidade na universidade e da universidade na comunidade.

O curso que está sendo gestado possui uma característica teórica de fundo interdisciplinar e por isso conceitos comuns às áreas da História, Antropologia, Etnologia e a Sociologia como “grupo étnico”, etnicidade, cultura, são importantes constitutivos teóricos e metodológicos.

O conceito de grupo étnico remete a outro entendimento, o de etnicidade.

Grupo étnico é definido como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto de relações interétnicas (estrutura das relações entre centro e periferia, situações migratórias, fenômenos de colonização e de descolonização, sociedades pluralistas, etc.). A etnicidade define ao mesmo tempo o contexto no qual emerge como contexto pluriétnico.

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira a etnicidade supõe uma trajetória que é histórica e determinada por múltiplos fatores, e uma origem que é uma experiência primária, individual. Para ele, seria próprio das identidades étnicas o fato de que a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade.²⁷

Na abordagem de Frederich Barth a etnicidade assegura a unidade efetiva do grupo tanto quanto pressupõe seu caráter constituído. Etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta. Assim, aponta os problemas que surgem: 1) atribuição categorial: exógenas endógenas, rotulações; 2) fronteiras do grupo: base da dicotomização nós/eles; 3) fixação dos símbolos identitários: fundam a crença na origem comum; 4) problema da saliência: quando os traços étnicos são “realçados” na interação social.²⁸

Roberto Cardoso de Oliveira acrescenta que a obra de Barth *Ethnic Groups and boundaries* contribuiu para a formação do conceito de identidade étnica: “(...) Etnicidade é essencialmente a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos sociais comuns”.²⁹ Acrescenta ainda que sempre tratou o conceito de identidade como fenômeno caracterizado por uma evidente autonomia relativamente à cultura, porém assinala que não quer dizer que a cultura não tem nenhuma influência na expressão da identidade étnica.³⁰

Ao se estudar Barth, Poutignat, Cuiche entre outros, nota-se que o conceito não se

27 OLIVEIRA, João Pacheco. *Economia simbólica da alteridade* (citação). Disponível em: <<http://www.pt.wikipedia.org>> Acesso em: 03 nov. 2008.

28 POUTIGNAT, Philippe, STREIFF- FENART, Jocelyne. Op.cit. p. 141 e 142.

29 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006. p. 23.

30 Ibid. p. 35.

fecha e alguns autores inclusive, optam por não fechar o termo em um conceito. Assim, no decorrer do texto, à medida que vão se formando as reflexões, desloca-se com esses teóricos e outros cientistas sociais que abordam os conceitos de grupo étnico e etnicidade.

Igualmente, o conceito de cultura se apresenta importante para fundamentar um curso como este. Porém, não significa que seja um conceito menos polêmico para as ciências sociais. Pelo contrário, hoje o conceito de cultura é muito discutido e questionado. No entanto, não se podem omitir algumas reflexões que fundamentam o pensamento no trabalho com as populações indígenas.

Denys Cuche afirma que a noção de cultura é um conceito obrigatório nas ciências sociais, pois o homem é “essencialmente um ser de cultura”. A cultura permite ao homem adaptar-se ao meio e adaptar esse meio ao próprio homem, a suas necessidades e seus projetos. A antropologia e a sociologia têm sido as ciências privilegiadas para trabalhar o tema, mesmo que outras disciplinas tenham se preocupado com pesquisas: psicologia, psicanálise, lingüística, história e economia; ultimamente também a filosofia.³¹

Para Adam Kuper,

A cultura pode ser aproximadamente resumida como o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico. Ela é “aquele todo complexo” conforme Tylor, “que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade”.

Assim, a cultura como conceito é abrangente e pressupõe uma polissemia no significado do termo que foi construído historicamente. Isso porque, como o próprio Kuper afirma, a cultura é fragmentada, contestada internamente e possui fronteiras porosas.

Terry Egleaton cita Hall quando propõe uma concepção de cultura igualmente generosa, como as “práticas vividas” ou “ideologias práticas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, definir, interpretar e dar sentido às suas condições de existência”.³²

A atitude em face da educação se modifica de modo visível ao longo da história de contato e se torna de certa maneira, responsável pela emergência de aspirações sociais anteriormente desconhecidas. Num plano ideológico, esse processo chamado por Poutignat de “pluralismo cultural” como grupo que valoriza e preserva a identidade cultural.³³ Como grupo há a preocupação de preservação da própria identidade cultural. Isto aparece de forma clara na

31 CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. 2ª. Edição. Bauru/SP: Edusc, 2002. p. 15.

32 EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 54.

33 POUTIGNAT, Philippe, STREIFF- FENART, Jocelyne. Op.cit. p. 72.

manutenção do sistema tradicional de educação, mesmo que a escola já esteja presente dentro das comunidades.

Os currículos, os calendários, os registros escolares são realizados a partir do padrão já existente na rede pública que encampa essa demanda. São realidades e culturas distintas. Cada escola tem uma carga de realidade que é só dela. Para as comunidades indígenas esse aspecto é fundamental:

Realidades totalmente distintas, em função de culturas distintas, de diferentes histórias e, mesmo, da diferenciação no processo de ocupação e desenvolvimento das várias regiões do país (e mesmo de regiões diferenciadas dentro de um mesmo estado), tudo isso faz com que uma escola indígena possa ser, nos casos extremos, muito distinta até mesmo de outra escola indígena a menos de 20 km de distância.

A afirmação de Wilmar da Rocha D'Angelis pode ser percebida nas escolas presentes nas aldeias em Santa Catarina. O curso está sendo elaborado e pensado com a preocupação de ser um instrumento que garante as particularidades culturais dos três povos indígenas existentes no estado.

É relevante ainda, evidenciar as denominações especificadas na legislação para a Educação Escolar Indígena e o entendimento que se tem a respeito. A escola indígena *diferenciada* passa necessariamente pelas questões culturais relacionadas ao modo de vida, aos costumes, à tradição de cada povo. Da mesma forma que a denominação de escola *diferenciada*, as questões relacionadas ao *bilinguismo* são igualmente importantes. As palavras de Melià apresentam um pouco do que se quer dizer ao se citar a questão do bilinguismo nas escolas indígenas. “O bilingüismo, mais que o estado de duas línguas, é uma relação entre duas línguas. Em tal relação, a escrita – ou não-escrita – é um fator determinante.”³⁴

Na legislação vigente, está prevista uma educação diferenciada, bilíngue, intercultural e específica. O aspecto do bilinguismo, ou o uso da língua materna consta como uma das diferenças nas escolas indígenas.

No momento em que se fala em bilinguismo, há de se entender um pouco da política referente à língua, empreendida pelos órgãos institucionais na história recente das populações indígenas. No momento não há uma política lingüística específica para as sociedades indígenas. Segundo Montserrat, existe em nível de discurso uma política de educação escolar indígena e diferenciada qualificada como bilíngue.³⁵

A escola indígena *específica* significa considerar os elementos próprios da cultura de

34 MELIÀ, Bartomeu. Bilingüismo e escrita. In: D'ANGELIS, Wilmar e VEIGA, Juracilda (orgs). *Leitura e escrita em escolas indígenas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1997.

35 MONSERRAT, Ruth. Op. Cit. p. 142.

cada etnia. Na categoria *específica* está implícita a língua materna, os costumes, a religiosidade, as formas de ver e de se relacionar com o mundo e com a natureza. Igualmente a categoria *interculturalidade* “é um dos princípios básicos tanto do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), como de diversos projetos de educação escolar indígena existente no Brasil.”³⁶

Na expressão “intercultural” está implícito o confronto. Por isso a interrelação entre “o mundo dos outros” e os seus próprios mundos, é tarefa de uma formação reflexiva e informada, que se proponha a atuar na ampliação das identidades culturais em suas aproximações, compreendendo suas limitações e possibilidades.³⁷

A escola de molde ocidental entra nas aldeias trazendo consigo um mundo estranho, seja nas suas formas próprias como em seus conteúdos. Estabelecer um diálogo com a cultura predominante nesse espaço exige antes de tudo o respeito e o reconhecimento a essa cultura. Diálogo pressupõe a existência de igualdade, de simetria, e a interculturalidade pretendida só pode desenvolver-se sem imposições. Para Freire,

A natureza intercultural é a principal caracterização dessa proposta de escola que representa uma alternativa viável tanto para a escola indígena quanto para a nacional. O conceito de interculturalidade nesse contexto significa, sobretudo, ‘a relação simétrica entre uma cultura indígena e a chamada cultura ocidental’ ou ‘diálogo respeitoso e equilibrado entre culturas’, entretanto, para que aconteça uma efetiva inter-relação cultural se deve, como condição prévia, devolver dignidade às culturas indígenas, reconhecendo a validade de suas contribuições no campo do conhecimento, da arte, da literatura, da religião, sistematizando e incorporando essas contribuições à escola e à vida social.

O diálogo entre os comportamentos e conhecimentos construídos sobre bases culturais distintas e conflitantes é atualmente entendido como o esteio, a razão de ser da escola indígena. O investimento no estabelecimento do diálogo, na capacidade e resolução do conflito intercultural é o alicerce, é o que justifica mesmo a existência dessa escola, é o que dá a ela relevância política. Ainda para Freire, essa postura

Se opõe à posição integracionista e aposta na possibilidade de reforçar a autonomia cultural, entendida esta como a possibilidade que deve ter um grupo de decidir de uma forma livre, crítica e consciente sobre seu futuro, decidir quais os elementos de outras culturas pretende incorporar e quais os que pretende recusar, em função de suas necessidades e realidades concretas. Dessa forma, a interculturalidade aparece como um projeto democratizador.

A construção do espaço intercultural nas escolas indígenas está no campo da ampliação das identidades, nas interrelações com outras culturas, trabalhando valores e conhecimentos tanto do mundo indígena quanto do mundo do não-índio.

36 COLLET, Célia Letícia Gouvêa. *Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: um breve histórico*. In GRUPIONI, Op. Cit. p. 115.

37 MATOS, Kleber Gesteira e MONTE, Nietta Lindenberg. O estado da arte na formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Op. Cit. p. 97.

Por fim, garantir os processos próprios de aprendizagem neste curso de formação de indígenas significa atentar às concepções próprias de tempo, às práticas sócio-culturais específicas, aos conhecimentos sobre a natureza, aos valores de fortalecimento da identidade do grupo, à organização social do povo, aos saberes da comunidade advindos da tradição e da memória coletiva.

7 PERFIL DO GRADUANDO

O curso de licenciaturas aqui apresentado é dirigido aos grupos indígenas Guarani, Kaingáng e Xokleng, cujos membros estejam em exercício do magistério nas escolas indígenas, bem como aos demais membros das comunidades indígenas que desejem promover sua formação profissional na área da educação escolar indígena e gestão comunitária.

8 PERFIL DO GRADUADO

O graduado do **Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng** será educador³⁸ a atuar no exercício do magistério das escolas das terras indígenas e na relação dialógica com a sociedade não-indígena. Estará apto a freqüentar programas de pós-graduação.

Os três povos a que se destina este curso de licenciaturas tem, em sua história de contato com a sociedade nacional, mais de um século de espoliação de seu território tradicional, o que tem afetado sua organização social e cultural. Neste caso, o programa visa, além das competências registradas no Artigo 8º da Resolução CNE/CP nº 1 de 18.020, a formação de um profissional da educação que busque ensinar comprometendo-se com os projetos futuros de seu povo, visando a manutenção de sua cultura e tradições para o fortalecimento étnico. Este profissional deverá promover a formação de seus educandos qualificando-os para o diálogo com a sociedade nacional, na busca pela preservação dos recursos naturais de suas TIs.

O profissional que este programa de licenciaturas busca formar deve se comprometer com os assuntos de sua comunidade; auxiliar na resolução dos problemas de educação nas escolas; promover a construção de um Projeto Político Pedagógico Intercultural que articule os conhecimentos tradicionais e os da sociedade ocidental; contribuir na manutenção e

38 O educador indígena, na sua especificidade, desempenha papéis múltiplos nas comunidades indígenas, o que extrapola as atividades escolares.

revitalização da língua materna; proteger e manter os recursos naturais de seu território, bem como contribuir no processo de regularização fundiária, basal à garantia da sobrevivência cultural dos povos indígenas.

9 ATUAÇÃO DE TRABALHO

A formação de educadores indígenas em três terminalidades pretende atender parcialmente a demanda das Escolas Indígenas Guarani, Kaingáng e Xokleng, para atuarem na docência no primeiro e segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio de suas comunidades de acordo com suas realidades sociais e culturais.

Para além deste aspecto, os graduados terão qualificação para atuar em projetos de interesse dos povos indígenas.

10 PERFIL DO PROFESSOR FORMADOR

A escolha dos docentes requer acuidade e zelo para a garantia da unidade pedagógica do Curso. Os docentes deverão ter o aval do Colegiado de Curso e serão indicados e/ou escolhidos, por consenso, a partir dos seguintes critérios combinados entre si: atuação anterior em trabalhos com populações indígenas, preferentemente com os povos do sul, e com repercussão positiva; competência pedagógica; compromisso político; disposição de participar desta experiência; proximidade geográfica com a área de ocupação dos respectivos povos; titulação compatível com as exigências legais.

Mantidos os critérios, sempre que possível, os docentes da UFSC terão prioridade sobre os demais, pois é desejável que a universidade não seja mera executora do projeto, mas que este possibilite à instituição uma reflexão desde dentro sobre o seu próprio fazer pedagógico. Outra expectativa é a de que os docentes da UFSC estabeleçam vínculos com a temática indígena, expandindo seu campo de pesquisa neste âmbito e/ou realizem algum tipo de acompanhamento aos alunos indígenas que já cursam o ensino superior nesta universidade.

A continuidade do docente em nova etapa de trabalho será submetida à apreciação do Colegiado do Curso.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

11.1 Bases Legais

O curso **Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng** fundamenta-se nas seguintes bases legais:

- Constituição Federal do Brasil (1988) e Constituições Estaduais
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais e Decreto Presidencial nº 5.051/2004
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)
- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, MEC/1998
- Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (1998)
- Resolução CNE nº 02/1999
- Resolução CNE nº 03/1999
- Parecer CNE nº 14/1999
- Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001)
- Parecer CNE nº 10/2002
- Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, MEC/2002
- Lei nº 11.645/2008
- Decreto nº 6.755/2009³⁹
- Resolução nº 06/CD/FNDE/2009

Explicação:

No rastro da Constituição Federal de 1988, que reconhece a pluriétnicidade e o multilingüismo no país, foi editado o Decreto nº 26/1991, que dispõe sobre a educação escolar indígena no Brasil e determina que o MEC coordene as ações a ela referentes, cabendo aos estados e municípios a sua execução.

A Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559/1991 estabelece a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena, de caráter interinstitucional, com representações de entidades indígenas e com atuação na educação escolar indígena.

Outro marco importante no que se refere à escolarização de povos indígenas no Brasil foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que assegura às comunidades indígenas a utilização de sua língua materna e de processos próprios de aprendizagem, como exposto no artigo 210 da Constituição Federal.

A educação escolar indígena é mencionada também nos artigos 78 e 79 da LDB, que preconizam como dever do Estado o oferecimento de uma educação escolar intercultural e

39 Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

bilíngue, que fortaleça as práticas socioculturais e a língua materna de cada sociedade indígena e proporcione a oportunidade de recuperar sua memória histórica e reafirmar sua identidade, oportunizando também acesso aos conhecimentos técnico-científicos.

Para que isso possa ocorrer, a LDB determina a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e o desenvolvimento de currículos específicos. A LDB prevê também a formação de pessoal especializado para atuar na educação escolar indígena e na elaboração e publicação de materiais didáticos a serem utilizados nessa modalidade de educação.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Indígena (RCNEI), publicado no final de 1998, foi elaborado com o objetivo de subsidiar a elaboração e a implementação de programas de educação escolar indígena e contribuir para a formação de professores indígenas como também de técnicos, a fim de que se tornem aptos a apoiar e viabilizar essa modalidade de ensino. O RCNEI foi produzido com a contribuição de professores índios, com secretarias estaduais e municipais de educação, de entidades não-governamentais e de professores, antropólogos e lingüistas de diversas universidades brasileiras. Em decorrência disso, o documento reflete a multiplicidade dos atores envolvidos em sua formulação (MEC, 1995).

A Resolução CNE/CEB nº 002/1999 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal. Já a Resolução CEB/CNE, nº 003/1999, fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

A educação escolar indígena também está assegurada pelo Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo estado brasileiro em 2004, trata especificamente dos direitos educacionais dos povos indígenas nos artigos 26 a 31, afirmando que "deverão ser adotadas medidas para garantir aos membros dos povos interessados a possibilidade de adquirirem educação em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional."

É necessário ressaltar igualmente a Lei nº 11.645/2008, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo a obrigatoriedade do estudo de história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados; a Lei nº 12.449/2002, que institui a categoria de escola indígena em Santa Catarina, bem como o Parecer 282/2005/CEE, que normatiza a Educação Escolar Indígena para as

populações indígenas do Estado de Santa Catarina.

11.2 Proposta Curricular

A matriz curricular está organizada em regime semestral, sendo constituída por carga horária distribuída entre o Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade, incluindo as atividades de pesquisa de campo. Também há previsão de atividades artístico-culturais e de viagens de estudo para visitas a museus, sítios arqueológicos, institutos de pesquisas, arquivos públicos, bibliotecas, laboratórios, entre outros.

Cada semestre letivo será composto de etapas intensivas, que ocorrerão nas comunidades, conforme especificado anteriormente e no Campus da UFSC – Florianópolis, nos meses de janeiro, fevereiro e julho, coincidindo com o período de férias e recesso escolar. Esse conjunto perfaz um total de 3.348 horas, com carga horária distribuída em oito semestres, ou seja, quatro anos.

A primeira turma se constituirá como projeto experimental, financiado pela SECAD/MEC, UFSC e parcerias.

11.3 Matriz Curricular

A matriz curricular apresentada a seguir toma como ponto de partida a docência como a base para a formação do educador indígena para atuação em escolas de Educação Básica.

Destacamos, ainda, a preocupação com a formação para o atendimento de jovens e adultos inseridos nos processos de escolarização, e as especificidades que caracterizam a prática pedagógica na educação especial.

11.3.1 Distribuição das Disciplinas por Fase, Créditos e Carga Horária (Três turmas simultâneas)

Fase	Disciplina	Créditos	Carga Horária [PCC]*
1ª fase	- Laboratório de Ensino de Língua Indígena I (Guarani, Kaingáng e Xokleng) –	3	[54]
	- Língua Portuguesa I	4	72
	- História Indígena (pré e pós-colonial)	4	72 [12]
	- História do Pensamento Ocidental	3	54

Fase	Disciplina	Créditos	Carga Horária [PCC]*
	- Iniciação ao Discurso Científico	3	54
	- Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação	3	54
	Total de h/a no semestre		360 h/a
2ª fase	- Laboratório de Ensino de Língua Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	3	[54]
	- Organização Social Indígena (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	3	54 [9]
	- Mitologia Indígena I (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	3	54 [9]
	- Direitos Indígenas I	4	72
	- Gestão, Controle e Monitoramento das Áreas Indígenas	4	72
	- Metodologia de Pesquisa I	4	72
	Total de h/a no semestre		378 h/a
3ª fase	- Biodiversidade e Sociodiversidade	5	90
	- Território e Territorialidades	5	90
	- Laboratório de Ensino de Língua Indígena III (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	3	[54]
	- Gestão Educacional Indígena	4	72 [12]
	- Saúde Indígena I	3	54 [9]
	Total de h/a no semestre		360 h/a
4ª fase	- Organização do Trabalho Escolar I	4	72 [12]
	- Alfabetização em contexto bilíngüe	5	90 [15]
	- Infância Indígena	3	54
	- Metodologia do Ensino I	4	72 [12]
	Total de h/a no semestre		288 h/a
5ª fase	- Etnomatemática I	4	72 [12]
	- Práticas Corporais I	4	72 (12)
	- Laboratório de Ensino de Arte Indígena I	4	[72]
	- Introdução à Educação Especial e às Políticas Educacionais de Inclusão	2	36 [6]
	- Estágio I	14	252
	Total de h/a no semestre		504 h/a
03 Turmas Simultâneas			
6ª fase Turma 1	- Laboratório de Ensino de Língua Indígena IV (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	4	[72]
	- Literatura Indígena	4	72 [12]
	- Língua Portuguesa II	4	72 [12]
	- Literatura	4	72 [12]
	- Arte Indígena II	4	72 [12]

Fase	Disciplina	Créditos	Carga Horária [PCC]*	
	- Práticas Corporais II	4	72 [12]	
	Total de h/a no semestre		432 h/a	
6ª fase Turma 2	- Mitologia Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	4	72 [12]	
	- Direitos Indígenas II	4	72 [12]	
	- Direito Ambiental	4	72 [12]	
	- Antropologia	4	72 [12]	
	- Patrimônio Material e Imaterial	4	72 [12]	
	- Cartografia e Georeferenciamento dos Territórios Indígenas	4	72 [12]	
	Total de h/a no semestre		432 h/a	
6ª fase Turma 3	- Saberes tradicionais no Bioma Mata Atlântica (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	4	72 [12]	
	- Conservação e Regeneração das Formações Florestais	4	72 [12]	
	- Projetos para Sustentabilidade	4	72 [12]	
	- Gestão da Água	4	72 [12]	
	- Saúde Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	4	72 [12]	
	- Etnomatemática II	4	72 [12]	
	Total de h/a no semestre		432 h/a	
7ª fase	- Metodologia de Pesquisa II (Três terminalidades)	4	72	
	- Metodologia de Ensino II (Três terminalidades)	5	90 [15]	
	- Estágio II (Três terminalidades)	14	252	
	- TCC (Três terminalidades)	6	108	
	Total de h/a no semestre		522 h/a	
8ª fase	- Organização do Trabalho Escolar II	5	90 [15]	
	- Organização do Trabalho Escolar III	5	90 [15]	
	- Apresentação dos TCCs e da produção de um desenho curricular de escola específica (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	4	72	
	Total de h/a no semestre		252 h/a	
	Total Geral – Créditos e Carga Horária		172	3.096 h/a
	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		14	252 h/a
	TOTAL		186	3.348 h/a

* Horas correspondentes à Prática como Componente Curricular – PCC.

A matriz curricular do Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingáng e Xokleng seguirá as diretrizes da Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002, presentes em seu artigo 11.

11.3.2 Distribuição das Disciplinas por Terminalidades, Ementas e Bibliografia Básica

A) Formação Comum - Três turmas distintas (por povo indígena)

Disciplina	Ementa	Bibliografia Básica
Laboratório de Ensino de Língua Indígena I (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Reconhecer a diversidade e a classificação das línguas indígenas no Brasil. Identificar a família lingüística à qual pertence sua língua materna e conhecer outras línguas da mesma família. Refletir sobre as diferenças de funções e qualidades da oralidade e da escritura das línguas. Prática de ensino da língua materna.	<ul style="list-style-type: none"> - LANGDON, E.Jean. A Fixação da Narrativa: Do Mito para a Poética de Literatura Oral. <i>Horizontes Antropológicos</i>, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 1999. p. 45-68. - MONTSERRAT, Ruth. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In Grupioni, L.D. (org.). <i>Índios no Brasil</i>. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.93-104. - TEIXEIRA, Raquel As línguas indígenas no Brasil. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.291-311. - URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In Carneiro da Cunha, Manuela (org.). <i>História dos Índios no Brasil</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.87-102.
Língua Portuguesa I	Aprofundar o conhecimento de língua portuguesa, tanto na modalidade oral quanto escrita. Língua, texto e interação. Reflexão sobre a língua. Prática lingüística: leitura, produção de textos e análise lingüística (elementos de coesão e coerência). Tipologia e estrutura textual.	<ul style="list-style-type: none"> - CAMPEDELLI, Samira Yousseff; SOUZA, Jésus Barbosa. Produção de textos & usos da linguagem: curso de redação. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. - FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. <i>Oficina de texto</i>. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. - FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i>. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000-2006. - INFANTE, Ulisses. <i>Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação</i>. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2000. - MANDRYK, David; FARACO, Carlos Alberto. <i>Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários</i>. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
História Indígena (pré e pós-colonial)	Estudar a ocupação indígena no território que viria ser o Brasil, sua distribuição espacial, seu modo de vida e a relação com o meio. Compreender as modificações provocadas pela ocupação dos europeus e a resistência indígena. Noções Básicas de Arqueologia.	<ul style="list-style-type: none"> - CIMI. <i>Outros 500: construindo uma nova história</i>. São Paulo: Editora Salesiana, 2001. - FAUSTO, Carlos. <i>Os índios antes do Brasil</i>. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. - LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um Grande Cerco da Paz. Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995. - MILLER Jr., Tom O. Tecnologia Cerâmica dos Kaingang Paulistas. <i>Arquivos do Museu Paranaense</i>. Nova Série Etnologia, n. 2, 1978:1-51. - NACKE, Aneliese & BLOEMER, Neusa Maria Sens. Áreas Indígenas

		<p>Kaingang no Oeste de Santa Catarina. In NACKE, Aneliese et al.: <i>Os Kaingang no Oeste Catarinense. Tradição e Atualidade</i>. Chapecó: Argos, 2007.</p> <p>- NEVES, Eduardo. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p> <p>- PORRO, Antonio. <i>O povo das águas: ensaios de etnohistória amazônica</i>. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.</p> <p>- RIBEIRO, Berta. Arqueologia e história indígena no Brasil. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.171-192.</p> <p>- NOELLI, Francisco. <i>Sem Tekohá não há Tekó (Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí - RS)</i>. Porto Alegre: PUC, 1993. 2 v. (Dissertação de Mestrado)</p> <p>- PIAZZA, Walter F. & EBLE, Alroino B. Arqueologia do Valta. Perspectivas etnológicas (1957-1988) para arqueólogos. In Meggers, Betty J. <i>Prehistoria Sudamericana: Nuevas perspectivas</i>. Santiago de Chile: Taraxacum/Washington, 1992. p. 113-142.</p> <p>- SANTOS, Silvio Coelho dos. <i>Índios e Brancos no Sul do Brasil</i>. Porto Alegre: Movimento, Brasília: MINC/Pró-Memória/INL, 1987.</p> <p>- SANTOS, Silvio Coelho dos. <i>Os Índios Xokleng: Memória Visual</i>. Florianópolis: EdUFSC, 1997. 154 p.</p> <p>- SCHMITZ, Inácio S. J, A cerâmica Guarani da Ilha de Santa Catarina, <i>Pesquisas</i>, Porto Alegre, n. 3, 1959:267-326.</p>
História do Pensamento Ocidental	Identificar o processo histórico que produziu as características sócio-culturais do chamado “mundo dos brancos”.	<p>- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. <i>O que é História da Ciência?</i> São Paulo: Brasiliense.</p> <p>- CAPISTRANO DE ABREU, João. <i>Capítulos de história Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil</i>. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.</p> <p>- HOBSBAWM, Eric. <i>A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>- SEVCENKO, Nicolau. <i>A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.</p> <p>- CATANI, Afrânio Mendes. <i>O que É Capitalismo?</i> São Paulo: Brasiliense.</p> <p>- FENELON, Dea Ribeiro. <i>50 textos de História do Brasil</i>. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.</p> <p>- FUNARI, Pedro Paulo & Silva, Glaydson. <i>Teoria da História</i>. Coleção</p>

		Tudo é História nº 31. São Paulo: Brasiliense. - PRADO JR., Caio. <i>O que É Filosofia?</i> São Paulo: Brasiliense.
Iniciação ao Discurso Científico	Reconhecer as características do discurso científico, sua metodologia e formas de organizar o conhecimento, suas possibilidades e limitações.	- ALVES, Rubem. <i>Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e suas regras</i> . São Paulo: Loyola, 2000. - CHALMERS, Alan. <i>O que é ciência, afinal?</i> São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. - LÉVI-STRAUSS, Claude. “O encontro do mito e da ciência” e “Pensamento ‘primitivo’ e mente ‘civilizada’”. In <i>Mito e Significado</i> . Lisboa: Edições 70, 1978. p. 17-39.
Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação	Noções de tecnologia, histórico das tecnologias, Estudo das formas de uso das tecnologias de informação e comunicação por povos indígenas, introdução a sistemas operacionais e eletro-técnica computacional (manutenção simples), nomenclatura utilizadas (língua nacional e em línguas indígenas), programas de texto, programas de imagens, programas de internet, programas de áudio e de vídeo, programas de edição de áudio e vídeo.	- BRAND, A.; NASCIMENTO, A.C. A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios. Instituição Universidade Católica Dom Bosco, 2007. - BUCKINGHAM, D. <i>Crescer na era das mídias eletrônicas</i> , Edições Loyola, São Paulo, 2007. CANCLINI, Néstor García. <i>Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade</i> . São Paulo: EDUSP, 1997. - CERTEAU, M. de, <i>L'invention du quotidien. 1. Arts de faire</i> . Paris: Gallimard, 1990 (1980). Tradução brasileira: <i>A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer</i> . Petrópolis: Vozes, 2001. - CODONHO, C.G. <i>Aprendendo entre pares: a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marworno (Amapá, Brasil)</i> . Dissertação de Mestrado. UFSC, 2007. - DI FELICE, M. <i>O “digitalnativo”</i> . In: LOPES, M. I. V. e BUONANNO, M. (org.) <i>Comunicação social e ética</i> . São Paulo: Intercom, 2005, pp. 285-302. - GALLOIS, D. e CARELLI, V. <i>Vídeo e Diálogo Cultural – Experiência do Projeto Vídeo nas Aldeias</i> . In <i>Horizontes Antropológicos</i> , Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 61-72, jul/set, 1995. - NUNES, O. Jr. <i>O índio na rede da Aldeia Global: utilização de novas tecnologias por comunidades indígenas buscando a sustentabilidade na informação</i> , anais do “II Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade, saberes e práticas interculturais na universidade”, UCDB, Campo Grande, MS, 2007. In www.rededesaberes.org/eventos/index.html . _____. <i>A existência essencial da escola e a educação indígena guarani</i> . Anais da ANPEDSul, VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Itajaí, 2008. _____. <i>Internetnicidade: Caminhos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação entre Povos Indígenas</i> . Florianópolis: UFSC,

		2009 (Dissertação de Mestrado).
Laboratório de Ensino de Língua Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Decodificação da língua oral para a escrita. Vocabulário específico. Prática de ensino da língua materna.	A definir
Organização Social Indígena (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Memória de como era a organização social, e como é a organização nos dias de hoje, relação de parentesco (consangüinidade e afinidade), família extensa, nascimento, casamento, casamento inter-étnico, morte, escolha das lideranças, distribuição espacial na aldeia, formas atuais de organização social e política na relação inter-étnica.	<ul style="list-style-type: none"> - MELATTI, Julio Cezar <i>Índios do Brasil</i>, São Paulo: Edusp, 2007. - NOTZOLD, Ana Lúcia V. <i>O ciclo de vida Kaingáng</i>. Florianópolis: Imprensa/UFSC, 2004. - ROSA, Helena Alpini. A trajetória histórica da escola dentro da Tekoa Guarani de Massiambu um campo de possibilidades. In: Congresso Internacional de Estudos Íbero Americanos, 2008, Porto Alegre. <i>Anais do VII Congresso Internacional de Estudos íbero Americanos</i>. Porto Alegre, 2008. - ROSA, Helena, Alpini. História Oral e Micro-história: aproximações, limites e possibilidades. In: IV Encontro Regional Sul de História Oral, 2007, Florianópolis. Associação Brasileira de História Oral - VI Encontro Regional Sul de História Oral, 2007. v. Único
Mitologia Indígena I (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Refletir sobre as qualidades do conhecimento mítico, suas características e formas de transmissão e as diferenças em relação ao conhecimento científico. Observar a importância da performance e da oralidade na transmissão dos mitos e refletir sobre seu processo de escrita.	<ul style="list-style-type: none"> -LANGDON, E.Jean. Performance e Preocupações Pós-Modernas na Antropologia. In <i>Performáticos, Performance e Sociedade</i>, Brasília, UnB, v. 1, n. 1, 1996. p. 23-29. - LOPES DA SILVA, Aracy. Mito, razão, história e sociedade: interrelações nos universos socioculturais indígenas. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.317-335. - LOPES DA SILVA, Aracy. Mitos e Cosmologias Indígenas no Brasil: Breve Introdução. In Grupioni, L.D. (org.). <i>Índios no Brasil</i>. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 75-82. - NIMUENDAJÚ, Curt. <i>Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará</i>. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
Direitos Indígenas I	Conceito de Direito. Constituição Federal. Direitos Fundamentais. Hierarquia das Normas. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Introdução ao Direito Internacional. Estado-Nação. Direitos Humanos. Etnicidade. Tratados Internacionais. Convenções Internacionais. Recepção no Ordenamento Jurídico Brasileiro das Normas Internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - CIMI-NE. <i>Os direitos indígenas na Constituição Federal</i>. Recife: Cimi NE. 1993. - CIMI SUL. Caderno de estudo. Vamos demarcar nossa terra. Florianópolis: Cimi Sul. 2004. - GAIGER, Júlio M. G. <i>Direitos indígenas na Constituição Brasileira de 1988</i> (e outros ensaios). Brasília: CIMI, 1989. - GUIMARÃES, Paulo Machado. Proteção legal das terras indígenas. In LARANJEIRAS, Raimundo. <i>Direito Agrário Brasileiro</i>. São Paulo: LTR, 1999.

	<p>Processo Judicial. Dinâmica do Judiciário. Jurisdição. Competência. Ministério Público. Advocacia Geral da União. Introdução ao Direito Administrativo. Processo Administrativo. Ato administrativo. Funai. INCRA. FUNASA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). <i>Legislação indigenista brasileira e normas correlatas</i>. 2.ed. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003. - SANTILLI, Juliana (coord.). <i>Os Direitos Indígenas e a Constituição</i>. Porto Alegre: NDI e Sérgio Fabris Ed., 1993. 312 p. - SANTOS, Silvio Coelho dos. <i>Os direitos dos indígenas no Brasil</i>. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 87-105. - SANTOS, Silvio Coelho dos. <i>Povos Indígenas e a Constituinte</i>. Porto Alegre e Florianópolis: Editora Movimento e EdUFSC, 1989. 83 p. - SANTOS, Silvio Coelho dos (org.). <i>Sociedades Indígenas e o Direito</i>. Florianópolis: EdUFSC, 1985. - Santos, Silvio Coelho dos (org.). <i>O Índio Perante o Direito</i>. Florianópolis: EdUFSC, 1982. - SOUZA FILHO, Carlos F. Marés. <i>O Direito Envergonhado: o Direito e os Índios no Brasil</i> In Grupioni, L.D. (org.). <i>Índios no Brasil</i>. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.153-168.
<p>Gestão, Controle e Monitoramento das Áreas Indígenas</p>	<p>Espaço geográfico como habitat dos povos. Estrutura fundiária brasileira. Relação entre formas de posse e uso sustentável dos recursos naturais. Sustentabilidade e controle sobre o território indígena.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - VIDAL, Lux As terras indígenas no Brasil. In Grupioni, L.D. (org.) <i>Índios no Brasil</i>. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.193-204.
<p>Metodologia de Pesquisa I</p>	<p>Diferentes concepções e finalidades de pesquisa e suas aplicabilidades. Métodos e técnicas de pesquisa para elaboração de trabalhos científicos. Ética e etapas do processo de produção científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - VALLS, Álvaro. <i>O que é Ética?</i> São Paulo: Brasiliense. - Williams, Joseph M. <i>A arte da pesquisa</i>. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (tradução Henrique A. Rego Monteiro). - BECKER, Howard S. <i>Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais</i>. São Paulo: Hucitec, 1994. - HUHNE, Leda Miranda (org). <i>Metodologia Científica</i>. Cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1987. - FERRI, Cássia. <i>Gênese de um currículo multicultural: tramas de uma experiência em construção no contexto da educação escolar indígena</i>. São Paulo: PUC, 2000. (Tese de Doutorado em Educação).
<p>Biodiversidade e Sociodiversidade</p>	<p>Variedades sócio-culturais e sua influência no contexto nacional. Formas de manejo indígenas e sua importância na conservação da biodiversidade. Ameaças à biodiversidade: extinção, fragmentação, degradação, espécies invasoras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - AZANHA, G. 2002. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In Lima, A. C de S e Hoffmann, M.B (Org.). <i>Etnodesenvolvimento e políticas públicas bases para uma nova política indigenista</i>. Rio de Janeiro, Contra Capa /LACED. p.29-37. - BALÉE, William. "Biodiversidade e os Índios Amazônicos" In Viveiros

	<p>Biodiversidade no sul do Brasil, interações ecológicas na manutenção da biodiversidade: impactos antrópicos, introdução à etnobotânica, o papel das agências governamentais e não governamentais na manutenção da sócio-biodiversidade. As políticas públicas e a sócio-biodiversidade: a influência da agenda internacional e a influência das políticas de desenvolvimento nacional. Os investimentos para a restauração e manutenção da biodiversidade no mundo e no Brasil.</p>	<p>de Castro, E. & Carneiro da Cunha, M. <i>Amazônia: História e Etnologia</i>, FAPESP/NHII, 1993. p. 385-393.</p> <ul style="list-style-type: none"> - BERGON, HARPER, TOWSED. 1995. <i>Ecologia</i>. Ed. Omega. Barcelona. - GIANINNI, Isabelle Vidal. Os índios e suas relações com a natureza In Grupioni, L.D. (org.). <i>Índios no Brasil</i>. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.144-152. - GRAY, Andrew. O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.109-124. - PNUMA. 1992. <i>Convenio sobre la Biodiversidad</i>. Naciones Unidas. Rio de Janeiro. - RICARDO, Carlos Alberto. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i>. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.29-56. - - RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). <i>Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995</i>. SP: Instituto Socioambiental, 1996. - RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). <i>Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000</i>. SP: Instituto Socioambiental, 2000. - RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). <i>Povos Indígenas no Brasil 2001/2005</i>. São Paulo: ISA, 2006. - STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. <i>Anuário Antropológico</i>, 84, p. 11-44, 1985.
<p>Territórios e Territorialidades (Guarani, Kaingáng e Xokleng)</p>	<p>O espaço na tradição de cada povo indígena, contribuição da arqueologia e etnohistória. Interrelação terra-território-territorialidade-territorialização. Territórios de ocupação e mobilidade tradicional e novas territorialidades. Sobreposição de espaços e escassez de recursos naturais. Terras Indígenas e conservação ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ALBUQUERQUE, J. G. Língua, Cultura, Territorialidade: formação do professor índio no Brasil central. In: VIII <i>Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa</i>, 1998. Macau: 1998. - BRIGHENTI, Clovis A. & OLIVEIRA, Osmarina. Espaço, memória e territorialidade; as terras indígenas em SC. In <i>Cadernos do Ceom</i>. Chapecó: Unochapecó, ano 20, n.27 dez.2007. 21-41. BRIGHENTI, Clovis Antonio. <i>A territorialidade guarani e a ação do Estado</i> – estudo comparado entre Brasil e Argentina. In <i>TELLUS/NEPPI</i>, Campo Grande: UCDB. ano 4, n.6 abr.2004. - MELATTI, Julio Cezar. <i>Índios do Brasil</i>, São Paulo: Edusp, 2007.
<p>Laboratório de Ensino de Língua Indígena III (Guarani, Kaingáng)</p>	<p>Desdobramentos da língua oral para a escrita. Prática de Ensino de Língua Materna.</p>	<p>A definir</p>

e Xokleng)		
Gestão Educacional Indígena	Apresentação da história da educação escolar indígena, principalmente, dos movimentos sociais que originaram as políticas de educação indígena. Compreensão das políticas e sua importância na construção de uma escola indígena diferenciada. Estudo da gestão escolar a partir da organização do trabalho pedagógico, do planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola indígena.	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i>: apresentação dos temas transversais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. - _____. <i>Referenciais para formação de professores</i>. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1999. - _____. <i>Diretrizes curriculares nacionais</i>. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2001. - MEC. <i>As Leis e a Educação Escolar Indígena</i>, Brasília: MEC/SEF, 2001. - MEC. <i>Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas</i>. Brasília: MEC/SEF, 1998. - SANTOS, Silvio Coelho dos. <i>Educação e Sociedades Tribais</i>. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
Saúde Indígena I (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Saúde como bem viver. Conhecimentos práticos tradicionais. Noções gerais sobre prevenção de doenças transmissíveis e profilaxia sobre parasitoses dérmicas e do trato digestivo. Noções de anatomia comparada – as indígenas e a ocidental. Políticas e gestão da saúde.	<ul style="list-style-type: none"> - LANGDON, E. J. . Saberes Biomédicos e Saberes Indígenas: Um Desafio para a Política de Saúde Indígena. <i>Revista de Divulgação Cultural</i>, Blumenau, FURB, n. 64, p. 76-80, 1998. - LANGDON, E. J. . Saúde Indígena: A Lógica de Processo de Tratamento. <i>REVISTA DE SAUDE EM DEBATE</i>, São Paulo, n. JANEIRO, p. 12-15, 1988. - HELMAN, Cecil G. Dor e cultura. In <i>Cultura, saúde e doença</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. pp. 165-175. - LANGDON, Esther Jean. Cultura e os processos de saúde e doença. In OLIVEIRA, Marlene; JEOLÁS, Leila Sollberger (orgs.) <i>Anais do Seminário sobre cultura, saúde e doença</i>. Londrina: Centro de Intervenção e Pesquisa em Saúde Indígena/Ministério da Saúde/Prefeitura Municipal de Londrina/UEL, 2003. - LANGDON, E. J.; GARNELO, Luiza (org.) <i>Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa</i>. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004. pp. 233-243. - MINISTÉRIO DA SAÚDE. <i>Política Nacional de atenção à saúde dos povos indígenas</i>. Brasília: FUNASA, 2002.
Organização do Trabalho Escolar I	Compreensão e análise crítica das políticas educacionais, bem como da organização escolar e da legislação educacional referentes à Educação Básica, em suas diferentes modalidades de ensino.	<ul style="list-style-type: none"> - Monte, Nietta. Textos para o currículo escolar indígena In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.). <i>Práticas Pedagógicas na Escola Indígena</i>. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2000. p.47-69.

Alfabetização em Contexto Bilíngue	Identificar a importância da alfabetização na língua materna. Refletir sobre os desafios da escrita das línguas chamadas ágrafas. Letramento em língua materna. O entorno lingüístico.	<ul style="list-style-type: none"> - LADEIRA, Maria Elisa (2001) De bilhetes e diários: oralidade e escrita entre os Timbira In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.) <i>Antropologia, História e Educação</i>, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, p.303-330. - CAMARGO, Eliane (2001) Grafando o ágrafo: um ponto de vista lingüístico a partir dos caxinauá In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.) <i>Antropologia, História e Educação</i>, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, p.360-396. - MACEDO, Ana Vera (2000) A alegria da descoberta: uma experiência construtivista de alfabetização In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.) <i>Práticas Pedagógicas na Escola Indígena</i>, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, p.136-148.
Infância Indígena	Reconhecer as concepções de infância de cada povo indígena e refletir sobre os mecanismos centrais dos processos de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, habilidades, técnicas e concepções próprias à educação das crianças indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> - LOPES DA SILVA, Aracy, MACEDO, Ana Vera & NUNES, Ângela. <i>Crianças Indígenas, Ensaios Antropológicos</i>. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. - COHN, Clarice. <i>Antropologia da Criança</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. - TASSINARI, Antonella. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. In <i>Revista Tellus</i>, Campo Grande: UCDB, n.13, ano 7, outubro/2007, p.11-25.
Metodologia de Ensino I	Reflexões sobre o papel do ensino e as funções da docência na escola indígena; planejamento; técnicas didático-pedagógicas; avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> - FERREIRA, J. R.; FERREIRA, M. C. C. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.). <i>Políticas e práticas de educação inclusiva</i>. Campinas: Autores Associados, 2004. - FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: 8 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998. - BRASIL, Ministério da Educação. <i>Referenciais para a formação de professores indígenas</i>. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002 - PENTEADO, Heloisa Dupas. <i>Metodologia do Ensino de História e Geografia</i>. Coleção Magistério. - SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil GT-05: Estado e Política Educacional, <i>Anais 31ª Reunião Anual da ANPEd</i>, em Caxambu, 19-22 de outubro de 2008.
Etnomatemática I	Origem e conceituação da Etnomatemática; Compreensão da Etnomatemática em sua	<ul style="list-style-type: none"> - D'AMBROSIO, Ubiratan (1990) <i>Etnomatemática</i>, São Paulo: Ática. - FERREIRA, Mariana (org.). <i>Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos</i>. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora,

	dimensão pedagógica; A pesquisa em etnomatemática e suas implicações na sala de aula.	2002.
Práticas Corporais I	Reconhecer a importância das práticas corporais nos processos educativos, os cuidados e técnicas corporais presentes em cada povo, valorizando-as e estimulando-as como linguagem privilegiada. Danças indígenas e rituais.	SEEGER, Anthony. O significado dos ornamentos corporais. In <i>Os índios e nós</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1980. SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In <i>Boletim do Museu Nacional</i> , nº 32, 1987, p.2-19. LEA, Vanessa. O Corpo como suporte para a geometria. In Ferreira, Mariana (org.). <i>Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos</i> . São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. p.185-205.
Laboratório de Ensino de Arte Indígena I	Reconhecer e refletir sobre as expressões artísticas presentes em cada cultura indígena. Seu valor simbólico, sua utilidade, técnicas de produção e distribuição. Prática de Ensino da Arte Indígena.	- NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. <i>Cipó Guambé, Taquaruçu e Anilina: conhecendo os artesanatos Kaingáng</i> . Santa Maria: Palloti, 2009. - RIBEIRO, Berta. As artes da vida do indígena brasileiro In Grupioni, L.D. (org.) <i>Índios no Brasil</i> . São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.135-144. - VAN VELTHEM, Lucia. Arte Indígena: referentes sociais e cosmológicos In Grupioni, L.D. (org.) <i>Índios no Brasil</i> . São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.83-92. - VIDAL, Lux & Lopes da Silva, Aracy. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). <i>A Temática Indígena na Escola</i> . Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.369-402. VIDAL, Lux. (Org.). <i>Grafismo indígena</i> . Estudos de Antropologia Estética. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP/EDUSP, 1992.
Introdução à Educação Especial e às Políticas Educacionais de Inclusão	Introdução à aprendizagem da pessoa com necessidades educacionais especiais. Noções sobre os fundamentos do Ensino Inclusivo. Sobre a pessoa portadora de necessidades especiais no contexto educacional: deficiência visual, deficiência auditiva e deficiência física. Os parâmetros curriculares nacionais: sobre as adaptações curriculares. O papel do professor na educação inclusiva.	- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994. - GARDNER, H. A nova ciência da mente. São Paulo. EDUSP, 2003. - MAZZOTA, M.J.S. O portador de deficiência e o direito à educação. São Paulo, v. 32, p. 25, 1993. - VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
Estágio I	Orientações básicas sobre o Estágio Supervisionado. Aplicação dos conhecimentos	- BURIOLLA, Marta A. Feiten. <i>O estágio supervisionado</i> . São Paulo: Cortez, 1995.

	teóricos e metodológicos adquiridos, por meio da aplicação de atividades práticas em escolas indígenas.	- CADERNOS DO CED. <i>A prática do ensino em questão</i> . Florianópolis: UFSC, 1986. - ORTIZ, Hilda B. Dmitruk (org.). <i>Cadernos Metodológicos: diretrizes de metodologia científica</i> . Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2004.
--	---	---

B) Formação Específica - Três turmas distintas (por terminalidade)

B.1) Linguagens - Ênfase Línguas Indígenas

Disciplina	Ementa	Bibliografia Básica
Laboratório de Ensino de Língua Indígena IV (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Política lingüística. Contextos de uso e metodologia do ensino de língua indígena. Prática do Ensino de Língua Materna.	A definir.
Literatura Indígena	A produção recente de literatura indígena. A narrativa oral. Mitos.	A definir.
Língua Portuguesa II	Parâmetros curriculares nacionais. Metodologia do ensino de língua portuguesa.	- ANTUNES, Irandé. <i>Aula de português: encontro & interação</i> . 2. ed. São Paulo: Parábola, 2004. - GERALDI, João Wanderley. <i>O texto na sala de aula</i> . 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. - BRASIL. MEC, <i>Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa</i> . SEF, 1995. - SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. <i>Proposta Curricular</i> . Florianópolis, 1998. - TRAVAGLIA, Luiz Carlos. <i>Gramática e Interação – uma Proposta para o Ensino de Gramática e no Primeiro e Segundo Graus</i> . São Paulo: Cortez, 1996.
Literatura	Gêneros literários. Literatura e letramento. O ensino de literatura. Leitura literária.	- CANDIDO, Antônio. <i>Literatura e sociedade</i> . São Paulo: Nacional, 1980. - CARVALHO, Bernardo de. <i>As Iniciais (romance)</i> . Cia. das Letras, 1999. - HAUTOUM, Milton. <i>Cinzas do Norte</i> . São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. - RANCIÈRE, Jacques. <i>O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2002. - ANTUNES, Arnaldo. <i>As Coisas. II</i> . Rosa Moreau Antunes. São Paulo: Iluminuras, 1993.
Arte Indígena II	Delimitar as expressões artísticas presentes em cada cultura indígena, enquanto espaço de ensino,	- RIBEIRO, Darcy (Ed.) <i>Suma Etnológica Brasileira 3 – Arte indígena</i> . Petrópolis: Vozes, 1987. - RIBEIRO, Darcy (Ed.) <i>Suma Etnológica Brasileira 2 – Tecnologia</i>

	aprendizagem e linguagem.	indígena. Petrópolis: Vozes, 1987.
Práticas Corporais II	A corporalidade, os cuidados e técnicas corporais presentes em cada etnia, enquanto espaço de ensino, aprendizagem e linguagem.	A definir.
Metodologia de Pesquisa II	Construção do projeto de TCC; etapas da construção do TCC. A importância da pesquisa junto às comunidades indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> - BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. <i>Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos</i>. Porto: Porto Editora, 1994. - GOLDENBERG, Miriam. <i>A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais</i>. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2004. - NUNES, Edson. <i>A Aventura Sociológica</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. - FONSECA, Claudia; SHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya (org). <i>Antropólogos em Ação: experimentos de pesquisa em direitos humanos</i>. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2007. - SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 19. ed; São Paulo. Cortez editora. 1993.
Metodologia de Ensino II	Problematização da realidade educacional indígena e organização de projetos pedagógicos.	<ul style="list-style-type: none"> - CANDAU, Vera Maria. <i>A Didática em questão</i>. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. - GADOTTI, Moacir. <i>História das Idéias Pedagógicas</i>. 6.ed.Porto Alegre: Ática, 1998. Série Educação. - LIBÂNEO, José Carlos. <i>Democratização da Escola Pública. A pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos</i>.8.ed. São Paulo: Loyola, 1989.Coleção Educar 1. - DEMO, P. <i>Educar pela pesquisa</i>. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. - FREIRE, Paulo. <i>Educação como prática de liberdade</i>. 24ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
Estágio II	Estudo da realidade local, com levantamento das principais necessidades a serem trabalhadas. Envolvimento do estagiário no exercício da docência. Reflexão sobre o cotidiano da escola indígena e elaboração de plano de intervenção pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> - BURIOLLA, Marta A. Feiten. <i>O estágio supervisionado</i>. São Paulo: Cortez, 1995. - VASCONCELLOS, Celso dos Santos. <i>Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização</i> 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000. - VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G. <i>Escola: espaço do projeto político-pedagógico</i>. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000. - NÓVOA, Antonio (org.). <i>Os professores e a sua formação</i>. 2. Ed. Lisboa (Portugal): Dom Quixote, 1995.
TCC	Desenvolvimento e redação da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. <i>A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. SP: EPU, 1988.

	monográfica relativa ao projeto de pesquisa. Apresentação do Trabalho Final.	<ul style="list-style-type: none"> - RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i>. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1989. - SANTOS, Antônio R. dos. <i>Metodologia científica: a construção do conhecimento</i>. 5 ed. RJ: DP&A, 2002. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i>. SP: Cortez: Autores Associados, 1989.
--	--	--

B.2) Humanidades – Ênfase Direitos Indígenas

Disciplina	Ementa	Bibliografia Mínima
Mitologia Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	Reconhecer a importância do conhecimento mitológico específico de seu povo e refletir sobre os limites e possibilidades de utilização dos mitos na literatura e processos de ensino e aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> - NIMUENDAJU, Curt. <i>Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará</i>. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. - NOTZOLD, Ana Lúcia V. <i>Ouvir memória, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingáng</i>. Santa Maria: Pallotti, 2006.
Direitos Indígenas II	<p>Histórico da Legislação Indigenista. Direitos individuais e coletivos. Direitos Indígenas na Constituição Federal. Lei 600/1973 – Estatuto do Índio. Estatuto das Sociedades Indígenas. A natureza Jurídica das Terras Indígenas. Direito Constitucional indigenista x Direito Civil. Demarcação das Terras Indígenas. Decreto 1.775/1996. Portaria da Funai nº 14/1996. Demarcação Judicial das terras Indígenas. As 19 condicionantes do STF e suas implicações nas demarcações das terras indígenas.</p> <p>Legislação indigenista Internacional (Convenção 169 OIT; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – ONU 2007). Direito à educação diferenciada. Direito à saúde. Conhecimentos Tradicionais. Conflitos com a Justiça. Direito Penal. Crime de Racismo. Prisão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - BARBOSA, Marco Antônio. <i>Direito antropológico e terras indígenas no Brasil</i>. São Paulo: Plêiade: Fapesp, 2001. - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L6001.htm>. - _____. Superior Tribunal de Justiça. Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. DO 11/08/2005. p. 1, Seção I. - CORDEIRO, Enio. <i>Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas</i>. Brasília: Instituto Rio Branco; Fund. Alexandre Gusmão. Centro de estudos Estratégicos, 1999 p. 108-162. CUNHA, Cláudio Alberto Gusmão. <i>O atual regime jurídico das terras indígenas</i>. 2000. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. - CUNHA, Manuela Carneiro. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. <i>O Índio e a cidadania: 96/100</i>. São Paulo: Brasiliense, 1983. - _____. <i>Os direitos do índio: ensaios e documentos</i>. São Paulo, Editora

	<p>Homicídio. Lesões Corporais. Maus Tratos. Injúria, calúnia, difamação. Infância. Gênero.</p>	<p>Brasiliense, 1987.</p> <ul style="list-style-type: none"> - _____. <i>Os índios no direito brasileiro hoje</i>. São Paulo Comissão Pró-Índio, 1997. - _____. <i>Legislação indigenista no Século XIX: Uma compilação: 1808-1889</i>. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. - GAIGER, Júlio M. G. <i>Direitos indígenas na Constituição Brasileira de 1988 (e outros ensaios)</i>. Brasília: CIMI, 1989. - GOMES, Mércio Pereira. <i>O caminho brasileiro para a cidadania indígena</i>. In: PINSKY, Jaime. <i>História da Cidadania São Paulo: Contexto</i>, 2005. - LEITE, Ilka Boaventura (org). <i>Laudos periciais antropológicos em debate</i>. Florianópolis: NUER / ABA, 2005. - LIMA, Antônio Carlos de Souza e BARRETTO FILHO, Henyo Trindade (orgs.) <i>Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002</i>. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. - LIMA, Antonio Carlos de Souza e HOFFMANN, Maria Barroso (orgs.). <i>Para além da tutela. Bases para uma nova política indigenista III</i>. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. - _____. <i>Estado e povos indígenas. Bases para uma nova política indigenista II</i>. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. - _____. <i>Etnodesenvolvimento e políticas públicas. Bases para uma nova política indigenista I</i>. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002. - OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) <i>Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo</i>. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. - PERRONE-MOISÉS, Beatriz. <i>Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)</i>. In: CUNHA, Manuela Cardoso da (org.) <i>História dos índios no Brasil</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. - ROCHA, Ana Flávia (Org.). <i>A defesa dos direitos socioambientais no Judiciário</i>. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. - ROCHA, Everardo. <i>O que é etnocentrismo</i>. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. - SANTA CATARINA. Procuradoria da República em Santa Catarina. Disponível em: <http://www.prsc.mpf.gov.br/>. - SANTOS, Sílvio Coelho dos. <i>Direitos Humanos e os direitos dos povos indígenas no Brasil</i>. In: Ilha – Revista de Antropologia / UFSC. Programa
--	---	--

		<p>de Pós-Graduação em Antropologia Social. V. 7, números 1 e 2 (2005) – Florianópolis: UFSC/PPGAS, 2005.</p> <p>- _____. <i>Os povos indígenas e a constituinte</i>. Florianópolis: Ed. da UFSC/Movimento, 1989.</p> <p>- _____. et. al. (orgs.) <i>Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos</i>. Florianópolis: UFSC, 1985.</p> <p>- _____(org). <i>O índio perante o direito; ensaios</i>. Florianópolis: UFSC, 1982.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Terras tradicionalmente ocupadas por índios. In: SANTILLI, Juliana. <i>Os direitos indígenas e a Constituição</i>. Porto Alegre: SAF/NDI, 1993.</p> <p>- _____. <i>Curso de Direito Constitucional Positivo</i>. São Paulo: Malheiros, 2008.</p> <p>- SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia; HELM, Cecília Maria Vieira (orgs.). <i>A perícia antropológica em processos judiciais</i>. Florianópolis: EdUFSC, 1994.</p> <p>- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. <i>O renascer dos povos indígenas para o direito</i>. Curitiba: Juruá, 1999.</p> <p>- VITÓRIA, Francisco de. <i>Os índios e o direito da guerra: De Indis et de Jure Belli Relectiones</i>. Ijuí: Unijuí, 2006.</p>
Direito Ambiental	<p>Conceito e Princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente - A crise ambiental - O movimento ecológico - Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito Ambiental Brasileiro. Direitos Tradicionais. Proteção ao Conhecimento tradicional. Biopirataria. Implantação de Barragens, Rodovias, Linhas de Transmissão e outros em Terras indígenas. Exploração de recursos ambientais em Terras indígenas. Educação Ambiental.</p>	<p>- AFONSO DA SILVA, José. Ação popular constitucional. São Paulo: <i>Revista dos Tribunais</i>, 1968.</p> <p>- _____. <i>Direito Ambiental constitucional</i>. São Paulo: Malheiros, 1994.</p> <p>- AGUIAR, Roberto Armando Ramos. <i>Direito do meio ambiente e participação popular</i>. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal/ IBAMA, 1994.</p> <p>- ANTUNES, Paulo de Bessa. <i>Direito Ambiental</i>. 7. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.</p> <p>- BRIGHENTI, Clovis A. <i>Necessidade de novos paradigmas ambientais. Implicações e contribuição Guarani</i>. In. Cadernos do Prolam. Ano 4 Vol. 2 Jul./dez. 2005.</p> <p>- LEME MACHADO, Paulo Affonso. <i>Estudos de Direito Ambiental</i>. São Paulo: Malheiros, 1994. 166p.</p> <p>- ODUM, Eugene. <i>Fundamentos de ecologia</i>. 4.ª ed. Lisboa: INA, 1988. 459 p.</p> <p>- PUREZA, José Manuel, FRADE, Catarina. <i>Direito do ambiente</i>. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.</p> <p>- ROCCO, Rogério. <i>Legislação brasileira do meio ambiente</i>. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.</p>

Antropologia	Identificar os conceitos básicos da Antropologia: cultura, relativismo, etnocentrismo, diversidade cultural, raça e etnia e reconhecer as possibilidades de utilização em relação à sua experiência sócio-cultural.	<ul style="list-style-type: none"> - DA MATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução à Antropologia Social</i>, Petrópolis, Vozes, 1983. - LARAIA, Roque. <i>Cultura: um conceito antropológico</i>, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. - THOMAZ, Omar R. "A antropologia e o mundo contemporâneo: cultura e diversidade" In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.) <i>A Temática Indígena na Escola</i>, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
Patrimônio Material e Imaterial	Identificação e registro dos bens culturais expressivos da diversidade cultural indígena; artefatos, utensílios, artesanatos, objetos com expressivo valor simbólico. Saberes e modos de fazer; celebrações; linguagens musicais, iconográficas e performáticas; espaços em que se produzem as práticas sociais; ambientes do meio biótico essenciais na cosmologia dos povos indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> - FUNARI, Pedro Paulo & Pelegrini, Sandra. <i>O que é patrimônio cultural imaterial?</i> Coleção Primeiros Passos, nº 331, São Paulo: Brasiliense. - GALLOIS, Dominique Tilkin. <i>Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos do Amapá e norte do Pará</i>. São Paulo: Iepé, 2006. 96 p.
Cartografia e Georeferenciamento dos Territórios Indígenas	Histórico e classificação da Cartografia. Introdução ao georeferenciamento. Coleta de dados. Geocodificação. Manipulação gerenciamento de dados. Modelos digitais de terreno. Mapeamento por computador. Processamento de Imagens. Sistemas aplicativos. Sistemas de Informação Geográfica (SIG/CAD). Sistemas Especialistas. O uso das tecnologias de Geoprocessamento. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Plataformas e sensores. Análise visual de imagens. Aplicação dessas informações para os territórios indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> - CRÓSTA, Álvaro P, <i>Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto</i>. Campinas: IG/UNICAMP, 1992. - MOREIRA, Maurício Alves. <i>Fundamentos do Sensoriamento Remoto e metodologias de aplicação</i>. 1ª ed. São José dos Campos, SP, 2001.
Metodologia de Pesquisa II	Construção do projeto de TCC; a pesquisa propriamente dita	<ul style="list-style-type: none"> - BECKER, Howard S. <i>Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais</i>. São Paulo: Hucitec, 1994. - HUHNE, Leda Miranda (org). <i>Metodologia Científica</i>. Cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1987. GIL, Antonio Carlos. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

		<ul style="list-style-type: none"> - LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. São Paulo: EPU, 1986. - MINAYO, Maria Cecília de Souza. <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i>. 4. Ed. Petrópolis(RJ): Vozes, 1995. - ORTIZ, Hilda B. D. (org.). <i>Cadernos Metodológicos I e II</i>. Chapecó: UNOESC, 1996. - PÁDUA, Elisabete M.M. de. <i>Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática</i>. Campinas: Papirus, 1996.
Metodologia de Ensino II	Problematização da realidade educacional indígena e organização de projetos pedagógicos.	<ul style="list-style-type: none"> - LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</i>. São Paulo: Cortez, 2003. - MORAES, R.; LIMA, V. M. R. <i>Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos</i>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. - GADOTTI, Moacir. <i>História das Idéias Pedagógicas</i>. 6.ed. Porto Alegre: Ática, 1998. Série Educação.
Estágio II	Estudo da realidade local, com levantamento das principais necessidades a serem trabalhadas. Envolvimento do estagiário no exercício da docência. Reflexão sobre o cotidiano da escola indígena e elaboração de plano de intervenção pedagógica.	<ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros curriculares nacionais</i>: Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. - MEKSENAS, Paulo. Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: a contribuição de Paulo Freire. <i>Revista Espaço Acadêmico</i>, nº 78, novembro 2007. (Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. VII pp. 01-12).
TCC	Desenvolvimento e redação da pesquisa monográfica relativa ao projeto de pesquisa. Apresentação do Trabalho Final.	<ul style="list-style-type: none"> - LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. <i>A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. SP: EPU, 1988. - RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i>. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1989. - SANTOS, Antônio R. dos. <i>Metodologia científica: a construção do conhecimento</i>. 5 ed. RJ: DP&A, 2002. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i>. SP: Cortez: Autores Associados, 1989.

B.3) *Conhecimento Ambiental – Ênfase Gestão Ambiental*

Disciplina	Ementa	Bibliografia Mínima
Saberes Tradicionais no Bioma	Análise global sobre a história humana, o presente	- DIEGUES, Antonio Carlos. <i>Etnoconservação: novos rumos para a</i>

<p>Mata Atlântica (Guarani, Kaingang e Xokleng)</p>	<p>e as mudanças decorrentes da antropização dos biomas e do bioma mata atlântica. A história da ocupação e convivência dos grupos indígenas no Bioma Mata Atlântica, avaliação crítica sobre a função e contribuição das aéreas de reserva para a conservação dos ecossistemas naturais: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Problematização transversal de conceitos como: “sociedade”, “indivíduo”, “cultura”, “natureza”, “política”, “poder”, “tradição”, “identidade”, “ciência”, “técnica”, “experiência”, “economia”, “gênero”, “comunicação” e “participação”, dentre outros possíveis.</p> <p>Práticas e conhecimentos tradicionais da relação, usos e manejos do bioma mata atlântica. Bioma enquanto espaço físico e mitológico.</p>	<p>proteção da natureza nos trópicos. 2ed. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo: Hucitec, 2000.</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPRA, Fritjof. <i>A teia da vida</i>. São Paulo: Cultrix, 2001. - DEAN, W. <i>A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira</i>. Companhia das Letras. São Paulo, 1996. 484p. - FOGEL, R. 1998. El conocimiento tradicional. In: FOGEL, R. (Compilador). <i>Mbyá Recové, La resistencia de um pueblo indomito</i>. Asunción: Universidade Nacional de Pilar/Ceri. 415 p. - FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INPE. 2002. Atlas dos remanescentes da Mata Atlântica 1995-2000. São Paulo, Fundação SOS Mata Atlântica. - GRUBER, Jussara G. <i>O livro das árvores</i>. Benjamim Constant: Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues, 1997. 96 p. - LADEIRA, M.I.; MATTA, P. 2004. <i>Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas por nossos antigos avós = Ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y</i>. São Paulo: CTI – Centro de Trabalho Indigenista. 116p. - LITTLE, P.E. 2002. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In <i>Etnodesenvolvimento e políticas públicas bases para uma nova política indigenista</i>. Rio de Janeiro, Contra Capa/LACED. p.39-47. - NOELLI, F.S. 1993. <i>Sem Tekohá não há Tekó</i> (Em busca de um modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma área de Domínio no Delta do Rio Jacuí- RS). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, Porto Alegre-RS. _____. El Guarani agricultor. 1994. <i>Revista Acción</i>, Asunción, Paraguai, v.144. p.17-20. _____. 1996. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. <i>Revista de Antropologia</i>, São Paulo, USP, v.39 n°2. p. 7-53. - RIBEIRO, Darcy (Ed.). <i>Suma etmológica brasileira</i>. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
<p>Conservação e Regeneração das Formações Florestais</p>	<p>Uso racional e conservação dos recursos florestais. O Ecossistema Florestal: conceitos, funcionamento, e caracterização do ecossistema florestal. Conceitos básicos de ecologia florestal e desenvolvimento florestal sustentável. O papel da floresta na conservação da biodiversidade, dos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - KAGEYAMA, P.Y. 1990. Plantações de Essências Nativas Florestais de Proteção e Reflorestamentos Mistos - <i>Documentos Florestais</i>, Piracicaba. ESALQ. (8):1-9, jan. PROBIOMMA.2006.http://sistemas.mma.gov.br/sigepubdisplay_bibliografia.phpvId_Gerenciamento=1444&vId=1266&Destaque=7. Acessado em 18/05/2009. - VIANA, V.M., A.J.Tabanez and Martinez, J.L.A.1992. Restauração e

	<p>recursos hídricos e da produtividade do solo. Legislação florestal: preservação permanente e reserva legal. Conservação de fragmentos florestais. Genética da conservação da diversidade. Manejo de espécies e ambientes. Importância da conservação e regeneração das formações florestais; características edafoclimáticas, botânicas e ecológicas das regiões florestais do Sul do Brasil; diversidade florística nos diferentes tipos de vegetação e fitofisionomias correspondentes, recuperação de áreas degradadas, corredores naturais, reconhecimento das principais espécies florestais da região; princípios de ecologia florestal; uso atual e alternativas para a sua racionalização dentro de uma produção sustentável. Plantas do futuro.</p> <p>Práticas tradicionais de manejo ambiental e possibilidades atuais. Aquecimento global e cuidados.</p>	<p>manejo de fragmentos de florestas naturais. <i>II Congresso Nacional sobre Essências Nativas</i>. Instituto Florestal, São Paulo, SP.</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANDRAE, F.A. <i>Ecologia florestal</i>. Imprensa Universitária. UFSM, Santa Maria, 1978. 230p. - LEITE, P.F. <i>As diferentes unidades fitoecológicas da Região Sul do Brasil. Proposta de Classificação</i>. Pós-Graduação em Engenharia Florestal, UFPR, 1994.160p. - RODRIGUES, R. R. & LEITÃO-FILHO, H. F. <i>Matas ciliares. Conservação e recuperação</i>. Edusp. São Paulo, 2000. 320p. - CARVALHO, P.E.R. <i>Espécies florestais brasileiras</i>. Brasília, CNP Florestas-EMBRAPA, 1994. - CARVALHO, P.E.R. <i>Espécies florestais brasileiras: recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira</i>. Brasília: Embrapa - CNPF, 1994. - LORENZI, H. <i>Árvores brasileiras</i>. São Paulo, Ed. Plantarum, 1992. - LAMPRECHT, H. <i>Silvicultura nos trópicos: ecossistemas florestais e respectivas espécies arbóreas - possibilidades e métodos de aproveitamento sustentado</i>. Eschborn, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH., 1990. 343 p.
<p>Projetos para Sustentabilidade</p>	<p>Noções sobre a origem e as transformações do conceito de ecologia, incluindo sua perspectiva social, introdução à problemática ambiental: aspectos históricos, sociais e culturais, conceitos de Agroecologia e Sustentabilidade, o lugar da Agroecologia no debate teórico atual do desenvolvimento, estudo e discussão de experiências agroecológicas realizadas em outros locais/aldeias ou contextos diversos de programas de (etno)desenvolvimento que tenham contemplado práticas de cunho sustentáveis: rotação e consorciação de culturas, sistemas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - LEFF, Enrique. <i>Ecologia, capital e cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável</i>. Blumenau, SC: Editora da Furb, 2000. - _____. <i>Saber Ambiental: sustentabilidade, complexidade, poder</i>. Petrópolis: Vozes, 2001. - _____. <i>Epistemologia ambiental</i>. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002. - GEILFUS, F. <i>80 Herramientas para el Desarrollo Participativo</i>. IICA. Costa Rica, 1997. 202p. - ALTIERI, M. 2002. <i>Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável</i>. Guaíba Agropecuária. 592p.

	<p>agroflorestais, adubação verde e orgânica, plantio direto/cultivo mínimo, utilização de fertilizantes naturais pouco solúveis, caldas e extratos vegetais, agrobiodiversidade, integração lavoura-pecuária, aproveitamento sustentável dos recursos hídricos, bioconstruções, dentre outras, inserção no debate sobre a abordagem agroecológica e metodologias participativas. princípios organizadores dos principais sistemas técnicos agroecológicos. problematização transversal de conceitos como: “ambiente”, “ecologia”, “produção”, “agricultura”, “desenvolvimento”, “extensão rural”, “participação”, “sustentabilidade”, “tecnologia”, “prática” e “resiliência”, entre outros, fundamentos para a elaboração de projetos técnicos, noções de administração e gestão social e econômica de programas e projetos, estudos sobre potencialidades de agregação de valor aos produtos indígenas, problematização transversal de conceitos como: “projeto”, “propriedade”, “mercado”, “autonomia”, “organização”, “política” e “jurídico”, entre outros</p> <p>Recursos naturais e sustentabilidade. Consumo e necessidades básicas.</p>	
Gestão da Água	<p>Estudo do ciclo hidrológico. Distribuição da água no planeta. Usos múltiplos da água. Aspectos legais do planejamento de recursos hídricos. Planejamento de bacias hidrográficas. Práticas tradicionais de uso e conservação do ambiente, bacias hidrográficas, nascentes e aquíferos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - BRASIL, Lei Federal n. 9433 de 1997 que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. - BRASIL, Lei Federal n. 9795 de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. - SOUSA JÚNIOR, W. C. <i>Gestão das Águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios</i>. 1. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2004. v. 1. 164 p. - SETTI, Arnaldo Augusto. <i>A necessidade do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos</i>. Ministério do Meio Ambiente. Brasil. 1996.

Saúde Indígena II (Guarani, Kaingáng e Xokleng)	A definir	A definir
Etnomatemática II	A pesquisa em etnomatemática e suas implicações na sala de aula.	<ul style="list-style-type: none"> - FERREIRA, Mariana (2000) Conhecimentos matemáticos de povos indígenas de São Paulo In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.) <i>Práticas Pedagógicas na Escola Indígena</i>, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, p.211-235. - MACEDO TINOCO, Sílvia (2000) Nunca Dez! A matemática karai-ko e o uso do ábaco entre os Waiãpi do Amapá In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.) <i>Práticas Pedagógicas na Escola Indígena</i>, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, p.236-251.
Metodologia de Pesquisa II	Construção do projeto de TCC; a pesquisa propriamente dita.	<ul style="list-style-type: none"> - BECKER, Howard S. <i>Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais</i>. São Paulo: Hucitec, 1994. - HUHNE, Leda Miranda (org). <i>Metodologia Científica</i>. Cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1987. GIL, Antonio Carlos. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. - LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. <i>Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i>. São Paulo: EPU, 1986. - MINAYO, Maria Cecília de Souza. <i>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</i>. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995. - ORTIZ, Hilda B. D. (org.). <i>Cadernos Metodológicos I e II</i>. Chapecó: UNOESC, 1996. - PÁDUA, Elisabete M.M. de. <i>Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática</i>. Campinas: Papirus, 1996.
Metodologia de Ensino II	Problematização da realidade educacional indígena e organização de projetos pedagógicos.	<ul style="list-style-type: none"> - LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. <i>Educação Escolar: políticas, estrutura e organização</i>. São Paulo: Cortez, 2003. - MORAES, R.; LIMA, V. M. R. <i>Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos</i>. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. - GADOTTI, Moacir. <i>História das Idéias Pedagógicas</i>. 6.ed. Porto Alegre: Ática, 1998. <p>Série Educação.</p>
Estágio II	Estudo da realidade local, com levantamento das principais necessidades a serem trabalhadas. Envolvimento do estagiário no exercício da docência. Reflexão sobre o cotidiano da escola	<ul style="list-style-type: none"> - SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da. (Org.). <i>Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática</i>. Natal: EdUFRN, 2005. - LIBÂNEO, José Carlos. <i>Pedagogias e Pedagogos, para quê?</i> São Paulo: Cortez, 1999.

	indígena e elaboração de plano de intervenção pedagógica.	- _____. Organização e gestão da Escola-Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
TCC	Desenvolvimento e redação da pesquisa monográfica relativa ao projeto de pesquisa. Apresentação do Trabalho Final.	- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. <i>A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas</i> . SP: EPU, 1988. - RUDIO, Franz Victor. <i>Introdução ao projeto de pesquisa científica</i> . 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1989. - SANTOS, Antônio R. dos. <i>Metodologia científica: a construção do conhecimento</i> . 5 ed. RJ: DP&A, 2002. THIOLLENT, Michel. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i> . SP: Cortez: Autores Associados, 1989.

C) Projeto Político Pedagógico - Integração das áreas (por povo indígena)

Disciplina	Ementa	Bibliografia Mínima
Organização do Trabalho Escolar II	A aprendizagem e os saberes indígenas. A metodologia de ensino dos anos finais do ensino fundamental.	A definir.
Organização do Trabalho Escolar III	Juventude indígena e escola. Habilidades e competências. Organização e metodologia do ensino médio.	A definir.
Apresentação dos trabalhos de conclusão de curso e da produção de um desenho curricular de escola específica (Guarani, Kaingáng e Xokleng).	Socialização dos TCCs individuais e das propostas de organização curricular e de gestão do projeto político pedagógico de cada etnia.	A definir.

11.4 Estrutura Organizacional Pedagógica

A organização das atividades se dará pelo processo da Pedagogia da Alternância, entendido como a vivência dos processos educativos de forma alternada, parte das experiências de formação na comunidade e escolas indígenas e outra parte na universidade.

Privilegia os diferentes tempos e espaços do aprender e possibilita o estabelecimento de relações entre os saberes produzidos na comunidade indígena e os saberes científicos. Estimula o exercício da pesquisa e extensão possibilitando a articulação entre o estudo e as práticas culturais, como elementos fundamentais de formação.

O Tempo-Universidade e o Tempo-Comunidade estarão imbricados já que são formas metodológicas de interlocução sobre os mesmos temas. As atividades de pesquisa de campo estarão relacionadas às suas vivências e práticas culturais do grupo étnico, servindo como suporte para a manutenção e revitalização da existência indígena, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos especificados anteriormente.

A organização do Tempo-Comunidade

Caracterizado por períodos de problematização, reflexão e produção do conhecimento, articulados entre os saberes produzidos pelos sujeitos dos grupos indígenas (Guarani, Kaingang e Xokleng) e os saberes científicos. Este processo será conduzido por uma equipe composta por docentes de diversos campos do conhecimento e sábios indígenas. Essa equipe será composta e alterada de acordo com as demandas da matriz curricular. Este momento no processo de ensino constitui espaços de leitura, pesquisa, reflexão e síntese.

Será sempre precedido de planejamento e orientações, tarefas sistematizadas, socializadas e acompanhadas por docentes, tutores/monitores. Está constituído em produção de trabalhos acadêmicos relacionados às áreas de formação docente, vivências de investigação em espaços educativos e comunidade indígena, práticas de investigação-ação e estágios de prática pedagógica por equipe docente nas áreas de formação em escolas e espaços educativos.

A organização do Tempo-Universidade

O tempo-universidade constitui períodos de aulas (problematização, reflexão, produção do conhecimento) e avaliação das atividades realizadas à distância no tempo-comunidade. Compõe espaço de ensino e pesquisa (leitura, reflexão e síntese).

Atividades de pesquisa de campo

Funcionam como elementos de informação ou aprofundamento dos conhecimentos e exigem planejamento e preparação antecipada, bem como a sistematização da experiência vivenciada. Destinam-se a contatos com instituições, projetos e ações vinculadas à educação e

às questões indígenas, bem como atividades artístico-culturais e visitas a museus, sítios arqueológicos, institutos de pesquisas, monumentos, arquivos públicos, bibliotecas, laboratórios, entre outros.

Apoio pedagógico

Constitui espaços de atendimento individualizado e em grupo a educandos que apresentem dificuldades específicas, atendidos por tutores/monitores orientados por docentes. Tem a finalidade de acompanhar e buscar alternativas para as dificuldades na produção dos conhecimentos elaborados. No tempo-comunidade o apoio dos tutores/monitores, também será de fundamental importância para o alcance das atividades propostas. Nesse período, o atendimento será viabilizado através da logística utilizada pela educação à distância nas escolas indígenas.

Espaço de estudo orientado

Visa orientação para os estudos e produção de sínteses após cada etapa dos tempos de vivência na universidade e comunidade, e organização dos seminários de socialização.

Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso

Espaço de orientação do trabalho de conclusão do curso. O TCC será desenvolvido ao longo do Curso de Graduação, sendo o trabalho final fruto das reflexões teórico-práticas ao longo da formação, relacionando-se obrigatoriamente às suas práticas culturais. Docentes orientarão o TCC, podendo ser elaborado em duplas. O TCC será fruto de pesquisas e vivências realizadas na interlocução durante o curso e deverá considerar as realidades de cada povo. Proporará projetos de ação pedagógica a serem desenvolvidos junto às escolas e comunidades, com temas escolhidos pelos alunos.

Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino

Terá como foco central a reflexão da prática educacional e comunitária incidindo sobre todos os aspectos da vida cotidiana da escola. O estágio supervisionado poderá ser efetivado em duplas. A partir do exercício de reflexão sobre a prática de ser educador indígena possibilita-se a construção de projetos de intervenção pedagógica na escola e/ou comunidade.

Formação de Formadores

Por tratar-se de um programa de licenciaturas específico, o curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingáng e Xokleng possui uma estrutura curricular que abrange diferentes áreas do conhecimento científico ocidental, somado aos conhecimentos tradicionais de cada um dos três povos a que se destina.

Nesse sentido, será empreendido um processo formativo destinado ao corpo docente para entendimento quanto à estrutura do curso, sua metodologia e os processos didático-

pedagógicos da educação para os povos indígenas. Objetiva também a avaliação contínua do curso, dos seus discentes e docentes. Assim, o processo formativo está configurado em oito etapas que antecedem o início de cada semestre.

12 PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Entende-se que para a execução deste curso, por sua especificidade, serão necessárias três equipes de coordenação:

- a) coordenação geral;
- b) coordenação administrativa: encarregada da viabilização das questões operacionais, financeiras, de parcerias e documental, entre outras necessidades específicas para o desenvolvimento de todas as etapas do curso e
- c) coordenação pedagógica: coordenará as avaliações sistemáticas do desenvolvimento do programa, elaboração dos relatórios semestrais, organização das formações continuadas com os docentes envolvidos, acompanhamento do andamento do processo de ensino e aprendizagem, acompanhamento das pesquisas, promoção de encontros sistemáticos com os docentes para avaliação e planejamento, entre outros.

Estas equipes serão formadas por representantes das entidades envolvidas (CIESI), com a participação de representantes dos graduandos por etnia.

O corpo docente será formado por professores com experiência em educação escolar indígena e nas respectivas áreas do conhecimento, bem como especialistas, pensadores e sábios indígenas das etnias envolvidas neste projeto. Serão programados cursos com o objetivo de discutir e aprofundar questões pertinentes à Educação Escolar Indígena contando com docentes estudiosos do tema.

Como referencial teórico-metodológico para o desenvolvimento deste curso, assumem-se os pressupostos do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, a legislação para educação escolar indígena, além de se valer de pesquisas desenvolvidas na área em questão. Por ser um projeto piloto, estará sujeito a avaliação permanente que poderá sugerir alterações e/ou ampliações no decorrer do processo, mas para tanto será considerada a participação política de seus atores (docentes, equipe de coordenação e graduandos).

A avaliação dos educandos será processual, diagnóstica, participativa, formativa e contínua, oportunizando aos sujeitos participantes o redimensionamento das ações desenvolvidas, apontando a necessidade de avançar ou retomar determinados objetivos

propostos, aprendizagens significativas, constituindo-se num exercício permanente de diálogo sobre o processo.

Para esta avaliação serão considerados trabalhos desenvolvidos no tempo-universidade e no tempo-comunidade, como a elaboração e execução de projetos visando a difusão de práticas culturais próprias, produção de material didático específico, pesquisas, atividades práticas, avaliações da aprendizagem, atividades em grupo, trabalhos desenvolvidos em sala de aula e diários de registros, objetivando subsidiar a elaboração do trabalho final.

Além dos aspectos pedagógicos acima citados, será aplicada a legislação vigente da UFSC, mais especificamente a Resolução nº 017/CUn/97 que, em seu Capítulo IV - Do Regimento Escolar, Seção I - Da Frequência e do Aproveitamento, prevê:

Artigo 69 § 6º - “O aproveitamento nos estudos será verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno, frente aos objetivos propostos no plano de ensino” e

Artigo 70 - “A verificação do alcance dos objetivos em cada disciplina será realizada progressivamente, durante o período letivo, através de instrumentos de avaliação previstos no plano de ensino.”

Os demais artigos deixam claro o caráter formativo que a avaliação de aprendizagem deve ter.

Formas de sistematização das avaliações:

Colegiado da avaliação: constituído por representantes do corpo discente, docente e coordenações, terá por objetivo analisar e avaliar o processo educativo como um todo e encaminhar propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo quando necessário;

Reuniões Pedagógicas (docentes e coordenadores): nelas os educadores coletivamente poderão analisar o processo, considerando a avaliação geral e os diários de atividades produzidos coletivamente, organizando as propostas para o planejamento integrado e reorientação do percurso formativo, quando necessário, e estabelecendo reflexões sobre a sua atuação no curso;

Relatório pedagógico (semestral): garantirá periodicamente o registro das atividades, análise e reflexão sobre o processo desenvolvido a cada semestre;

Diário de registro das atividades desenvolvidas pelos graduandos: consiste no registro periódico de acompanhamento dos docentes das atividades desenvolvidas pelos graduandos no tempo-comunidade e no tempo-universidade;

Produção individual e coletiva dos graduandos: materiais construídos pelos

graduandos a cada período, tais como: produções escritas, seminários, relatórios (de viagens de estudo, de estágio etc.), projetos e posteriormente o trabalho de conclusão de curso;

Fichas de auto-avaliação dos graduandos: deverão expressar análise do aproveitamento individual de cada graduando, a partir de uma auto-reflexão do mesmo sobre seu aprendizado e participação no curso;

Parecer descritivo: análise e registro do aproveitamento individual dos graduandos realizados pelos docentes;

Acompanhamento de execução técnica e financeira: a ser elaborado semestralmente com o objetivo de constituição do relatório final;

Relatório final: sistematização e análise dos dados semestrais e produção do relatório final do curso.

13 CRONOGRAMA E CRITÉRIOS DE INGRESSO

O Curso terá início em outubro de 2010, com seleção prevista durante o primeiro semestre de 2010 e conclusão prevista para julho de 2014.

A seleção será feita mediante concurso vestibular específico, com a oferta de 40 vagas para cada etnia (Guarani, Kaingáng e Xokleng). As provas serão realizadas em locais a definir.

Estarão aptos a realizar a seleção os indígenas egressos do Ensino Médio. Também poderão participar do processo seletivo educadores e lideranças indígenas graduados que desejarem cursar a licenciatura indígena, uma vez que a matriz curricular deste curso é específica, não permitindo validação de créditos de quaisquer outros cursos.

A seleção buscará identificar os candidatos mais comprometidos com as questões educacionais em suas comunidades e que estejam buscando formação para trabalhar com educação escolar indígena.

A seleção será realizada mediante:

- 1) Análise do memorial, no qual o candidato relatará sua experiência educacional (como estudante e professor, quando for o caso) e explicitará os motivos de buscar a formação em licenciatura;
- 2) Atividades de leitura e escrita, de modo a aferir a competência em leitura e escrita e identificar necessidades de instrumentalização;
- 3) Carta de apresentação da comunidade indígena assinada pela liderança, com indicação do candidato e justificativas do motivo da indicação;

4) Entrevista com banca devidamente designada, oportunidade na qual o candidato deverá expressar suas idéias e concepções sobre questões relativas à educação em geral, à educação indígena, à educação escolar, às relações interculturais e à formação universitária.

13.1 Cronograma de Execução do Curso

ANO	MESES	ATIVIDADES
2010.2	Outubro	Início das aulas para a 1ª Fase do curso.
	Janeiro/fevereiro	Fim da 1ª Fase.
2011.2	Abril	Início da 2ª Fase.
	Julho	Fim da 2ª Fase.
2011.2	Outubro	Início da 3ª Fase.
	Janeiro/fevereiro	Fim da 3ª Fase
2012.1	Abril	Início da 4ª Fase.
	Julho	Fim da 4ª Fase
2012.2	Outubro	Início da 5ª Fase.
	Janeiro/Fevereiro	Fim da 5ª Fase
2013.1	Abril	Início da 6ª Fase.
	julho	Fim da 6ª Fase
2013.2	Outubro	Início da 7ª Fase.
	Janeiro/Fevereiro	Fim da 7ª Fase
2014.1	Abril	Início da 8ª Fase.
	Julho	Fim da 8ª Fase.

14 ESPAÇO FÍSICO, INFRA-ESTRUTURA E CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

O Centro de Filosofia e Ciências Humanas carece de espaço físico para comportar, até o momento as atividades do curso Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica. Para a efetivação o curso necessitará inicialmente de três salas de aula com capacidade para quarenta alunos e espaço para atendimento pedagógico, espaço e equipamentos para a Coordenação do Curso (linha telefônica, computadores, entre outros) e viabilização do acesso aos espaços acadêmicos de direito aos graduandos da UFSC. Há necessidade de ampliação do espaço do Departamento de História, com vistas a duas salas

para os trabalhos das coordenações e secretaria. Necessita também de equipamentos que auxiliem a implantação do curso.

Com relação ao quadro docente, embora possa se contar com docentes qualificados para a especificidade do referido curso entre os profissionais de diversos centros da UFSC e das Instituições parceiras, haverá necessidade da contratação de professores a ser definida posteriormente. Além disso, serão necessários, no mínimo, dois profissionais técnico-administrativos a organizar a secretaria administrativa e pedagógica do Curso.

Outro ponto a ser considerado refere-se a alojamento para estudantes indígenas em regime especial de estudos. No caso do Curso Licenciaturas dos Povos Indígenas os estudantes são originários das comunidades indígenas e não contam com recursos financeiros para sua manutenção nas instituições formadoras no tempo-comunidade e tempo-universidade, o que pode se constituir em provável problema para a permanência no curso.

15 BIBLIOGRAFIA

15.1 Geral

ALVARES, Miriam. K. Maxakali: A criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização, *Revista Antropológicas*, 2004, ano 8, volume 15(1): 49-78.

BANDEIRA, Dione R. *Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga – Arqueologia e Etnicidade*. Tese de doutorado em Arqueologia. Campinas, IFCH/Unicamp, 2004.

CAMARGO, E. *Grafando o ágrafo: um ponto de vista lingüístico a partir dos caxinauá* In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.). *Antropologia, História e Educação*, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, (2001). p.360-396.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.) – *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 611 p.

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática*. São Paulo: Ática, 1990.

Da Matta, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FERNANDES, J. *Índio – esse nosso desconhecido*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1993, 149 p.

FERREIRA, M. Conhecimentos matemáticos de povos indígenas de São Paulo. In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.). *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2000.

FERREIRA, M. (org.). *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editor, 2002.

- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 24ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FUNARI, P. P. & Pelegrini, S. *O que é patrimônio cultural imaterial?* Coleção Primeiros Passos, nº 331. São Paulo: Brasiliense.
- GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. 6.ed. Porto Alegre: Ática, 1998. Série Educação.
- GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988. 237 p.
- GALLOIS, Dominique T. *Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental*. Colóquio França Brasil. Diversidade Cultural. BNP, Paris, Outubro 2005.
- GALLOIS, D.T. Intercâmbio de imagens e reconstruções culturais. *Revista Sinopse*, Címus- USP, 2000.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. *Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos do Amapá e norte do Pará*. São Paulo: Iepé, 2006. 96 p.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. 279 páginas.
- GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org.) *Formação de Professores: repensando trajetórias*. Brasília DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- KLEIN, R. M. *Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina*. Itajaí: SUDESUL, FATMA, HBR, 1978. (Flora Ilustrada Catarinense; 5).
- LADEIRA, Maria Elisa. *De bilhetes e diários: oralidade e escrita entre os Timbira* In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.). *Antropologia, História e Educação*, São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2001.
- LANGDON, E.J.M. e ROJAS, B.G. “Saúde: Um fator ignorado numa situação de mudança rápida – A situação da Área Indígena Ibirama, SC”, In *A barragem de Ibirama e as populações atingidas na Área Indígena*. Boletim de Ciências Sociais A 51/52, 1991.
- LANGDON, E. J. . Saberes Biomédicos e Saberes Indígenas: Um Desafio para a Política de Saúde Indígena. *Revista de Divulgação Cultural*, Blumenau, FURB, n. 64, p. 76-80, 1998.
- LANGDON, E. J. . Saúde Indígena: A Lógica de Processo de Tratamento. *Revista de Saúde Em Debate*, São Paulo, n. janeiro, p. 12-15, 1988.
- LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LEA, Vanessa. O Corpo como suporte para a geometria. In Ferreira, Mariana (org.) *Idéias Matemáticas de Povos Culturalmente Distintos*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. p.185-205.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogias e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *Organização e gestão da Escola-Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LOPES DA SILVA, Aracy & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola – novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/ Mari/ UNESCO, 1995. 575 p.

LOPES DA SILVA, Aracy. *Índios*. São Paulo: Ática, 1988. 40 p. (Coleção Ponto-por-Ponto)

LOPES DA SILVA, Aracy, Macedo, Ana Vera & Nunes, Ângela. *Crianças Indígenas, Ensaios Antropológicos*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002.

MACEDO, Ana Vera. A alegria da descoberta: uma experiência construtivista de alfabetização. In Lopes da Silva, Aracy & Ferreira, Mariana (orgs.). *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2000.

MEC. *As Leis e a Educação Escolar Indígena*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

MEC. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MELATTI, Julio César. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1983. 220 p.

MORAES, R.; LIMA, V. M. R. *Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PREZIA, Benedito e HOORNAERT, Eduardo – *Brasil indígena: 500 anos de resistência*. São Paulo: Editora FTD, 2000, 263 páginas.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986. 96 p. (Coleção Princípios)

RIBEIRO, Berta. As artes da vida do indígena brasileiro In Grupioni, L.D. (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992

RICARDO, Carlos Alberto (editor responsável). *Povos indígenas no Brasil – 1996/ 2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001. 831 páginas.

ROCHA, Cinthia Creatini da. *Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo prapem/microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina. Relatório final*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento/EPAGRI, 2008.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986. 134 p.

ROSA, Helena Alpini. *A trajetória histórica da escola na comunidade Guarani de Massambu, Palhoça, SC – um campo de possibilidades*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História. 2009. (Dissertação de Mestrado)

SEEGER, Anthony. O significado dos ornamentos corporais In *Os índios e nós*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SEEGER, Anthony, Da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In *Boletim do Museu Nacional*, 1987, nº 32.

SILVA, Aracy, Macedo, Ana Vera & Nunes, Ângela. *Crianças Indígenas, Ensaios Antropológicos*. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2002. p.117-149.

SILVA, Maria Lucia Santos Ferreira da. (Org.). *Estágio Curricular: Contribuições para o Redimensionamento de sua Prática*. Natal: EdUFRN, 2005.

SOUSA JÚNIOR, W. C. *Gestão das Águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios*. 1. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2004. v. 1. 164 p.

SETTI, Arnaldo Augusto. *A necessidade do Uso Sustentável dos Recursos Hídricos. Ministério do Meio Ambiente*. Brasil, 1996.

TASSINARI, Antonella. Antropologia, Educação e Diversidade In Cardoso, Vânia (org.) *Diálogos Transversais*, Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2008. p.161-178.

TASSINARI, Antonella. Concepções Indígenas de Infância no Brasil In *Revista Tellus*, n.13ano 7, n.13, outubro/2007, Campo Grande: UCDB, 2008, p.11-25.

Thomaz, Omar R. “A antropologia e o mundo contemporâneo: cultura e diversidade” In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VAN VELTHEM, Lucia. Arte Indígena: referentes sociais e cosmológicos In Grupioni, L.D. (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992 p.83-92.

VIDAL, Lux. (Org.). *Grafismo indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/EDUSP, 1992.

VIDAL, Lux. *Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque - Kuahi*. Texto disponibilizado em www.institutoiepe.org.br.

VIDAL, Lux & Lopes da Silva, Aracy. O sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material In Lopes da Silva & Grupioni (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*, Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ANPOCS, 1986.

_____. *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

_____. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In RICARDO, B. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: ISA, 2006. p. 41-49.

15.2 Guarani

AGUIRRE NEIRA, Juan Carlos. *Ocupação e gestão territorial de indígenas Mbyá-Guarani: Análise a partir da formação da Aldeia Itanhaen em Santa Catarina – Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas/UFSC, 2008.

ALCARAZ LOPEZ, Gloria Margarita. *A fecundidade entre os Guarani: um legado de Kunhankarai*. Rio de Janeiro: ENSP, 2000. 217 p. (Tese de Doutorado)

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. O caso Guarani: o que dizem os vivos sobre os que se matam? In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 725-8.

_____. *O Projeto Kaiowá-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional, 1991. 441 p. (Dissertação de Mestrado)

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. São Paulo: USP, 1998. 282 p. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO LEITÃO, Ana Valéria Nascimento (Org.). *A defesa dos direitos indígenas no judiciário: ações propostas pelo Núcleo de Direitos Indígenas*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1995. 544 p.

ASSIS, V.S. de & GARLET, I.J. *Levantamento antropológico sobre as áreas indígenas no trecho Camaquã-Guaíba/RS (BR 116) e o Impacto do Empreendimento Gasoduto Cruzeiro do Sul*. São Leopoldo. Relatório, 1999.

_____. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. *Revista de Indias*, Madrid, vol. LXIV, (230):35-54, ene./abr. 2004.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO/PR. *Índios do Paraná : Texto base para o ensino do primeiro e segundo graus*. Curitiba : Anai-PR, 1983. 64 p.

AZEVEDO, Frederico Ming. *A questão indígena e a urbanização*. São Paulo: USP, 2000. (Monografia)

AZEVEDO, Marta Maria. O programa de alfabetização do projeto Kaiowá-Ñandeva. In: SILVA, Aracy Lopes da (Coord.). *A questão da educação indígena*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.107-11.

-----; CIMI. O suicídio entre os Guarani Kaiowá. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 8, n. 58, p. 6-28, jan./mar. 1991.

BARBOSA, Carla Gonçalves Antunha. *Trazidos... Por Tupã: a luta pelo território Guarani em São Paulo*. São Paulo: USP, 1994. 190 p. (Dissertação de Mestrado)

BARBOSA, Marco Antônio. Índios Guarani defendem suas terras na justiça. In: MONTEIRO, John Manuel et al (Orgs.). *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu; CPI, 1984. p. 145-8.

BARABAS, A.M. Introducción: Una mirada etnográfica sobre los territorios simbólicos indígenas. In BARABAS. Alicia M. (Coord.) *Diálogos con el territorio. Simbolización sobre el espacio en las culturas indígenas de México*. Vol. I. México D.F., INAH, 2003. p.15-36.

BARTOLOMÉ, M.A. *Shamanismo y Religión entre los Ava-Katu-Ete del Paraguay*. México, D.F., Instituto Indigenista Interamericano, 1977.

BASINI RODRIGUEZ, José E. *Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mito-práxis mbyá-guarani*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 1999.

_____. *Práxis, mito e processo civilizatório na narrativa dos mbyá guarani atuais*. Trabalho apresentado na V RAM, Florianópolis/SC, 30.11 a 03.12.03. 2003.

BERNARDES, Margarida Gennari (Coord.). *Javy'a jalee-vy - Lendo com alegria*. Brasília : Missão Evangélica Caiuá/SIL, 1992. 53 p. (Livro de Primeiras Leituras Kaiwá). Circulação restrita.

BIASE, Helena de. A contribuição da pedagogia Freinet na construção de escola indígena diferenciada na grande metrópole. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001. p. 87-106. (Antropologia e Educação)

BOND, Rosana. *A saga de Aleixo Garcia. O descobridor do império Inca*. Florianópolis: Insular: Fundação Franklin Cascaes, 1998.

BORGES, Paulo Humberto Porto. *Ymã, ano mil e quinhentos: escolarização e historicidade Guarani M'Bya na aldeia de Sapukai*. Campinas: Unicamp, 1998. 125 p. (Dissertação de Mestrado)

_____. *Ymã, ano mil e quinhentos: relatos e memórias indígenas sobre a conquista*. Cascavel: Unipar ; Campinas: Mercado de Letras, 2000. 168 p.

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre los Pai-Kaiowa*. Porto Alegre: PUC-RS, 1993. (Dissertação de Mestrado)

------. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997. 390 p. (Tese de Doutorado)

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Guarani - índios do sul : religião, resistência e adaptação*. São Paulo: USP, 1990. 72 p. (Estudos de Sociologia, 1).

------. *Somos as águas puras*. Campinas: Papyrus, 1994. 317 p.

BRIDGEMAN, Loraine Irene (Org.). *Kwatia mitãygwe-pe gwarã (ABCDário em Kaiwá)*. Brasília: Missão Evangélica Caiuá/SIL, 1991. 40 p. Circulação restrita.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. *Integração e desintegração: análise do tratamento dispensado pelos Estados brasileiro e argentino ao povo Guarani de Santa Catarina e da província de Misiones*. São Paulo: USP, 2001. 214 p. (Dissertação de Mestrado)

------. A territorialidade guarani e a ação do Estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. In *TELLUS*, NEPPI, Campo Grande: UCDB, ano 4, n.6 abr. 2004.

------. *Necessidade de novos paradigmas ambientais. Implicações e contribuição Guarani*. In. *Cadernos do Prolam*. Ano 4 Vol. 2 Jul./dez. 2005.

RUNO, Cayetano. *Las reducciones jesuíticas de indios Guaranies (1609-1818)*. Rosário: Didascalía, 1991. 178 p. (Obras para la Evangelización y la Catequesis, 32)

CABEZA DE VACA, A. N. *Naufraágios & Comentários*. São Paulo: L&PM Eds., 1999.

CADOGAN, Leon. *Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá*. São Paulo: USP, 1959. 218 p.

------. *Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyaguarani del Guaira*. *Rev. Paraguaya de Sociologia*, Assunção: Centro Paraguayo de Estudos Sociológicos, v. 29, n. 85, p. 188-9, set./dez. 1992. Publicado originalmente no Boletim n.227, Antropologia n.5, FFCL/USP, São Paulo, 1959.

------. *Diccionario Mbya-Guarani-Castellano*. Assunção: Fundación Leon Cadogan, 1992. 211 p.

------. La encarnación y la concepción: la muerte y la resurrección en la poesia sagrada “esotérica” de los jeguakáva-Tenondé Porã-Gué (mbya-Guarani) del Guairá, Paraguay. *Rev. do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v. 4, 1952.

------. *Leon Cadogan: extranjero, campesino y científico - Memórias*. Assunção: Fundación Leon Cadogan: Centro de Estudios Antropológicos, 1990. 218 p.

------. Las reducciones del Tarumã y la destrucción de la organización social de los Mbyá-Guaranies del Guairá (Ka'ygua o Montesés). In: *ESTUDIOS antropológicos publicados em homenaje al Doctor Manuel Gambio*. México: s.ed., 1956.

CARDOSO, Andrey Moreira. *Prevalência de doenças crônico-degenerativas na população Guarani-Mbya do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ENSP, 2000. 87 p. (Dissertação de Mestrado)

-----; MATTOS, Inês E.; KOIFMAN, Rosalina J. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares na população Guarani-Mbya do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 345-54, mar./abr. 2001.

CARVALHO, Maria Janete Albuquerque de. *Povos tradicionais em Unidades de Conservação e Uso Indireto: identidade e fronteiras étnicas dos Guarani-Mbya na Estação Ecológica Juréia-Itatins*. Brasília: UnB/DAN, 2003. (Monografia de Graduação)

CARVALHO, Nerini Pires de. *O índio Guarani e sua aculturação*. São Paulo: ESP, 1978. (Dissertação de Mestrado)

CHAMORRO-ARGUELLO, Cândida Graciela. Arete: as festas ou o tempo verdadeiro dos Guarani. *Cadernos Comin*, São Leopoldo: Comin, n. 5, 38 p., abr. 1996.

------. *A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo: Sinodal, 1998. 234 p. (Teses e Dissertações, 10)

------. Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser. *Cadernos Comin*, São Leopoldo: Comin, n. 8, 30 p., ago. 1999.

------. *Kurusu ñe'ëngatu: palabras que la historia no podría olvidar*. São Leopoldo: Instituto Ecuménico de Posgrado; Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1995. 250 p. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 25)

------. O rito de nomeação numa aldeia Mbya-Guarani do Paraná. *Diálogos*, Maringá: s.ed.,

v. 2, n. 2, p. 201-15, 1998.

CHEROBIM, Mauro. *Os Guaraní do litoral do Estado de São Paulo: estudo antropológico de uma situação de contato*. São Paulo: USP, 1981. 172 p. (Tese de Doutorado)

CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres M'Bya Guarani*. São Paulo: PUC, 2001. 352 p. (Tese de Doutorado)

CIMI; COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO TUPINIKIM E GUARANI. *Campanha internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani*. Aracruz: Cimi, 1996. 42 p.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guaraní*. Campinas : Papyrus, 1990. 144 p.

COSTA, Carlos Roberto Zibel. Desenho cultural da arquitetura Guarani. *Rev. do Progr. de Pos-Graduação em Arq. e Urb. da FAU-USP*, São Paulo: USP/FAU, n. 4, p. 113-30, dez. 1993.

-----; SETTI, Kilza; LADEIRA, Maria Inês Martins. The Guarani tribe build a village in the urban context of greater São Paulo. *Traditional Dwellings and Settlements: Working Papers Series*, s.l.: s.ed., v. 50, s.n., p. 71-105, 1992.

COSTA, Consuelo de Paiva Godinho. *Nhandewa aywu*. Campinas: Unicamp, 2003. 131 p. (Dissertação de Mestrado)

COUTINHO, Maria Inês. *A resistência pelo estético: imaginário Guarani en las Misiones Jesuíticas del Brasil*. Porto Alegre: PUC-RS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

CTI. *Direitos Territoriais Indígenas em Debate no Encontro da Comissão Nacional da Terra Guarani Yvy Rupa*. São Paulo, 2006.

CTI (coord.). *Guarani Retã 2008. Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. 2009.

DALCIN, Ignácio. *Em busca de uma "terra sem males": as reduções jesuíticas guaranis, evangelização e catequese nos sete povos das missões*. Porto Alegre: EST/Palmarinca, 1993.

DALLANHOL, Karia Maria Bianchini. *Jeroky e Jerojy: por uma antropologia da música entre os Mbya-Guarani do Morro dos Cavalos*. Florianópolis: UFSC, 2002. (Dissertação de Mestrado)

DARRAULT-HARRIS, Ivan. *Psicossemiótica na construção da identidade infantil: um estudo da produção artística de crianças Guarani/Kaiowa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 266 p.

DARELLA, M.D.P. *Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101 (GTs Portarias 641/PRES – 699/PRES e 922/PRES/1998. Relatório Final*. Florianópolis, 1999.

_____. *Ore roipota Yvy Porã. Nós queremos terra boa. Territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil*. Tese de doutorado do PEPGCS/PUC-SP, 2004.

DARELLA, M.D.P. *et al. Tekoa Vy'a Porã. TI Morro dos Cavalos – Palhoça/SC. Laudo antropológico. Laudo agrônômico*. Florianópolis, 2004.

DARELLA, M.D.P. *et al. Aldeia Tarumã: trabalho antropológico e agrônômico de apoio ao manejo agroflorestal e à cultura guarani*. UFSC, Relatório Final, 2005.

DARELLA, M.D.P. *et al. Aldeia Yakã Porã (Garuva): Conjunção de trabalho antropológico e agrônômico para a potencialização do manejo agroflorestal guarani*. UFSC, Relatório Final, 2006.

DAVALOS-MISLITZ, Ana Clara Marque. *Polimorfismo da proteína GC em indígenas brasileiros*. Ribeirão Preto: USP/FMRP, 1992. 96 p. (Dissertação de Mestrado)

DINIZ, Edson Soares. *Uma reserva indígena no Centro-Oeste paulista. : aspectos das relações interétnicas e intertribais*. São Paulo: Museu Paulista, 1978. 158 p. (Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia, 3)

DOOLEY, Robert A. *Apontamentos preliminares sobre Nhandeva Guarani contemporâneo*. Brasília: SIL, 1991. 85 p. (Arquivo Lingüístico, 197)

------. *Períodos Guarani*. Brasília: SIL, 1977. 72 p. (Arquivo Lingüístico, 34).

------. *Vocabulário do Guarani: vocabulário básico do Guarani contemporâneo (dialetos Mbüá do Brasil)*. Brasília : SIL, 1982. 322 p.

-----; FLORENTINO, Nelson (Comps.). *Histórias dos Nhandéva do norte do Paraná (vários autores indígenas)*. Brasília: SIL, 1991. 54 p. Circulação restrita.

DORETO, Givaldo. *A educação e os conflitos econômicos e políticos: a luta para a preservação cultural do povo Guarani*. Campo Grande: Univers. Católica Dom Bosco, 1997. 150 p. (Dissertação de Mestrado)

FATTAH JUNIOR, Said Mahmoud Abdul. O conflito processório nas terras Kaiowá/Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 87-95, nov. 1998.

FELIPIM, A.P. *Caracterização ambiental da Terra Indígena Guarani de Ribeirão Silveira*. São Paulo, 2001a.

_____. *O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP*. Dissertação de mestrado em Ciências Florestais. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo Piracicaba/SP, USP, 2001b.

FERNANDES, F. *A Organização Social dos Tupinambá*. Brasília, Hucitec/UnB, 1989.

FERREIRA, Luciane Ouriques. *Maba-e Achy: a concepção cosmológica da doença entre os Mbya-Guarani num contexto de relações interétnicas*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado)

FERREIRA, Mariana Kwall Leal. Conhecimentos matemáticos de povos indígenas de São Paulo. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001. p. 211-35. (Antropologia e Educação)

------. Divina abundância: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal de crianças Guarani. In: SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (Orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global ; Mari-USP, 2002. p. 150-67. (Antropologia e Educação)

-----; SUHRBIER, Mona Birgit. A poética da fome na arte Guarani. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: USP/MAE, n. 10, p. 211-29, 2000.

FERREIRA NETO, Waldemar. *Os índios e a alfabetização: aspectos da educação escolar entre os Guarani de Ribeirão Silveira*. São Paulo: USP, 1994. 110 p. (Tese de Doutorado)

GADELHA, Regina Maria A. F. (Ed.). *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. 391 p. (Edições Comemorativas)

GALVÃO, Eduardo. Diários Kaioá (1943). In: GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira (Org.). *Diários de campo de Eduardo Galvão: Tenetehara, Kaioa e índios do Xingu*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.175-247.

GARCIA, Wilson Galhego. *Introdução ao universo botânico dos Kayová de Amambaí: descrição e análise de um sistema classificatório*. São Paulo: USP, 1985. (Tese de Doutorado)

------. Plantas medicinais entre os índios Kayovas. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 13, n. 77/78, p. 13-94, mar. 1996.

GARLET, Ivori José. *Mobilidade Mbya: história e significação*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. 229 p. (Dissertação de Mestrado)

-----; ASSIS, Valéria S. de. Diagnóstico da população Mbya-Guarani no sul do Brasil. *Cadernos do Comin*, São Leopoldo: Comin, n. 7, 84 p., dez. 1998.

GARLET, Ivori José; SOARES, André Luis Ramos. Cachimbos Mbya-Guarani : aportes etnográficos para uma arqueologia Guarani. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 251-74.

GUASCH, A. *Diccionario básico guaraní - castellano – castellano - guaraní*. Asunción: CEPAG, 2003.

GODOY, Marília G. Ghizzi. Misticismo e etnicidade Guarani, radicalismo cultural no Estado de S. Paulo. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 8, n. 60, p. 22-38, jul./set. 1991.

------. *Teko axy: o misticismo Guarani M'Bya na era do sofrimento e da imperfeição*. São Paulo: PUC, 1995. 330 p. (Tese de Doutorado)

GOLIN, Tau. *A guerra guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os sete povos dos jesuítas e índios Guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF ; Porto Alegre : UFRS, 1998. 623 p.

GOMES, Sarah Iurkiv. *Sob o domínio da tradição: um estudo sobre as manifestações do poder nas lideranças políticas Guarani (1534-1579)*. Porto Alegre: PUC-RS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

GONÇALVES, D. I. O Peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n.24, mar./abr., 1998.

GONZALEZ, Rodolfo. Los guaraníes en la formación de nuestra sociedad. *Hoy Es História*, s.l.: s.ed., v. 9, n. 50, p. 58-62, mar./abr. 1992.

GRÜNBERG, Georg G. Por que os Guarani Kaiowá estão se matando? *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: Cedi, v. 13, n. 258, p. 32-7, jul./ago. 1991. Publicado também no Boletín IWGIA n. 2, set./out. 1991, p. 21-4.

-----. La violencia del estigma: “blancos” y Tupí-Guaraní. In: LEÓN-PORTILLA, Miguel et al (Eds.). *De palabra y obra en el nuevo mundo*. v. 1: Imágenes interétnicas. México: Siglo XXI, 1992. p.293-310.

GUEDES, Marymarcia. *Subsídios para uma análise fonológica do mbya*. Campinas: Unicamp., 1983. 47 p. (Dissertação de Mestrado)

-----. *Subsídios para uma análise fonológica do mbya*. Campina : Editora da Unicamp, 1991. 63 p. (Línguas Indígenas)

GUIMARÃES, Silvia Maria Ferreira. Através da Terra sem mal: uma possível abordagem de um grupo Guarani. *Rev. Brasiliense de Pós-Graduação em Ci. Soc.*, Brasília : UnB, v. 3, n. 1, p. 7-21, 1999.

-----. *Os Guarani-Mbya e a superação da condição humana*. Brasília: UnB, 2001. 151 p. (Dissertação de Mestrado)

-----. *Oguata Porã: experiências de um grupo Guarani-Mbya no mundo*. Brasília: UnB, 1998. (Monografia de Graduação)

HARTMANN, Thekla. Artefatos Guarani de 1994. *Rev. do Museu de Arqueol. e Etnol.*, São Paulo : USP-MAE, n. 3, p. 187-96, 1993.

HELM, Cecília Maria Vieira. *Direitos territoriais indígenas: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e madeireiros pela Terra Indígena Mangueirinha, Paraná, Brasil*. Curitiba: Design Estudio Gráfico, 1997. 35 p.

-----. *Estudo antropológico sobre os povos indígenas da bacia do rio Tibagi*. Curitiba: HF, 1999. 38 p.

----- (Coord.). *A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil*. Curitiba: IAP/GTZ, 1998. 119 p.

-----. *Laudo antropológico povos indígenas da Bacia do rio Tibagi - Kaingang e Guarani - e os projetos das Usinas Hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo*. Curitiba: Copel/Cnia, 1998. 76 p.

-----. *Povos indígenas e projetos hidrelétricos no estado do Paraná*. Curitiba: HP, 1998. 25 p.

-----; TELES, Ivani Aparecida Garcia (Orgs.). *Venh Rog, Rio Tibagi*. Curitiba: Grupo MIG, 1998. 36 p.

IAPECHINO, Mari Noeli Kiel. *O discurso da criação na cultura Guarani e o processo de constituição da brasilidade*. São Paulo: PUC, 1999. 158 p. (Dissertação de Mestrado)

IBANHES, Brigido. *Che ru (Chiru) : contos mestiços as margens do Rio Apa*. Campo Grande: Alvorada, 1991. 87 p.

----- *Kyvy Mirim: o índio mago e a lenda do pé de tarumã*. Curitiba: s.ed., 1997. 32 p.

JOSÉ FILHO, Antônio. Bilinguismo e educação bilingüe Kaiowá/Guarani, L1 - português, L2 na Reserva Indígena de Caarapo/MS. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 176-93, nov. 1998.

JULIÃO, Lubianca Galleano. Origens e efeitos históricos da venda de mão-de-obra Kaiowá/Guarani as usinas de álcool, na região da grande Dourados, durante os últimos 20 anos. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 79-86, nov. 1998.

KERN, Arno Alvarez. Aspirações utópicas da sociedade missioneira. *Biblos: Rev. do Depto de Biblioteconomia e História*, Rio Grande: FURG, v. 5, p. 85-95, n.esp., 1993.

----- . Cultura européia e indígena no Rio da Prata nos séculos XVI-XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 19, n. 2, p. 5-18, dez. 1993.

KOK, Maria da Glória Porto. *Os vivos e os mortos na América portuguesa da antropofagia a água do batismo*. Campinas: EdUnicamp, 2001. 183 p. (Originalmente Dissertação de Mestrado)

KWAXIA para, Jesus remimbo'ekewéry ojapo va'ekwe : atos dos apóstolos na língua Guarani. Rio de Janeiro: SIL, s.d.. 198 p.

LADEIRA, M.I. Mbya Tekoa O nosso lugar. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 3 (4):56-61, out./dez, 1989.

_____. *Yy Paũ ou Yva Paũ. Espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus. Os índios Guarani e as ilhas do Paraná*. São Paulo: CTI, 1990.

_____. *Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina*. São Paulo: CTI, 1991.

_____. São Paulo na Terra dos Índios. *Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*. RICARDO, B. & RICARDO, F. (Edits.). São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006. p.831-832.

_____. *O caminhar sob a luz: Território Mbya à beira do oceano*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

_____. *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá/PR: EDUEM; São Paulo: EDUSP, 2008.

LADEIRA, M. I. & AZANHA, G. *Os índios da Serra do Mar. A presença Mbyá-Guarani em São Paulo*. São Paulo: Nova Stella, 1988.

- LADEIRA, M.I. & MATTA, P. (org.). *Terras Guarani no Litoral. Ka'agüy oreramoï kuéry ojou rive vaekue ÿ. As matas que foram reveladas aos nossos antigos avós*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2004.
- LADEIRA, M.I. & WERA TUPÃ, L. *Condições ambientais do território guarani: implicações no modo de vida*. Revista *Tellus*, Campo Grande/MS, 4 (6): 51-63, abril, 2004.
- LADEIRA, M.I. & FELIPIM, A.P. *Teko Mbaraeterã. Fortalecendo nosso verdadeiro Modo de Ser*. São Paulo, CTI, 2005.
- LA SALVIA, F. & BROCHADO, J.P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.
- LANDA, Beatriz dos Santos. *A mulher Guarani: atividades e cultura material*. Porto Alegre: PUC-RS, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- LEHNER, Beate. Relaciones históricas y actuales de los pueblos guaraníes del Paraguay Oriental con el pueblo paraguayo. In: GUGENBERGER, Eva (Ed.). *Comunicación intercultural en América Latina: ¿Del conflicto ao dialogo?* Frankfurt: Peter Lang, 2003. p. 209-24.
- LEVCOVITZ, Sérgio. *Kandire: o paraíso terreal - o suicídio entre índios Guarani do Brasil*. Belo Horizonte: Te Cora Ed. ; Rio de Janeiro : Espaço e Tempo, 1998. 263 p.
- LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras: representações étnicas dos Guarani-Mbya*. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- LITAIFF, A. 1999. *Les fils du soleil: mythes et pratiques des indiens mbya-guarani du littoral du Brésil*. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. Montréal/Canadá, Université de Montréal.
- LOPES, Andréia Aparecida Ferreira. *Corpo e saúde entre os Guarani*. Campinas: Unicamp, 2001. 233 p. (Dissertação de Mestrado)
- LOPEZ BREARD, Miguel Raul. *Mitos guaraníes*. Assunção: Intercontinental, 1994. 91 p.
- MACIEL, Gisele Teresinha. *O Guarani: uma experiência de guerra*. Porto Alegre: PUC-RS, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- MAGNANI, Maria da Graça. *Imaginário Arariba: a prática pedagógica a serviço da reconstrução de valores*. Marília: Unesp, 2000. 180 p. (Tese de Doutorado)
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. *Já que é preciso falar com os doutores de Brasília...: subsídios para um curso de português oral em contexto indígena*. Campinas: Unicamp, 1990. 161 p. (Dissertação de Mestrado)
- MANFROI, José. Qual a função da escola indígena diferenciada na construção do futuro do povo Kaiowá/Guarani? Um estudo a partir das lideranças, rezadores, pais e professores indígenas. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 162-75, nov. 1998.
- MANGOLIM, Olívio. *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*. Campo Grande: Cimi-MS, 1993. 120 p.

- MARTIN, Nicolas. *Guarani: as missões do século XVIII*. São Paulo: s.ed., 1991.
- MARTÍNEZ, Noemí Díaz. La migración Mbya (Guarani). In: JORNA, P.; MALAVER, L.; OOSTRA, M., coords. *Etnohistoria del Amazonas*. Quito: Abya-Yala; Roma: MLAL, 1991. p. 133-52. (Colección 500 Años, 36)
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. *O Guarani e a economia de reciprocidade*. São Leopoldo: Unisinos, 1991. 386 p. (Dissertação de Mestrado)
- MARZAL, Manuel M. (Coord.). *El rostro índio de dios*. Lima: Pontificia Univ. Católica del Peru, 1991. 450 p.
- MASY, R. C. *Estratégias de desarrollo rural en los pueblos Guaranis (1609-1767)*. Barcelona: Antônio Broch, 1992.
- MAZZOLENI, Gilberto. Evangelização e tradições indígenas: o caso Guarani. *Rev. Brasil. de Ci. Soc.*, São Paulo: Anpocs, v. 9, n. 26, p. 66-71, out. 1994.
- McGEAGH, Robert. Thomas Fields and the precursor of the Guarani "reducciones". *Colonial Latin American Historical Review*, s.l.: s.ed., v. 2, n. 1, p. 35-55, 1993.
- MEDEIROS, Rogério. Nas margens do Piraque-Açu: o encontro das tribos Guarani e Tpiniquim, gravado por Versus. *Versus*, São Paulo: Versus, n.9, p.25-6, abr. 1977.
- MEDEIROS, Jean C. de A. *Reestabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbyá - Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã - Garuva/SC*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (CCA/UFSC), 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Canto de morte Kaiowá : história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991. 303 p.
- . A morte como apelo para a vida: o suicídio Kaiowá. In: SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (Orgs.). *Saúde e povos indígenas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 243-51.
- . Suicídio Kaiowá. *Carta*, Brasília: Gab. Sen. Darcy Ribeiro, n. 9, p. 53-60, 1993.
- MELATTI, Julio Cezar. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec ; Brasília : UnB, 1987. 222 p.
- MELIÁ, Bartomeu. *El guaraní: experiencia religiosa*. Assunção: Ceduc/Cepag, 1991. 128 p.
- MELIÀ, B. S.J. *A Terra sem Mal dos Guarani: Economia e Profecia*. *Revista de Antropologia*, vol.33, USP, 1990.
- . *El Guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. Assunção: Universidad Católica, 1986. 302 p. (Biblioteca Paraguaya de Antropología, 5)
- . *O índio no Rio Grande do Sul: quem foi, quem é, o que espera*. Frederico Westphalen : Interdiocesano Norte, 1984. 31 p.
- . *Los indios y lenguas guarani del Paraguay*. Quito: Abya-Yala, 1995. 300 p. (Pueblos y Lenguas Indígenas, 11)

- . Invenção e construção do Guaraní. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 15, n. 86, p. 57-61, nov./dez. 1992.
- . *Lengua Guaraní del Paraguay*: historia, sociedade y literatura. Madrid: Mapfre, 1992. 338 p.
- . La muerte que vivimos. *Accion*, Assunção : Cepag, n.144, p.29-32, 1994.
- . *Una nación, dos culturas*. Assunção: Cepag, 1993. 132 p.
- . Son los Guaranies potencialmente suicidas? *Accion*, Assunção: Cepag, n.145, p.30-3, 1994.
- . *La tierra sin mal de los Guaraní* : economia y professia. s.l. : s.ed., 1987.
- . *Pueblos indígenas en el Paraguay*. Assunção: Fernando de la Mora Ediciones, 1997.
- et al. *La agonía de los aché-guayaki* : historia y cantos. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", 1973. 172 p.
- MELIÁ, Bartomeu; FARRÉ, Luis; PÉREZ, Alfonso. *El guaraní a su alcance* : un método para aprender la lengua guaraní del Paraguay. Assunção: Cepag, 1992. 250 p.
- MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. Los Pai-Tavyterã: etnografia Guaraní del Paraguay contemporaneo. *Suplemento Antropológico*, Assunção: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", v.11, n.1/2, p.151-295, 1976.
- MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane Maria. *Guaranés y jesuitas, en tiempo de las misiones*: una bibliografía didáctica. Santo Ângelo: URI; Assunção: Cepag, 1995. 305 p.
- MELIÁ, Bartomeu; SAUL, Marcos Vinicios de Almeida; MURARO, Valmir Francisco. *O Guaraní*: uma bibliografia etnológica. Santo Angelo: Fundames, 1987. 448 p.
- MELLO, Flávia Cristina de. *Aata tape rupy, seguindo pela estrada*: uma investigação dos deslocamentos territoriais de famílias Mbya-Guarani do Sul do Brasil. Florianópolis : UFSC, 2001. (Dissertação de Mestrado)
- "Educação escolar indígena na aldeia e o indígena na educação escolar nacional" In *Temática indígena da Escola*. Cadernos CINFOP, no prelo.
- MELO E SILVA, José de. *Fronteiras Guaranís (com um estudo sôbre o idioma Guaraní ou avane-e)*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939. 336 p.
- MENEGASSI, José Lino. *A morte na vida Guaraní*. São Paulo: PUC, 1993. 197 p. (Dissertação de Mestrado)
- MESSIAS, Iara Taborda de. Variability of complement factor B and complement component C3 among Guaraní indians from southern Brazil. *Rev. Bras. de Genética*, São Bernardo do Campo: s.ed., v. 16, n. 3, p. 803-9, 1993.
- MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. *Através do Mbaraka*: música e xamanismo Guaraní. São Paulo: USP, 2002. 276 p. (Tese de Doutorado)

------. O fazer-se de um belo guerreiro: música e dança no jerokey guarani. *Sexta Feira: Antropologia, Artes e Humanidades*, São Paulo: Pletora, n. 7, p. A67-A73, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo : Cia. das Letras ; Fapesp ; SMC, 1992. p. 475-500.

MONTICELLI, Gislene. *Vasilhas cerâmicas Guarani: um resgate da memória entre os Mbya*. Porto Alegre : PUC-RS, 1995. (Dissertação de Mestrado)

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Arte de la lengua Guarani*. Assunção: Cepag, 1993. 308 p.

------. *Conquista espiritual: feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985. 262 p.

------. *Tesoro de la lengua Guarani*. Viena; Paris: Faesy y Frick.

------. *Bocabulario de la lengva Gvarani*. Leipzig: B.G. Teubner, 1876 [1640].

MORGADO, Anastácio F. Epidemia de suicídio entre os Guarani-Kaiowá : indagando suas causas e avançando a hipótese do recuo impossível. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 7, n. 4, p. 585-98, out./dez. 1991.

MOTA, Clarice Novaes da. La obscuridad y el mar : comienzo y fin de los Guarani. In: CIPOLLETTI, Maria Susana; LANGDON, E. Jean, coords. *La muerte y el mas alla en las culturas indígenas Latinoamericanas*. Quito: Abya-Yala; Roma: MLAL, 1992. p. 51-76. (Colección 500 Años, 58)

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial 1853-1889*. Assis: Unesp, 1998. 530 p. (Tese de Doutorado)

----- (Org.). *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Maringá: Eduem, 2000. 47 p.

MUGRABI, Edivanda (Org.). *Os Tupinikim e Guarani na luta pela terra*. Brasília: MEC, 2001. 104 p.

MÜLLER, Salvio Alexandre. *Efeitos desagregadores da construção da barragem de Ibirama sobre a comunidade indígena*. Florianópolis: UFSC, 1985. (Dissertação de Mestrado)

MURA, Fábio. *Habitacões Kaiowá: formas, propriedades, técnicas e organização social*. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional, 2000. (Dissertação de Mestrado)

NACKE, Anelise. *O índio e a terra: a luta pela sobrevivência no Posto Indígena Xapeco-SC*. Florianópolis : UFSC, 1983. (Dissertação de Mestrado)

NECKER, Louis. *Indios Guaraníes y chamanes franciscanos: las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*. Assunção: Universidad Católica, 1990. 284 p.

NIMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. *Rev. do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, n.s., v.8, p.9-34, 1954.

------. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos*

Apapocúva-Guaraní. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1987. 156 p.

NOELLI, Francisco Silva. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guarani de comunidades vegetais no século XVII. *Fronteiras*, Campo Grande: s.ed., v. 2, n. 4, p. 275-96, 1998.

------. Múltiplos usos de espécies vegetais pela farmacologia Guarani através de informações históricas. *Diálogos*, Maringá: s.ed., v. 2, n. 2, p. 177-99, 1998.

------. *Sem Tekohá não há Tekó (Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí - RS)*. Porto Alegre: PUC, 1993. 3 v. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Cleane S. de; LOTUFO NETO, Francisco. Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro. *Rev. de Psiquiatria Clínica*, São Paulo: USP/IP, v.30, n.1, 2003.

OLIVEIRA, Getúlio de. *Mokõi Kovoe - Os dois Jaós*. Cuiabá: Missão Evangélica Caiuá/SIL, 1993. (Livro de Leitura Kaiwá). Circulação restrita.

OLIVEIRA, Solange Nunes de. *A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Campinas: Unicamp, 2002. 135 p. (Dissertação de Mestrado)

OLIVEIRA, Sônia Grubits Gonçalves de; BRAND, Antônio; GUIMARÃES, Liliana A. M. Vida e morte na cultura Guarani/Kaiowá. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 8, p. 227-39, fev. 1998.

ORTIZ, Diego et al. *Hablemos el Guaraní: curso completo en cuatro niveles para extranjeros*. 4 v. Assunção: Cepag, 1990.

PACHECO, Eliezer. *O povo condenado*. São Paulo: Artenova, 1977. 226 p.

PADRON FAVRE, Oscar. Tres documentos de los siete pueblos orientales 1828/1829. *Estudios Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 17, n. 2, p. 17-29, dez. 1991.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Brasil. *Artesanato indígena: Guarani e Kaingang*. Curitiba: SEE, 2002. 16 p.

PAULETTI, Maucir; SCHNEIDER, Nereu; MANGOLIM, Olivio. *Por que os Guarani e Kaiová se suicidam?* Campo Grande: CIMI, 1997. 52 p.

PEDERSEN, Kennet. Jaguaren og biskoppens forvandlinger: fire sma skitser om omvendinger og omvendelser i forbindelse med tupiguaranisk religion. *Tidsskriftet Antropologi*, Copenhagen: s.ed., v. 23, p. 99-111, 1991.

PERASSO, José A. *Ayvukue Rape (el camino de las almas): etnografía ava-kue-chiripa y tymaka-chiriguano*. San Lorenzo: Museo "Guido Boggiani", 1992. 120 p.

-----; VERA, Jorge. *La cultura Guaraní en el Paraguay contemporaneo (etnografía ava-kue-chiripa)*. Assunção: RP, 1987. 272 p.

PEREIRA, João José de Felix. *Morro da saudade: a arte Ñandeva de fazer e tocar flauta de bambu*. São Paulo: PUC, 1995. 220 p. (Dissertação de Mestrado)

PEREIRA, Levi Marques. No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá. In: SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva; NUNES, Ângela (Orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global ; Mari-USP, 2002. p. 168-87. (Antropologia e Educação)

------. *Parentesco e organização social Kaiowá*. Campinas: Unicamp, 1999. (Dissertação de Mestrado)

PEREIRA, Maria Aparecida da Costa. *Uma rebelião cultural silenciosa: investigação sobre os suicídios entre os Guarani (Nhandeva e Kaiowá) do Mato Grosso do Sul*. Brasília: Funai, 1995. 55 p. (Índios do Brasil, 3)

PEREZ, Ouriel; NAVET, Eric Navet. L'Anthropophagie des Tupi-Guarani: du sujet bon a penser a l'objet bon a manger. *Bulletin de la Soc. Suisse des Americanistes*, Geneve : Soc. Suisse des Americanistes, n. 66/67, p. 101-12, 2002/2003.

PERRONE-MOISÉS, L. *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1996.

PIEIDADE, Silvia Cristina; SOARES, André Luis R. Considerações sobre um enterramento Guarani : alterações e hipóteses etno-históricas. *Rev. do Museu de Arqueol. e Etnol.*, São Paulo : MAE, n. 10, p. 31-68, 2000.

PIRES, Maria Ligia Moura. *Guaraní e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais*. Brasília : UnB, 1975. 167 p. (Dissertação de Mestrado)

PICOLI, Renata Paloopoli. A fonética e a fonologia na educação bilingüe, guarani e português, nas escolas indígenas Kaiowá/Guarani da Reserva de Caarapo, região da Grande Dourados/MS. *Multitemas*, Campo Grande : s.ed., n. 12, p. 194-7, nov. 1998.

PIMENTEL, Spensy. O mistério dos suicídios: ninguém sabe com certeza por que tantos caiovás se matam. *Problemas Brasileiros*, São Paulo : Senac, v. 38, n.338, p.14-7, mar./abr. 2000.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Indígenas em São Paulo, ontem e hoje: subsídios didáticos para o ensino fundamental*. São Paulo: Paulinas, 2001. 47 p.

PROGRAMA KAIOWA GUARANI. *Censo escolar Kaiowá Guarani no Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: PKG, 1999.

PROJETO ARA VERA. *Nembohoky ne'e tesai rehehape - Mbo'ehara kuera kaiowa ha guarani: livro de receitas tradicionais de remédios*. Campo Grande : Seduc, 2002. 42 p.

------. *Nemombe'u je'upy rehegua - Mbo'ehara kuera kaiowa ha guarani: receitas tradicionais de comidas e bebidas*. Campo Grande: Seduc, 2002. 26 p.

------. *Te'yi rembiapo - Mbo'ehara kuera kaiowa ha guarani: receitas tradicionais de artefatos*. Campo Grande : Seduc, 2002. 40 p.

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: Edusc, 2000. 249 p. (História)

------. *As missões: crise e redefinição*. São Paulo: Ática, 1993. 104 p. (Princípios, 229)

- RAMOS, Alcida Rita. Bugre ou índio: Guarani e Kaingang no Paraná. In: -----, *Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 183-246.
- RAMOS, Lorenzo; RAMOS, Benito; MARTINEZ, Antonio. *El canto resplandeciente - Ayvu rendy vera: plegarias de los Mbyá-Guaraní de Misiones*. Buenos Aires: Ed. del Sol, 1984. 142 p.
- RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. *Vida em reserva: três comunidades indígenas de São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 1979. 93 p. (Dissertação de Mestrado)
- REED, Richard K. Medicine, land loss, and the Guarani. *Anthropological Quarterly*, Washington: Catholic University of America, v. 69, n. 3, p. 158-61, jul. 1996.
- , *Prophets of agroforestry: Guaraní communities and commercial gathering*. Austin: Univ. of Texas Press, 1995. 269 p.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Visões da conquista: verso e reverso (as missões jesuítas nos séculos XVI/XVII)*. Campinas: Unicamp, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- RIESTER, Jürgen; ZOLEZZI, Graciela (Eds.). *Identidad cultura y lengua: la experiencia Guaraní en Bolivia*. Quito: Abya-Yala, 1989. 280 p.
- RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. *Legal aspects of the presence of traditional peoples on protected areas (the Guarany/Mbya case)*. Brasília: MPF, 1997. 72 p. (Dissertação de Mestrado Univ. of Bristol)
- ROBERTO, Maria Fátima. *Salvemos nossos índios*. Campinas: Unicamp, 1983. (Dissertação de Mestrado)
- ROCHA, Elaine Pereira. *Ava-Guarani... Presente! Xanxerê*: Cimi-Sul, 1991. 70 p.
- RODRIGUES, Danielle Marcelle Grannier. *Fonologia do guaraní antigo*. Campinas: Unicamp, 1974. (Dissertação de Mestrado)
- RODRIGUES, Robson Antônio. *Cenários da ocupação Guarani na calha do alto Paraná: um estudo etnoarqueológico*. São Paulo: USP, 2001. 170 p. (Dissertação de Mestrado)
- RODRIGUEZ, José Exequiel Basini. *Estratégias econômicas, políticas e religiosas na mitopraxis mbya-guarani*. Porto Alegre: UFRS, 1999. 240 p. (Dissertação de Mestrado)
- ROJAS, Guillermo. Un sacerdote guarani se dirige al rey de España. *Boletín de Antropología Americana*, México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 25, p. 173-8, jul. 1992.
- ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. Notas sobre a presença Guarani no estado do Paraná: elementos de cosmologia e história. *Rev. Mediações*, Londrina: UEL, v. 4, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 1999.
- ROSSATO, Veronice Lovato. A luta pela educação escolar diferenciada entre os Kaiowá/Guarani de Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 147-61, nov. 1998.
- RUSCHEL, Ruy Ruben. O direito de propriedade dos índios missionários. *Veritas*, Porto

Alegre: PUCRS, v. 39, n. 153, p. 103-16, mar. 1994.

SAGUIER, Ruben Bareiro (Org.). *Literatura Guaraní del Paraguai*. Caracas: Ayacucho, 1980.

SALLES, Ayr Trevisanelli et al. Monitoramento da cobertura vegetal e do uso do solo da reserva indígena Caarapo-MS, através de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 100-32, nov. 1998.

SANTOS, Ana Cristina Ribas dos. Como se dão as relações sociais na família da comunidade Kaiowá/Guarani da Reserva de Caarapoto na região da grande Dourados no Mato Grosso do Sul. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 74-8, nov. 1998.

SANTOS, Ana Maria do Perpétuo Socorro dos. *O forte do Iguatemi: atalaia do império colonial e trincheira da memória dos índios Kaiowa da Paraguassu*. Campinas: Unicamp, 2002. 159 p. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Maria Cristina dos. Desenvolvimento do potencial de integração Guarani na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: s.ed., v. 21, n. 2, p. 155-71, dez. 1995.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Lideranças indígenas, indigenismo oficial e destruição florestal; o caso de Ibirama. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, p. 89-104, 1994.

SANTOS KUNHA NIMBOPYRUA, Catarina Delfina dos et al. *Nhandewa-Rupi - nhande aywu agwa: para falarmos na nossa língua*. Campinas: NCEI-ALB, 2002. 27 p.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Etnohistória e interpretação arqueológica: a documentação textual para o estudo dos grupos Tupi e Guarani. *Rev. de Arqueologia Americana*, México: s.ed., n. 11, p. 79-102, jul./dez. 1996.

SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guaraní*. São Paulo: EPU; Edusp, 1974. 208 p. Originalmente Tese de Livre Docência, São Paulo: USP, 1954.

------. Fases da aculturação religiosa dos Guaraní. In ------. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Edusp, 1969. p. 103-44.

------. A origem e a posse do fogo na mitologia Guaraní. In ------. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 306-14.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. El Guaraní en Rio Grande do Sul: la colonización del Monte y los frentes de expansión. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo: Unisinos, v.18, n.64, p.185-206, 1982.

SEMINÁRIO "PRÁTICAS DE SUBSISTENCIA E CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES GUARANI NA MATA ATLÂNTICA" (1998). *Relatório*. São Paulo: CTI, 1998. 110 p.

SEMINÁRIO sobre territorialidade Guarani. A questão da ocupação tradicional. 2001. Org. CIMI-Sul, MU/UFSC, CAPI. Florianópolis/SC. Relatório Final.

SERAFIM, Maria das Graças. *Hábitos alimentares e nível de hemoglobina em crianças indígenas Guarani, menores de 5 anos, dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: EPM, 1997. 85 p. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Joana Aparecida F. *Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos*. Campinas: Unicamp, 1982. 141 p. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Márcio. Educação e linguagem segundo os Guarani-Mbyá. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, Unicamp, n.4, p.143-54, jun. 1983.

SILVA, Marina. *O drama Kaiowá: uma outra descoberta do Brasil*. Brasília : Senado Federal, 1999. 30 p.

SILVA, Sérgio Baptista da. *O sítio arqueológico da praia da Tapera : um assentamento Xarare e Tupiguarani*. Porto Alegre: UFRGS, 1989. (Dissertação de Mestrado)

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes (Org.). *Arquivo Kaingang, Guaraní e Xetá*. Ijuí : Fidene, 1981. 114 p. (Cadernos do Museu, 10)

----- . *O círculo vicioso da violência na Área Indígena Guarita e os possíveis limites das ações judiciais*. s.l.: s.ed., 1991. 61 p.

----- . *Kaingang e Guarani no Rio Grande do Sul*. Ijuí: Fidene, 1982. 39 p.

----- . *Laudo antropológico sobre "O círculo vicioso da violência na Área Indígena Guarita e os possíveis limites das ações judiciais"*. s.l.: Procuradoria da República/RS, 1991. 61 p.

----- . Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang. *Cadernos do Museu*, Ijuí: Fidene/Museu Antropológico, n.9, 44 p.

SOARES, André Luís Ramos. *Guarani: organização social e arqueologia*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1997. 256 p.

----- . *Organização socio-política Guarani: aportes para a investigação arqueológica*. Porto Alegre: PUC-RS, 1996. (Dissertação de Mestrado)

SURVIVAL INTERNATIONAL. *Deserdados: os índios do Brasil*. Londres: Survival International, 2000. 96 p.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay*. V. 2: Etnohistoria de los Guaranies. Assunção: Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1982.

TANGERINO, Celeste Ciccarone (Org.). *Revelações sobre a terra: a memória viva dos Guarani*. Vitória: UFES, 1996. 88 p.

TEODORO, Antônio José. Diagnóstico realizado na Reserva Indígena de Caarapo e aldeia Jarara: relatório. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 4, p. 86-108, out. 1997.

----- . Investigação, caracterização e avaliação da situação ambiental do entorno da Reserva Indígena de Caarapo-MS : estudo preliminar. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 133-46, nov. 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *A cultura material do Guarani missioneiro como símbolo*

de identidade étnica. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado)

------. Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica Guarani. *Rev. do Museu de Arqueologia. e Etnologia*, São Paulo: USP-MAE, n. 6, p. 33-46, 1996.

TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia sul-riograndense: o lugar das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997. (Dissertação de Mestrado)

UTIYAMA, Shirley Ramos da Rosa; GUARDIANO, Joel; PETZL-ERLER, Maria Luiza. Perfil de auto-anticorpos em índios das tribos Kaingang e Guarani do Sul do Brasil. *Rev. Panamericana de Salud Publica*, Washington: s.ed., v. 7, n. 6, p. 371-6, jun. 2000.

VIETTA, Katya. Os homens e os deuses: a construção Mbya do conceito de sociedade. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 3, p. 76-96, mai. 1997.

------. *Mbya: Guarani de verdade*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. (Dissertação de Mestrado)

------. Não tem quem orienta, a pessoa sozinha, que nem uma folha que vai com o vento : análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/Guarani. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 12, p. 52-73, nov. 1998.

------. Programa Kaiowá/Guarani: algumas reflexões sobre antropologia e práticas indigenistas. *Multitemas*, Campo Grande: s.ed., n. 4, p. 68-85, out. 1997.

VILLALBA, Daniel Rojas. La religion en la cultura Guaraní. In: BOTTASSO, Juan (Coord.). *Religiones amerindias: 500 años después*. Quito: Abya-Yala; Roma: Mlal, 1992. p. 127-40. (Colección 500 Años, 56)

WEBER, C. *et al. Mapeamento da situação dos índios Guarani no Estado de Santa Catarina no ano de 1996. Relatório Final*. Florianópolis, UFSC. Texto, 1996.

WENCESLAU, Marina Evaristo. *Índio Kaiowá: suicídio pelo tekoha*. São Paulo: USP, 1994. 485 p. (Tese de Doutorado)

Caminos de Abya-Yala. Dir.: Jaime Mariqueo; Cláudia Menezes. Vídeo cor, S-VHS, 45 min., 1993. Prod.: Grupo de Estudio y Comunicacion Indígena "Lulul Mawidha; Cepaveh.

Guaraní. Dir.: Barrie Machín. Vídeo cor, Hi-8/VHS, 10 min., 1992. Prod.: Arara Films de Australia; Cepaveh.

Os Guaraní de Bracuí. Dir.: Maria Goretti Moreira.. Vídeo cor, VHS, 13 min., 1991. Prod.: Museu do Índio.

Jandira. Dir.: Luiz Bargman. Vídeo cor, U-Matic/NTSC, 18 min., 1994.

Jaraguá. Dir.: Fernanda Melfi Braga Silveira D'Avila. Vídeo cor, VHS/NTSC+TCC, 14 min., 1999. Prod.: USP/ECA

Percorrendo a trilha Guarani. Dir. Ariane Rodolpho. Vídeo Cor, VHS, 13 min., 1991. Prod.: Rossanna Prado.

Tatantin-Roa-Ete. Dir.: Rogério Medeiros. Vídeo cor, VHS, 16 min., 1991.

Visita a aldeia Guaraní de Bracuí. Dir.: Kuhkrá. Vídeo cor, VHS, 50 min., 1993. Prod.: Cláudia Menezes.

15.3 Kaingáng

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. *Dinâmica religiosa entre os Kaingang do Posto Indígena de Xaçecó.* Florianópolis: UFSC, 1998. 165 p. (Dissertação de Mestrado)

AMANCIO, Chateaubriand Nunes. *Os Kanhgag da Bacia do Tibagi: um estudo etnomatemático em comunidades indígenas.* Rio Claro: Unesp, 1999. 83 p. (Dissertação de Mestrado)

----- . Sobre a numeração Kaingang. In: FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). *Idéias matemáticas de povos culturalmente distintos.* São Paulo: Global; Mari/USP, 2002. p. 276-96. (Antropologia e Educação)

AMBROSETTI, J. B. Los índios Kaingángues de San Pedro de Misiones. *Revista del Jardín Zoológico*, Buenos Aires, s.n., 1894.

ASTEEN, Sissel Hodne; FRANCO, Scilla. *O Kaingang e sua evolução até os dias atuais.* Piracicaba : GTME, 1982. 68 p.

AZEVEDO, Ferdinand. A catequese jesuítica entre os índios Kaingáng, 1848-1851. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte: Faculdade de Teologia da Companhia de Jesus, v. 15, n. 35, p. 73-116, jan./abr. 1983.

BALDUS, Herbert. O culto aos mortos entre os Kiangang de Palmas. In ----- . *Ensaio de etnologia brasileira.* São Paulo: Ed. Nacional ; Brasília : INL, 1979. p. 8-33. (Brasiliana, 101)

BARBOZA, Horta. *A pacificação dos índios Caingangue paulistas: hábitos, costumes e instituições desses índios.* Rio de Janeiro: s.ed., 1931. (Conferência realizada na Biblioteca Nacional em 19/11/1913, pelo inspetor do SPI em São Paulo).

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingang do Paraná: subsídios para uma etno-história.* São Leopoldo: Unisinos, 1999. 344 p.

----- . *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul.* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1976. 334 p. (Pesquisas Antropologia, 29)

BLOEMER, Neusa M. Sens; NACKE, Aneliese. Revisitando o Toldo Chimbangue. *Rev. de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 39, n. 2, p. 199-218, 1996.

BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena.* Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BORELLI, Silvia Helena Simões. *Os Kaingang no estado de São Paulo: transfiguração e perplexidade cultural de uma etnia.* São Paulo: PUC, 1983. (Dissertação de Mestrado)

----- . Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: MONTEIRO, John Manuel et al (Orgs.). *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração.* São Paulo: Yankatu; CPI, 1984. p. 45-82.

CARVALHO, Marivaldo Aparecido de. Os nômades, etno-história Kaingang e seu contexto: São Paulo 1850 à 1912. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 11, n.

70, p. 12-8, jan./mar. 1994.

CAVALCANTE, Marita Porto. *Fonologia e morfologia da língua kaingang* : o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná. Campinas: Unicamp, 1987. (Dissertação de Mestrado)

CIMI REGIONAL SUL. *Toldo Chimbangue*: história e luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê: Cimi, 1984. 108 p.

COMIDAS Kaingang. Florianópolis: SEE, 1999. 40 p.

CORREA, Maria Celeste. Kaingang, o povo da floresta. In: KOCH, Zig; CORREA, Maria Celeste. *Araucária*: a floresta do Brasil meridional. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2002. p. 64-73.

CREPEAU, Robert R. Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil Meridional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, v. 3, n. 6, p. 173-86, out. 1997.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Kaingang: questões de língua e identidade. *Rev. Liames*, Campinas: Unicamp, n. 2, p. 105-28, 2002.

------. Os Kaingang: terra e autonomia política - condições para acesso à cidadania. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 8, n. 59, p. 45-56, abr./jun. 1991.

------. *Traços de modo e modos de traçar geométricas*: línguas Macro-Jê & teoria fonológica. Campinas: Unicamp, 1998. 2 v. p. (Tese de Doutorado)

DAVALOS-MISLITZ, Ana Clara Marque. *Polimorfismo da proteína GC em indígenas brasileiros*. Ribeirão Preto: USP/FMRP, 1992. 96 p. (Dissertação de Mestrado)

DIEHL, Eliana Elisabeth. Agravos na saúde Kaingang (Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina) e a estrutura dos serviços de atenção biomédica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 439-45, mar./abr. 2001.

------. *Entendimentos, práticas e contextos sóciopolíticos do uso de medicamentos entre os Kaingang (Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. 230 p. (Tese de Doutorado)

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. *Atrair e pacificar*: a estratégia da conquista. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional, 1992. 277 p. (Dissertação de Mestrado)

ERVAS medicinais utilizadas pelos Kaingang. Florianópolis: SEE, 1999. 64 p.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. Políticas públicas em saúde indígena entre os Kaingang de Palmas/PR. *Boletim do MPEG: Série Antropologia*, Belém: MPEG, v. 15, n. 2, p. 193-221, dez. 1999.

------. *Saúde e políticas de saúde entre os Kaingang de Palmas/PR*. Florianópolis: UFSC, 1998. 183 p. (Dissertação de Mestrado)

FERNANDES, Ricardo Cid. *Autoridade política Kaingang*: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná. Florianópolis: UFSC, 1998. 239 p. (Dissertação de Mestrado)

------. *Política e parentesco entre os Kaingang*: uma análise etnológica. São Paulo: USP,

2003. 288 p. (Tese de Doutorado)

GRACIO, Heber Rogério. *A comunidade de Borboleta e as instâncias do Estado: uma discussão sobre as representações do índio*. Brasília: UnB/DAN, 2003. (Dissertação de Mestrado)

GUERRA, Leila Karazawa et al. BF and C3 genetic polymorphisms in Kaingang indians from Southern Brazil. *Human Heredity*, Basel: S. Karger Ag., v. 42, n. 3, p. 153-6, 1992.

HAVERROTH, Moacir. *Kaingang, um estudo etnobotânico: o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xaçupé*. Florianópolis: UFSC, 1997. 192 p. (Dissertação de Mestrado)

HELM, Cecília Maria Vieira. *Direitos territoriais indígenas: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e madeireiros pela Terra Indígena Mangueirinha, Paraná, Brasil*. Curitiba: Design Estúdio Gráfico, 1997. 35 p.

------. *Estudo antropológico sobre os povos indígenas da bacia do rio Tibagi*. Curitiba: HF, 1999. 38 p.

----- (Coord.). *A implantação de usinas hidrelétricas e os indígenas no Sul do Brasil*. Curitiba: IAP/GTZ, 1998. 119 p.

------. *Os indígenas da Bacia do Rio Tibagi e os projetos hidrelétricos*. Florianópolis: UFSC, 1999. (Antropologia em Primeira Mão, 31)

------. *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso kaingang*. Belém: UFPA, 1974. 220 p. (Livres Docência).

------. *Laudo antropológico povos indígenas da Bacia do rio Tibagi - Kaingang e Guarani - e os projetos das Usinas Hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo*. Curitiba: Copel/Cnia, 1998. 76 p.

------. *Povos indígenas e projetos hidrelétricos no estado do Paraná*. Curitiba: HP, 1998. 25 p.

------. O projeto Kaingang. *Estudos Brasileiros*, Curitiba: s.ed., n.6, p.207-13, nov. 1978.

-----; TELES, Ivani Aparecida Garcia (Orgs.). *Venh Rog, Rio Tibagi*. Curitiba: Grupo MIG, 1998. 36 p.

HENRY, Jules. *Jungle people: a Kaingang tribe of the highlands of Brazil*. New York: Vintage Books, 1964. 216 p.

HOKERBERG, Yara Hahr Marques. *A situação de saúde dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul (1985-1995)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. 141 p. (Dissertação de Mestrado)

-----; DUCHIADE, Milena Piraccini; BARCELLOS, Christovam. Organização e qualidade da assistência a saúde dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 261-72, mar./abr. 2001.

KAINGANG ag vi ra. Florianópolis: SEE, 1999. 46 p.

KOHATSU, Marilda. O alcoolismo na comunidade Kaingang de Londrina. In: SEMINÁRIO SOBRE ALCOOLISMO E DST/AIDS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DA MACRORREGIÃO SUL, SUDESTE E MATO GROSSO DO SUL. *Anais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. p.189-96. (Seminários e Congressos, 4)

MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul : 1836-1866*. São Paulo: Ibrasa; Brasília INL, 1983. 246 p. (Biblioteca Estudos Brasileiros, 14)

MACEDO, Ana Vera (Org.). *Uma história Kaingang de São Paulo: trabalho à muitas mãos*. Brasília: MEC, 2001. 55 p.

MARCON, Telmo. *História e cultura Kaingang no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. Univ. Passo Fundo, 1994. 279 p. (Cultura e Religiosidade Popular, 3)

MEZA, Humberto Mário. *Política em comunidade: experiências da participação Kaingang na implementação da política pública da saúde indígena*. Campinas: Unicamp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

MONTAGNER, Delvai. *Aspectos da organização social dos Kaingáng paulistas*. Brasília: Funai, 1976. 176 p. (Apresentado originalmente como Dissertação de Mestrado. 1976, USP)

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial 1853-1889*. Assis: Unesp, 1998. 530 p. (Tese de Doutorado)

----- (Org.). *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Maringá: Eduem, 2000. 47 p.

------. *A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi*. *Rev. de História Regional*, Ponta Grossa: s.ed., v. 2, n. 1, p. 187-207, 1997.

------. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924*. Maringá: Ed. da Univ. Est. de Maringá, 1994. 285 p.

------. *Os índios Kaingang e as autoridades do Paraná provincial: uma interpretação de três documentos da Comarca Municipal de Ponta Grossa*. *Pós-História*, Assis: s.ed., n. 3, p. 139-63, 1995.

------. *Presença e resistência Kaingang no Paraná*. São Paulo: PUC, 1992. 412 p. (Dissertação de Mestrado)

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). *Uri e Waxi : estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: UEL, 2000. 377 p.

MUSSOLINI, Gioconda. *Os meios de defesa contra a moléstia e a morte em duas tribos brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororo Oriental*. São Paulo: ESP, 1945. (Dissertação de Mestrado)

NACKE, Anelise. *O índio e a terra: a luta pela sobrevivência no Posto Indígena Xapecó-SC*. Florianópolis : UFSC, 1983. (Dissertação de Mestrado)

----- *et al.*. *Os kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.

NIMUENDAJÚ, Curt. Carta sobre a pacificação dos Coroados (1912). In: ----- . *Textos indigenistas*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 41-5.

----- . *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Unicamp, 1993. 160 p. (Coleção Repertórios)

NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimyie; MOTA, Lúcio Tadeu (Orgs.). *Bibliografia Kaingang : referências sobre o povo Jê do sul do Brasil*. Londrina : UEL, 1998. 185 p.

NOTZOLD. Ana Lucia Vulfe. (org.) *O ciclo de vida Kaingang*. Florianópolis: [s.n.], 2004.

----- . (org.) *Ouvir memórias contra histórias: mitos e lendas Kaingang*. Santa Maria: Editora Pallotti. 2006.

----- . (org.) *Brincando e conhecendo os indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: LABHIN/UFSC. 2007.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul : Século XIX*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2000. 126 p. (Coleção História, 32)

OLIVEIRA, Maria Conceição de. *Os curadores Kaingang e a recriação de suas práticas : estudo de caso na Aldeia Xapecó (Oeste de SC)*. Florianópolis: UFSC, 1997. (Dissertação de Mestrado)

----- . *Os especialistas kaingang e os seres da natureza: curadores da aldeia Xapecó - Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: FCC, 1996.

OLIVEIRA, Marlene de. Alcoolismo entre os Kaingang: do sagrado e lúdico à dependência. In: SEMINÁRIO SOBRE ALCOOLISMO E DST/AIDS ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DA MACRORREGIÃO SUL, SUDESTE E MATO GROSSO DO SUL. *Anais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. p.99-126. (Seminários e Congressos, 4)

----- . *Da taquara ao cesto: a arte gráfica Kaingang*. Londrina: UEL, 1996. (Monografia de Especialização em Sociologia)

OLIVEIRA, Silvia Maria de. *Formação de professores indígenas bilíngues: a experiência Kaingang*. Florianópolis: UFSC, 1999. 105 p. (Dissertação de Mestrado)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Brasil. *Artesanato indígena: Guarani e Kaingang*. Curitiba: SEE, 2002. 16 p.

PEREIRA, Magali Cecili Surjus. *Meninas e meninos Kaingang: o processo de socialização*. Londrina: UEL, 1998.

----- . *Socialização secundária nos Kaingang*. São Paulo: USP/IP, 1994. 205 p. (Tese de Doutorado)

PINHEIRO, Niminon Suzei. Maneiras de perceber o mundo: o sincronismo homem e natureza entre os índios Kaingang. *Terra Indígena*, Araraquara: Centro de Estudos Indígenas, v. 11, n. 70, p. 19-25, jan./mar. 1994.

----- . *Os nômades: etnohistória Kaingang e seu contexto - São Paulo, 1850 a 1912*.

Araraquara: Unesp, 1992. (Dissertação de Mestrado)

PIRES, Maria Ligia Moura. *Guaraní e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais*. Brasília: UnB, 1975. 167 p. (Dissertação de Mestrado)

POURCHET, Maria Júlia. *Ação indigenista brasileira em três grupos Kaingang*. *Internationalen Amerikan*, Stuttgart: Sonderdruck Aus., n.38, p.43-6, ago. 1968.

------. Aspectos genético-antropológicos de uma comunidade Kaingang. *America Indigena*, México: Inst. Ind. Interamericano, v.23, n.2, p. 141-7, abr. 1963.

------. El control de la natalidad entre los indios brasileños. *America Indigena*, México: Inst. Ind. Interamericano, v.37, n.2, p.337-51, mai./jun. 1977.

------. *Ensaio e pesquisas Kaingáng: antropologia física, anticoncepção e ação indigenista*. São Paulo: Ática, 1983. 142 p. (Ensaio, 100)

------. Os Kaingang do Paraná (Brasil). *Bulletin of the Icuater*, s.l.: Icuater, n.3, p.78-80, 1960.

------. Subnutrição da criança indígena (observações bio-psicológicas em uma comunidade Kaingang). *America Indigena*, México: Inst. Ind. Interamericano, v.20, n.2, p.103-9, abr. 1960.

------. Sugestões para um plano de pesquisa entre índios Kaingang (Brasil). *America Indigena*, México: Inst. Ind. Interamericano, v.26, n.2, p.173-6, abr. 1966.

PREZIA, Benedito Antônio Genofre. *Índigenas em São Paulo, ontem e hoje: subsídios didáticos para o ensino fundamental*. São Paulo: Paulinas, 2001. 47 p.

PUPPI, Edi Ema Sacchelli. *Do mito ao livro: escolas bilíngues em língua Kaingang*. São Paulo: PUC, 1996. 139 p. (Dissertação de Mestrado)

RAMOS, Alcida Rita. Bugre ou índio: Guarani e Kaingang no Paraná. In: ------. *Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 183-246.

RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. *Vida em reserva: três comunidades indígenas de São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 1979. 93 p. (Dissertação de Mestrado)

ROBRAHN-GONZALEZ, Erika Márion. O acervo etnológico do MAE/USP: estudo do vasilhame cerâmico Kaingang. *Rev. do Museu de Arqueol. e Etnol.*, São Paulo : MAE, n. 7, p. 133-41, 1997.

ROCHA, Vera Maria da. *Perfil de saúde dos escolares Kaingang no contexto da Terra Indígena da Guarita, RS*. Santa Maria : UFSM, 1997. 158 p. (Dissertação de Mestrado)

ROSA, Rogério Réus Gonçalves da. *A temporalidade Kaingang na espiritualidade do combate*. Porto Alegre: UFRS, 1998. 186 p. (Dissertação de Mestrado)

SACCHI, Angela Célia. *Antropologia de gênero e etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Mangueirinha/PR*. Florianópolis: UFSC, 1999. 132 p. (Dissertação de Mestrado)

SALZANO, Francisco M. et al. The Caingang revisited: blood genetics and anthropometry.

Amer. Journal Phys. Anthrop., s.l.: Alan R. Liss, n.53, p.513-24, 1980.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Educação e sociedades tribais*. Porto Alegre: Movimento, 1975. 92 p. (Documentos Brasileiros, 6).

------. *Indigenismo e expansão capitalista: faces da agonia kaingang*. Florianópolis: UFSC, 1979. 73 p. (Concurso de Prof. Titular em Antropologia)

------. Lideranças indígenas, indigenismo oficial e destruição florestal: o caso do Iberama. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, p. 89-104, 1994.

SCHADEN, Francisco S. G. Xokléng e Kaingáng. In: SCHADEN, Egon (Org.). *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 79-89.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. As 'casas subterrâneas': fragmentos da história dos índios Kaingang. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro: SBPC, v. 31, n. 181, p. 22-9, abr. 2002.

SCHUCH, Ilaine. *Perfil socioeconômico e alimentar das famílias indígenas Kaingang de Guarita-RS*. Campinas: Unicamp, 2001. 133 p. (Dissertação de Mestrado)

SCHWINGEL, Lúcio Roberto. *Chefia Kaingang num processo de relações interétnicas e de globalização: uma abordagem a partir da comunidade de Nonoai (Norte do Estado do RS)*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Sérgio Baptista da. *Etnoarqueologia dos grafismos Kaingang : um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais*. São Paulo: USP, 2001. 366 p. (Tese de Doutorado)

SILVEIRA, Dea Maria Ferreira. *Escola da aldeia: rumo a uma educação diferenciada*. Guarapuava: Universidade Estadual Centro Oeste do Paraná, 1997. 183 p. (Dissertação de Mestrado)

SILVEIRA, Elaine da. *Etnobotânica de los índios Kaingang en Rio Grande do Sul (Brasil)*. Leon: Univ. de Leon, 1997. 303 p. (Tese de Doutorado)

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. *Laudo antropológico "De ocupações, expropriações e direitos territoriais": o caso dos indígenas de Nonoai, RS*. Belém: PGR/Funai, 1995. 84 p. (AI: Nonoai)

------. *Laudo antropológico sobre "Castigos cruéis na Área Indígena Votouro, Rio Grande do Sul: resistências culturais ou novas práticas"?* Belém: s.ed., 1994. 112 p.

------. *Laudo antropológico sobre "O círculo vicioso da violência na Área Indígena Guarita e os possíveis limites das ações judiciais"*. s.l.: Procuradoria da República/RS, 1991. 61 p.

------. *Laudo antropológico sobre "Os indígenas de Ventarra e seus direitos territoriais"*. Brasília: Funai ; São Paulo: CTI, 1994. 56 p. (AI: Ventarra)

------. *Laudo Pericial-Penal "De assassinato, esquartejamento e antropofagia: experiências entre Kaingang de Guarita, RS*. Belém: s.ed., 1994. (AI: Guarita)

------. Persistência de políticas e ações anti-indígenas no RS: ainda o caso de Nonoai. *Agir Azul*, Porto Alegre: Pangea, v. 2, n. 7, p. 17-8, 1994.

------. A Terra Indígena de Nonoai: invasão ou reocupação. *Agir Azul*, Porto Alegre: Pangea, v. 1, n. 4, p. 22, mar./abr. 1993.

TEIXEIRA, José Baltazar. *Contribuição para a fonologia do dialeto kaingang de Nonoai*. Campinas: Unicamp, 1988. (Dissertação de Mestrado)

TEMPSKI, Edwino Donato. *Caingângues : gente do mato*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1986. 383 p.

TOMMASINO, Kimiye. *A história Kaingang da Bacia do Tibagi: uma sociedade jê meridional em movimento*. São Paulo: USP, 1995. (Tese de Doutorado)

------. Os Kaingang do Paraná e seus deslocamentos cíclicos para o Mato Grosso do Sul. *Travessia*, São Paulo: CEM, v. 9, n. 24, p. 13-6, jan./abr. 1996.

-----; REZENDE, Jorgisnei Ferreira de. *Kikikoi: ritual dos Kaingang na Área Indígena Xapecó/SC - registro audio-fotográfico do ritual dos mortos*. Londrina: Midiograf, 2000. 36 p. (Acompanha CD com gravação das rezas rituais)

TORAL, André Amaral de; SILVA, Paula Pinto e (Eds.). *Eg jamen ky mu: textos Kanhgag*. Brasília: MEC/Pnud, 1997. 190 p.

UTIYAMA, Shirley Ramos da Rosa; GUARDIANO, Joel; PETZL-ERLER, Maria Luiza. Perfil de auto-anticorpos em índios das tribos Kaingang e Guarani do Sul do Brasil. *Rev. Panamericana de Salud Publica*, Washington: s.ed., v. 7, n. 6, p. 371-6, jun. 2000.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado)

------. *Organização social e cosmovisão Kaingang: uma introdução ao parentesco, casamento e nominação em uma sociedade Jê meridional*. Campinas: Unicamp, 1994. (Dissertação de Mestrado)

------. Professores indígenas de Inhacorá (RS): uma experiência de formação. In: VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andres (Orgs.). *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: Funai; Campinas: ALB, 2001. p. 113-26.

------. Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang. *Cadernos do Ceom*, Chapecó, v.6, n.8, s.d.

VILLELA, Wilséa Vieira. *Kaingang de São Jerônimo da Serra (etno-história)*. Rio de Janeiro: SUAM, 1981. 53 p. (Dissertação de Mestrado)

WAGNER, Carlos; ANDREATTA, Humberto; PEREIRA, André. *A guerra dos bugres: a saga da nação Caingangue no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tchê, 1986. 120 p.

ZWETSCH, Roberto E. *Com as melhores intenções: trajetórias missionárias luteranas diante do desafio das comunidades indígenas - 1960-1990*. São Paulo: Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 1993. 563 p. (Dissertação de Mestrado)

Irai, terra Kaingang. Dir.: Rogério Rosa. Vídeo, 56 min., 1992.

Registro sobre os Kaingang. Dir.: Kuhkra. Vídeo cor, VHS, 30 min., 1991. Prod.: Cepaveh.

15.4 Xokleng

BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. 214 p. (Brasiliana, 101)

BUBLITZ, Terezinha. *Análise fonológica preliminar da língua xokleng*. Brasília: UnB, 1994. 52 p. (Dissertação de Mestrado)

GAKRAN, Nanbla (Org.). *Nosso idioma reviveu*. São Leopoldo: Comim, 1999. 54 p.

----- . *Aspectos morfossintáticos da língua Laklãnõ (Xokleng)* - Jê. Campinas: Unicamp, 2004 (dissertação de Mestrado em Linguística).

GUÉRIOS, M. O Xocrén é idioma Caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba: Museu Paranaense, v. 4, p. 321-32, 1945.

HENRY, Jules. *Jungle people: a Kaingang tribe of the highlands of Brazil*. New York: Vintage Books, 1964. 216 p.

HICKS, D. The Kaingang and the aweikoma : a cultural contrast. *Anthopos*, Freiburg: s.ed., n. 61, p. 839-46, 1966.

LANGDON, E. Jean; ROJAS, Blanca Guilhermina. Um fator ignorado numa situação de mudança rápida: a situação da Área Indígena Ibirama (SC). *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis: UFSC, v. 51, p. 65-89, 1991.

MAESTRI, Beatriz Catarina. *O Cimi e o povo Xokleng: uma análise da atuação missionária na Terra Indígena Ibirama*. Florianópolis: UFSC, 2001. (Dissertação de Mestrado)

MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja: etnologia da comunidade cafuzá*. Florianópolis: UFSC, 1991. 300 p. (Dissertação de Mestrado)

MARKUS, Clede. *Identidade étnica e educação escolar indígena*. Blumenau: FURB, 2006. 123 p. (Dissertação de Mestrado).

MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In: STEWARD, Julian H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. v. 6. New York: Cooper Square Publishers, 1963.

MOTA, Lúcio Tadeu. *O aço, a cruz e a terra : índios e brancos no Paraná provincial 1853-1889*. Assis: Unesp, 1998. 530 p. (Tese de Doutorado)

----- (Org.). *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Maringá : Eduem, 2000. 47 p.

MÜLLER, Sálvio Alexandre. *Efeitos desagregadores da construção da barragem de Ibirama sobre a comunidade indígena*. Florianópolis: UFSC, 1985. (Dissertação de Mestrado)

NAMEN, Alexandro Machado. A barragem de Ibirama e as populações atingidas na Área Indígena: documento denúncia. *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC, n. 51, p. 65-89, 1991.

----- . *Botocudo: uma história do contacto*. Florianópolis: UFSC ; Blumenau : Furb, 1994. 112 p.

------. *Índios Botocudo: uma reconstituição histórica do contato*. Florianópolis: UFSC, 1991. (Dissertação de Mestrado)

NIMUENDAJÚ, Curt. Social organization and beliefs of the Botocudo of Eastern Brazil. *Southwestern Journal of Anthropology*, Albuquerque: Univ. of New Mexico Press, n. 2, 1946.

PAULA, José Maria de. Memória sobre os botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos Silvícolas sob a inspeção. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS (20º: 1922, Rio de Janeiro-RJ). *Anais*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. p. 117-37.

PEREIRA, Walmir da Silva. *A ferrovia São Paulo-Rio Grande e os índios Xokleng em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1995. (Dissertação de Mestrado)

----- et al. *Lauda antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng* : história do contacto, dinâmica social e mobilidade indígena no Sul do Brasil. Porto Alegre : Funai, 1998. 213 p.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 510 p.

------. A pacificação dos Xokleng. *Carta*, Brasília: Gab. Sen. Darcy Ribeiro, n. 9, p. 23-52, 1993.

SALZANO, Francisco M.; SUTTON, H. Haptoglobin and transferrin types of indians from Santa Catarina, Brazil. *American Journal of Human Genetics*, Chicago: s.ed., v. 17, n. 3, p. 280-9, 1965.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973. 312 p. (Apresentado originalmente como Tese de Doutorado. 1971, USP)

------. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: EdUFSC; Itajaí: Univali, 1997. 152 p.

------. Lideranças indígenas, indigenismo oficial e destruição florestal: o caso de Ibirama. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, p. 89-104, 1994.

SCHADEN, Francisco S. G. A pacificação e a aculturação dos Xokleng. *Rev. de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 1, n. 2, p. 136-9, 1953.

------. Xokleng e Kaingáng. In: SCHADEN, Egon (Org.). *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 79-89. (Publicado originalmente em Revista de Antropologia, São Paulo: USP, v. 6, n. 2, p. 105-12, 1958).

SILVA, Simoens da. Terminologia de parentesco Kaingang. *Sociologia*, São Paulo: s.ed., v. 14, n. 1, p. 76-9, 1952.

------. *A tribu Caingang (índios bugres-botocudos)*. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas, 1930.

URBAN, Greg. Interpretation of inter-cultural contact: the Shokleng and Brazilian national society 1914-1916. *Ethnohistory*, s.l.: s.ed., v. 32, n. 3, 1985. p. 224-44.

------. *Metaphysical community: the interplay of senses and intellect*. Austin: Univ. of Texas Press, 1996.

------. *A model of shokleng social reality*. Chicago: Univ. of Chicago, 1978. 398 p. (Ph.D. Dissertation)

------. Repetition and cultural replication: three examples from Shokleng. In JOHNSTONE, Barbara (Ed.). *Repetition in discourse: interdisciplinary perspectives*. Norwood: Ablex, 1994. p. 145-61.

VAN *zi to eben ki akleg ne va*. Florianópolis: SEE, 1999. 22 p.

VANHKALA *jo kabel*. Florianópolis: SEE, 1999. 24 p.

WEBER, Cátia. Tornar-se professora Xokleng/Laklãnõ: escolarização, Ensino Superior e identidade étnica. 2007. *Dissertação* (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

WERNER, D. Stress psicossocial entre os índios da AI Ibirama. In SANTOS, S.C. (Org.) A Barragem de Ibirama e as populações atingidas na área indígena. *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, UFSC (51/52): 55-64, jan./jun. 1991.

WIIK, Flavo Braune. Contato, epidemias e corpo como agentes de transformação: um estudo sobre a AIDS entre os índios Xokleng de Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 17, n. 2, p. 397-406, mar./abr. 2001.

------. Doenças e transformação sociocultural: epidemias, corporalidade e práxis entre os índios Xokleng do sul do Brasil. *Rev. de Divulgação Cultural*, Blumenau: FURB, v. 20, n. 64, 1998.

16 ANEXOS



Registrado no SGD/GR/UFSC
Em 30/08/09

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
Esplanada dos Ministérios, Bloco I, 7º andar - 70047-900 - Brasília, Distrito Federal, Brasil

Ofício-Circular nº. 073 /2009-GAB/SECAD/MEC

Brasília, 13 de agosto de 2009

A Sua Magnificência o Senhor
Álvaro Toubes Prata
Universidade Federal Santa Catarina
Campus Reitor David Ferreira Lima Bairro Trindade
88040-970 Florianópolis - SC

Assunto: Termo de Cooperação PROLIND 2009

Magnífico Reitor,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, aprez-me informar a Vossa Magnificência que a proposta apresentada por essa Universidade "Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingang e Xokleng" recebeu aprovação para ser atendida pelo Eixo I - Implementação de Desenvolvimento de Cursos de Licenciaturas Interculturais Indígena para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior", conforme Portaria nº 100, de 6 de agosto de 2009, publicada no DOU de 07 de agosto de 2009, Seção 1, página 21.
2. A propósito, estamos enviando ao Coordenador do projeto, por correio eletrônico, o formulário do Termo de Cooperação A, bem como o anexo 1, para preenchimento e assinatura, para as providências referentes à descentralização dos recursos.
3. O PROLIND intenciona mobilizar a IES para a criação e desenvolvimento das Licenciaturas Interculturais para a formação superior de professores indígenas, possibilitando com isso garantir qualidade e relevância à educação básica intercultural indígena. É nossa expectativa que esses cursos se institucionalizem no âmbito do REUNI de forma a atender a diversidade sociocultural dos povos indígenas de maneira permanente.
4. Colocamos a disposição, para informações complementares, os contatos da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, Susana Guimarães (61) 2104-6025 e Walkiria Praça (61) 2104-6259, SGAS 607, Lote 50, Ed. Conselho Nacional de Educação, sala 209, CEP 70.200-670 Brasília -DF.

Atenciosamente,

André Lázaro
Secretário SECAD

GABINETE DO REITOR/UFSC
RECEBIDO EM
20/08/09, As 8:30
Sonió

*A Coordenadora do Projeto
Prof. Sue Brice e a DCP1
providências e demais
em 21/08/09*

*90/10/09
Subchefe de Gabinete do
Reitor da UFSC
Portaria nº 002/GR/09*



ESTÁGIO DE DOUTORANDO						
COMPONENTES	US\$	(R)	(T)	(CANS)	(S)	(V)
Mensalidade	1.100	1.100	769	1.462	1.646	148.882
Aux. Instalação (mês)	100	100	69	132	149	13.515
Seguro Saúde (mês)	70	70	-	93	104	9.474

ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL						
COMPONENTES	US\$	(R)	(T)	(CANS)	(S)	(V)
Mensalidade	2.000	2.000	1.398	2.658	2.994	270.694
Aux. Instalação (mês)	100	100	69	132	149	13.515
Seguro Saúde (mês)	70	70	-	93	104	9.474

ESTÁGIO SÊNIOR						
COMPONENTES	US\$	(R)	(T)	(CANS)	(S)	(V)
Mensalidade	2.500	2.500	1.607	3.056	3.443	311.298
Aux. Instalação (mês)	100	100	69	132	149	13.515
Seguro Saúde (mês)	70	70	-	93	104	9.474

(1) A bolsa da Capes consiste de: valor básico, auxílio instalação, adicional-dependente, seguro saúde, passagem aérea e pagamento de taxas escolares, sendo o último exclusivo para doutorado pleno no exterior. A passagem aérea corresponde aos bilhetes aéreos de ida e volta para o bolsista, em classe econômica e tarifa promocional. O bilhete aéreo de ida será concedido quando o bolsista estiver residindo no Brasil e as atividades acadêmicas no exterior não tiverem sido iniciadas, no momento da implementação da bolsa. Também são concedidos bilhetes aéreos de ida e volta, quando atendidas as condições anteriores, para 1 (um) dependente de bolsista de doutorado pleno no exterior.

(2) Limite de referência baseado no primeiro nível de remuneração do professor adjunto/valor básico + retribuição por titulação e GEMAS, em regime de dedicação exclusiva, de instituição federal de ensino superior, vigente a partir de fevereiro de 2009 (R\$6.722,85). Para efeito do cálculo do valor básico da bolsa considera-se a remuneração bruta. Não são computadas as vantagens que não sejam mantidas durante a permanência no exterior.

(3) Valores em dólar americano - para bolsistas com destino aos Estados Unidos e aos Países que a Capes não efetua pagamento na moeda local.

(4) Valores em euro - para bolsistas com destino à Alemanha; Áustria; Bélgica; Dinamarca; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Noruega; Portugal; Suécia; Suíça; Estônia; Letônia; Lituânia; Polônia; Hungria; República Tcheca; Eslováquia; Eslovênia; Chipre; Malta; Andorra; Mônaco e territórios de países da Comunidade Europeia que utilizam o Euro, tais como: Açores; Ilha da Madeira; Guiana Francesa e outros. Os bolsistas que iniciaram antes de maio de 2007, com destino aos países da Europa, que não fazem parte da União Europeia (Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Áustria, Portugal, Holanda e Finlândia) e a Suíça, a bolsa será mantida em dólar americano.

(5) Valores em libra esterlina - para bolsistas com destino ao Reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e Irlanda do Norte.

(6) Valores em dólar canadense - para bolsistas com destino ao Canadá.

(7) Valores em dólar neozelandês - para bolsistas com destino à Nova Zelândia (somente para os bolsistas que iniciaram antes de maio de 2007).

(8) Valores em dólar australiano - para bolsistas com destino à Austrália.

(9) Valores em coroa sueca - para bolsistas com destino à Suécia (somente para os bolsistas que iniciaram antes de maio de 2007).

(10) Valores em iene - para bolsistas com destino ao Japão.

(11) Auxílio instalação equivalente a uma mensalidade, compreendida do valor básico e do adicional dependente, quando for o caso. O auxílio instalação será concedido quando o bolsista estiver residindo no Brasil e o doutorado no exterior ainda não tiver sido iniciado, no momento da implementação da bolsa.

(12) Para efeito do cálculo do adicional dependente são considerados o cônjuge ou companheiro de nacionalidade brasileira que não possui rendimento próprio, decorrente de bolsa de estudo, remuneração de trabalho ou pensão alimentícia; os filhos com até 21 anos, ou, até 24 anos se matriculados em curso superior no país de destino e que viva sob dependência econômica do bolsista. Os benefícios aos dependentes são exclusivamente para aqueles que permanecerão na companhia do bolsista, no exterior, por um prazo igual ou superior a nove meses.

(13) Seguro saúde baseado na condição familiar.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 6 DE AGOSTO DE 2009

Altera o art. 14 da Resolução nº 4, de 17 de março de 2009, referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, Seção IV, Capítulo V, do Anexo I, do Decreto nº 6.319, de 20 de dezembro de 2007, republicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2008, e pelos arts. 3º, 5º e 6º do Anexo da Resolução CDF/ND nº 31, de 30 de setembro de 2003, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do período de atividade ao orçamento disponível para a modalidade de apoio à Educação Integral do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); resolve "ad referendum":

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 14 da Resolução nº 4, de 17 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 O montante a ser liberado, anualmente, em favor de cada escola a que se refere o caput do art. 12 deverá ser executado de forma a garantir o desenvolvimento de atividades de Educação Integral pelo período de 6 (seis) meses letivos, ainda que não consecutivos por ocorrência de férias escolares, a contar do mês da efetivação do repasse."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ARACRUZ

PORTARIA Nº 19, DE 6 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS ARACRUZ, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 660, de 27/04/2009, da Reitoria-Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital-DG nº 01/2009, conforme relação anexa.

ANTÔNIO TADEU VAGO

ANEXO

RESULTADO FINAL ÁREA DE ESTUDO/DISCIPLINA: Mecânica - 20 Horas - Campus Aracruz

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Pontos	Classificação
001	João Alexandre de Souza Gaudin	73,4	1º
011	Fabiano Amadeu Santos Filho	53,00	2º
009	Fabiano Ray da Rosa	45,00	3º

CAMPUS SERRA

PORTARIA Nº 28, DE 6 DE AGOSTO DE 2009

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS SERRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 660, de 27.04.2009, da Reitoria-Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital-DG-Campus Serra nº 01/2009, conforme relação anexa.

ADEMAR MANOEL STANGE

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Aplicativos Gráficos para Web - 20 horas - Campus Serra

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Pontos	Classificação
06	Johana Cristina da Silva	53,30	1º
10	Keila Crystyna Brito	47,60	2º

Área de Estudo/Disciplina: Montagem e Manutenção e Fundamentos de Hardware - 20 horas - Campus Serra

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Pontos	Classificação
07	Eduardo Max Amaro Amari	67,60	1º

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE

PORTARIA Nº 100, DE 6 DE AGOSTO DE 2009

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.089, de 04 de abril de 2005, publicada no DOU de 06.04.2005, seção 2, página 9, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado de seleção dos projetos PROLIND, regido pelo Edital de Convocação nº 08, de 27 de abril de 2009, publicado no DOU nº 79, de 28 de abril de 2009, Seção 03, página 47.

Art. 2º O Comitê Técnico Multidisciplinar, instituído pela Portaria nº 61, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 24 de junho de 2009, seção 1, página 12, selecionou as seguintes Instituições nas respectivas condições:

Projetos aprovados:
Eixo I: Implantação e Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura Intercultural para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior.

UFCE - Universidade Federal do Ceará
Título: Magistério Indígena Superior dos Povos Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé (MISI-PITAKAJA) - Licenciatura Intercultural Específica

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Título: Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal" - Aitum, Guaitã, Kamba, Kadiwêu, Kinikinau, Ofaiz e Terena

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
Título: Licenciaturas dos Povos Indígenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingang e Xokleng

IF-Bahia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ Campus Porto Seguro
Título: Licenciatura Intercultural Indígena

Eixo II: Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura Intercultural para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior.

UFAC - Universidade Federal do Acre
Título: Licenciaturas Interculturais para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior

Eixo III: Elaboração de Projetos de Cursos de Licenciatura Interculturais para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior

UFAM - Universidade Federal do Amazonas
Título: Projeto de Curso de Licenciatura Específica para Formação de Professores Indígenas Sateré e Munduruká

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Título: Projeto de curso de Licenciatura Intercultural Indígena

IF-AM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IF-AM
Título: Projeto de Cursos de Licenciaturas Específicas para Formação de Professores Indígenas em Nível Superior

Projetos pré-aprovados para o Eixo I a serem reformulados:
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
Título: Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

UNIR - Universidade Federal de Rondônia
Título: Licenciatura em Educação Básica Intercultural

Parágrafo segundo: A aprovação definitiva dos projetos pré-aprovados fica condicionada à reatualização do projeto político-pedagógico, segundo os itens demandados no edital nº 8 do PROLIND - 2009.

Parágrafo terceiro: As instituições federais de ensino superior e os coordenadores das propostas selecionadas receberão ofício da SECAD - MEC com solicitação de apresentação da proposta orçamentária em formulário específico.

JORGE LUIZ TELES DA SILVA
Secretário

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria nº 1152 de 30 de julho de 2009 publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2009, Seção 1, Página 17,

Onde se lê:

EURG	HEUDMBCJ	154042	15289	1.034.383,12	000771
------	----------	--------	-------	--------------	--------

Leia-se:

EURG	HEUDMBCJ	150218	15289	1.034.383,12	000855
------	----------	--------	-------	--------------	--------

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR
SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

I – DA FINALIDADE

Artigo 1º - Em consonância com o que estabelece a Resolução nº 061/CEPE/96, de 10.10.96 e a Resolução Normativa Nº 14/CUn, de 25.10.11, da UFSC, bem como a Lei nº 11.788, de 25.09.2008 e o Parecer CNE/CP 27/2001, o presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no âmbito do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC.

II – DA CARACTERIZAÇÃO E DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Artigo 2º - Para os fins do disposto neste regulamento, considera-se estágio o conjunto de atividades programadas, orientadas/supervisionadas e avaliadas, as quais proporcionem ao aluno aprendizagens profissionais propícias ao curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC.

Parágrafo único – O estágio no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica será na modalidade Curricular Obrigatório, dada a sua realização ser requisito para a obtenção do diploma, conforme o Projeto Pedagógico do curso;

Artigo 3º - Os estágios referentes às disciplinas Estágio I e II serão realizados na Educação Infantil ou em Séries Iniciais do Ensino Fundamental de escolas indígenas, podendo ser efetivados em outras áreas como: Educação Especial, Projetos Sociais com Visão Educativa e Alfabetização, que poderão ser flexibilizados de acordo com esse nível de ensino e o contexto social e profissional.

Artigo 4º - Os estágios referentes às disciplinas Estágio III e IV serão realizados em séries finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio de escolas indígenas, podendo ser efetivados em outras áreas como: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Projetos Sociais com Visão Educativa, que poderão ser flexibilizados de acordo com esse nível de ensino e o contexto social e profissional.

III – DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 5º - A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório depende da existência de Convênio firmado para esse fim, diretamente entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a parte concedente da vaga de estágio, por meio de um Agente de Integração, nos termos do Art. 5º da Lei nº 11.788/2008.

Parágrafo 1º - Além do convênio supracitado, constituem-se em documentos obrigatórios para iniciar as atividades de estágio:

1) O Termo de Compromisso de Estágio (TCE), elaborado pelo aluno candidato ao estágio e parte concedente, observando-se as normas firmadas entre a UFSC e a concedente. O TCE deverá ser assinado pelas partes envolvidas no estágio e pelo Coordenador de Estágios do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica;

2) O Programa de Atividades de Estágio (PAE), elaborado conjuntamente pelo aluno candidato ao estágio, pelo professor supervisor de estágio e a parte concedente, e submetido à aprovação do Coordenador de Estágios. O PAE deverá ser assinado pelas partes envolvidas no Estágio: o educando, o supervisor local indicado pela concedente, o professor supervisor de estágio e o Coordenador de Estágios do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Parágrafo 2º - O TCE e o PAE, de que trata o parágrafo primeiro deste Artigo, deverão ser registrados no Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios – SIARE/UFSC, observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do registro do SIARE e a entrega desses documentos devidamente assinados por todas as partes à Coordenadoria de Estágios do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Parágrafo 3º - O registro no SIARE é obrigatório para a efetivação do estágio realizado dentro e/ou fora do Campus Universitário para assegurar o cumprimento da legislação vigente e o controle sobre o seguro de acidentes pessoais.

Parágrafo 4º - A Universidade Federal de Santa Catarina, via Secretaria de Assuntos Estudantis, compromete-se a fazer um seguro de acidentes pessoais durante o período do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, a favor de cada estagiário.

Artigo 6º - Para realizar o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o aluno deverá estar regularmente matriculado no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica oferecido pelo Departamento de História da UFSC.

Parágrafo único - A interrupção do vínculo acadêmico entre o educando e o curso em que se encontrava matriculado provocará o imediato encerramento do estágio.

Artigo 7º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica somente poderá ser realizado a partir do quinto semestre letivo.

Artigo 8º - Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o aluno deverá contar com a supervisão de um professor do curso.

Parágrafo único – Além da supervisão do professor supervisor de estágio na UFSC, conforme indicado neste Artigo, o aluno deverá contar com uma supervisão local prestada por um profissional da área afim, acordado entre a UFSC e a concedente do estágio.

IV – DA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 9º - A integralização curricular do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório se dará através da matrícula nas disciplinas HST 8011 (Estágio I), HST 8012 (Estágio II), HST 8013 (Estágio III) e HST 8014 (Estágio IV), componentes da matriz curricular do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, com carga horária total de 504 (quinhentas e quatro) horas/aula, correspondendo a 28 créditos, a serem cumpridas em quatro semestres letivos, a partir do quinto semestre do Curso.

Parágrafo único - A carga horária será assim distribuída: 07 (sete) créditos ou 126 (cento e

vinte e seis) horas/aula em cada um dos 04 (quatro) semestres.

V – DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 10 - No Estágio a jornada de atividade será definida de comum acordo entre a Universidade, a parte concedente do campo de estágio e o aluno estagiário, devendo ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais.

Artigo 11 - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório somente poderá ser realizado durante o período letivo das escolas, campo de estágio.

VI – DA COORDENADORIA DE ESTÁGIO DO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

Artigo 12 - Para coordenação das atividades de estágios previstas neste Regulamento, no âmbito do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, o Colegiado do Curso indicará, entre os docentes em atividade no Curso, um Coordenador de Estágio para exercer a função pelo período de 02 (dois) anos.

Parágrafo único - O Coordenador de Estágio do Curso, nomeado através de portaria emitida pela Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, contará em seu plano de trabalho com uma carga horária de até 10 (dez) horas semanais em atividade administrativa.

Artigo 13 - Compete ao Coordenador de Estágio do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica:

- 1) Tratar dos assuntos relacionados aos estágios, junto ao Colegiado do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Chefia do Departamento, Unidades Universitárias e outros setores da Universidade;
- 2) Encaminhar, juntamente com o professor supervisor de estágio, as soluções para os problemas que possam impedir o início, o andamento ou a conclusão do estágio;
- 3) Apresentar as propostas para celebração, manutenção ou alteração de convênios e campos de estágio ao Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP);
- 4) Organizar os arquivos de documentos gerais e pessoais relacionados com a realização de estágios por parte de alunos do Curso e mantê-los na Secretaria do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica;
- 5) Apresentar ao Colegiado do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica as propostas para adequação da organização curricular às atividades de estágio; e
- 6) Analisar e conferir a documentação indicada no Parágrafo 1º do Artigo 5º do presente regulamento.

Parágrafo Único - Em seus impedimentos, o Coordenador de Estágio do Curso, nomeado pela Direção do CFH, será substituído pelo Coordenador do Curso.

VII – DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 14 - A supervisão do estágio ficará sob a responsabilidade do professor supervisor de estágio e do supervisor local.

Artigo 15 - Caberá à concedente a indicação (convite) do supervisor do estágio obrigatório.

Artigo 16 - Compete ao professor supervisor do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- 1) Proceder ao estudo deste Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com os alunos estagiários, esclarecendo-lhes eventuais dúvidas;
- 2) Divulgar entre os alunos estagiários os planos e cronogramas necessários à execução do estágio;
- 3) Efetuar o levantamento das escolas-campo de estágio;
- 4) Articular-se com as escolas indígenas efetuando os ajustes necessários para a realização do estágio;
- 5) Orientar a elaboração e execução do(s) Projeto(s) de Intervenção/Estágio e do(s) Relatório(s);
- 6) Acompanhar o aluno estagiário na execução de suas tarefas, orientando-o em suas necessidades e dificuldades;
- 7) Acompanhar as atividades desenvolvidas no campo de estágio pelo aluno estagiário;
- 8) Proceder à avaliação final do projeto de intervenção e do Relatório de Estágio, e atribuir nota;
- 9) Organizar o Seminário de Socialização do Estágio e avaliar o desempenho dos alunos na respectiva atividade;
- 10) Definir, juntamente com o professor supervisor de estágio, a data e o local para a apresentação do Relatório Final do Estágio pelo aluno concludente;
- 11) Remeter à Coordenação do Curso o resultado final da avaliação de estágio concluído pelo aluno; e
- 12) Zelar pelo fiel cumprimento desta Instrução Normativa.

Artigo 17 - Compete ao supervisor local do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- 1) Proceder ao estudo deste Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com os alunos estagiários, esclarecendo-lhes eventuais dúvidas;
- 2) Orientar os alunos estagiários quanto ao funcionamento da escola;
- 3) Facilitar o acesso dos alunos aos documentos da escola;
- 4) Divulgar entre os alunos estagiários os planos e cronogramas necessários à execução do estágio;
- 5) Colaborar com o professor supervisor na elaboração do Projeto(s) de Intervenção/Estágio e do(s) Relatório(s);
- 6) Acompanhar o aluno estagiário na execução de suas tarefas, orientando-o em suas necessidades e dificuldades;
- 7) Acompanhar as atividades desenvolvidas no campo de estágio pelo aluno estagiário;
- 8) Participar do processo de avaliação final do projeto de intervenção e do Relatório de Estágio;
- 9) Colaborar com a organização do Seminário de Socialização do Estágio, dele participar e avaliar o desempenho dos alunos na respectiva atividade;
- 10) Fazer o registro do acompanhamento da atividade de estágio do aluno; e
- 11) Zelar pelo fiel cumprimento desta Instrução Normativa.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DO ALUNO ESTAGIÁRIO

Artigo 18 - Compete ao aluno:

- 1) Elaborar Projeto(s) de Intervenção e Relatório(s) de Estágio;
- 2) Respeitar as normas da instituição campo de estágio;
- 3) Demonstrar assiduidade e pontualidade em todas as etapas do estágio e cumprir as exigências legais referentes à realização do estágio, definidas neste Regulamento de Estágio Supervisionado Obrigatório;
- 4) Comunicar ao supervisor os problemas ou dificuldades encontradas para o bom exercício de suas atividades;

- 5) Informar ao professor supervisor de estágio, em tempo hábil, o seu impedimento ou desistência para continuar o estágio e apresentar justificativa, quando impossibilitado de concluir as atividades do estágio;
- 6) Entregar o material de estágio nos prazos previstos estabelecidos; e
- 7) Comparecer às atividades programadas relativas às disciplinas de estágio.

Artigo 19 - O estagiário deverá ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no período de orientação geral, observação, orientação individual e/ou em equipe e 100% (cem por cento) de frequência na execução das atividades de docência, salvo justificativa aceita pelo professor supervisor de estágio.

X – DA CONCLUSÃO DO ESTÁGIO

Artigo 20 - A conclusão do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório dar-se-á com a entrega do Relatório Final do Estágio, o qual constituir-se-á em um dos elementos para avaliação do rendimento do aluno no estágio realizado.

Artigo 21 - O relatório de que tratam os artigos 13º, 16º, 17º, 20º, 22º e 23º deste Regulamento é um documento realizado de acordo com o professor supervisor de estágio, devendo, todavia, apresentar a seguinte estrutura mínima:

- 1) Sumário
- 2) Apresentação
- 3) Objetivos do estágio
- 4) Atividades realizadas durante o estágio
- 5) Ações, resultados e produtos gerados durante o estágio
- 6) Conclusões
- 7) Anexos (imagens, tabelas etc., produzidos durante o estágio)
- 8) Referências.

XI – DA AVALIAÇÃO FINAL DO RENDIMENTO DO ESTAGIÁRIO

Artigo 22 - A avaliação final do rendimento do aluno concludente do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será feita com base nos seguintes quesitos:

- 1) Qualidade do Relatório Final do Estágio, segundo:
 - A apresentação e o conteúdo do relatório
 - Os resultados apresentados em função do estágio realizado e seus desdobramentos.
- 2) Desempenho demonstrado durante o estágio, segundo:
 - A habilidade para realizar a docência no campo definido anteriormente
 - A iniciativa e independência na solução de questões
 - A pontualidade e assiduidade
 - A integração no ambiente de estágio.

Artigo 23 - Atendidos os critérios de frequência, de participação e de realização de todas as atividades desenvolvidas nas etapas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, descritas por meio de relatórios parciais e finais e demais instrumentos de acompanhamento, o acadêmico estagiário será aprovado, se obtiver média final, igual ou superior a 6.0 (seis).

Artigo 24 - Ocorrendo a reprovação do aluno, não haverá recuperação da Nota Final obtida na avaliação do rendimento em Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Parágrafo 1º – Para a conclusão do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata

Atlântica, o aluno que for reprovado na avaliação de seu rendimento no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá repetir a(s) disciplina(s) correlata(s): HST 8011 – Estágio I, HST 8012 – Estágio II, HST 8013 – Estágio III e/ou HST 8014 – Estágio IV, por meio de nova matrícula.

Parágrafo 2º - O aluno que não tenha cumprido a frequência estabelecida no artigo 19 será considerado reprovado na disciplina de estágio em que esteja matriculado, por frequência insuficiente (FI), incidindo em nota zero.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 25 - As justificativas apresentadas por alunos que tenham abandonado ou desistido do estágio serão encaminhadas ao professor supervisor do estágio que, por sua vez, as conduz ao Colegiado do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, para avaliação e providências.

Artigo 26 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, a partir da manifestação formalizada pelo interessado.

Regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso em data de 31.10.13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DA LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA
MATA ATLÂNTICA

I - Da Matrícula

Art. 1º - A disciplina HST 8032, Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) dá continuidade à disciplina HST 8029, Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I).

II – Do/a Orientador/a

Art. 2º - Todos os professores que participam do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (LII) podem aceitar a tarefa de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Parágrafo Único - É facultado ao professor recusar a orientação se possuir número de orientandos superior a cinco ou por motivos pessoais, devidamente justificados e apresentados ao Colegiado do Curso LII, que os avaliará.

Art. 3º - Dada a especificidade do corpo docente, o orientador poderá ser professor ou servidor técnico administrativo efetivo da Universidade Federal de Santa Catarina ou externo a esta Instituição Federal de Ensino Superior.

Os casos especiais deverão ser encaminhados pelo futuro orientando com o aval do orientador e avaliados pelo Colegiado de Curso.

Art. 4º - O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

1. Permanecer em articulação com os Coordenadores de TCC;
2. Iniciar a orientação quando o aluno estiver cursando a disciplina HST 8027 - Metodologia de Pesquisa II;
3. Atender periodicamente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado, em caráter presencial ou à distância;
4. Requerer, aos Coordenadores de TCC, a inclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso de seus orientandos na pauta semestral de defesas, até trinta dias antes do final do período letivo;
5. Decidir, juntamente com seu orientando, a composição da banca examinadora do TCC;
6. Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa; e
7. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 5º - A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo Único – O não cumprimento do disposto no artigo 7º deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação, por meio de comunicação oficial ao Coordenador de TCC específico.

III - Do(a) Orientando(a)

Art. 6º - Considera-se orientando o aluno regularmente matriculado nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa II, TCC I e TCC II, pertencentes ao currículo do Curso de Graduação em LII.

Art. 7º - O aluno orientando tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

1. Definir seu professor orientador, conforme instruções contidas neste Regulamento, quando estiver cursando a disciplina de Metodologia de Pesquisa II, decorrida a primeira etapa tempo universidade do sétimo semestre letivo do referido curso;
2. Preencher e solicitar ao orientador o preenchimento da Declaração de Orientação, quando estiver cursando a disciplina de Metodologia de Pesquisa II, entregando-a ao professor responsável pela disciplina durante a segunda etapa tempo universidade do sétimo semestre letivo do curso;
3. Solicitar, se for o caso, a troca de orientador para o Colegiado do Curso LII, com parecer do ex-orientador e do futuro orientador, até o final da segunda etapa universidade do sétimo semestre letivo;
4. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC de sua área ou pelo seu orientador;
5. Manter contatos periódicos com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, de acordo com horário previamente fixado, devendo justificar eventuais faltas;
6. Cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador de TCC de sua área para entrega da versão semifinial de TCC, em três vias;
7. Elaborar a versão final de seu TCC de acordo com o presente Regulamento e as instruções da banca examinadora;
8. Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC; e
9. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

IV - Dos(as) Coordenadores(as) de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 8º - Os Coordenadores de TCC, em número de três, por terminalidade, são os docentes responsáveis pelas disciplinas HST 8029 - TCC I e HST 8032 - TCC II, sendo a eles computadas as cargas horárias destas disciplinas.

Art. 9º - Aos Coordenadores de TCC compete:

1. Elaborar e divulgar em murais e junto à Coordenadoria do Curso, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das defesas, da entrega da versão semifinial para a banca e o recebimento da versão final para o encerramento da disciplina;
2. Atender os alunos matriculados nas disciplinas TCC I e TCC II;
3. Articular o acompanhamento dos TCCs com os professores orientadores e alunos matriculados nas disciplinas TCC I e TCC II;
4. Manter, na Secretaria do Curso, arquivo atualizado com os projetos de TCC em desenvolvimento;
5. Manter atualizado o livro de atas das defesas;
7. Providenciar o encaminhamento à biblioteca setorial de cópias dos TCC aprovados;
8. Homologar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
9. Transmitir, ao professor orientador, sua avaliação sobre o desenvolvimento da pesquisa do orientando, que deverá ser levada em conta no momento da avaliação final do TCC, pela banca examinadora;
10. Encaminhar, com a maior brevidade possível, as cópias dos TCCs para os membros da banca examinadora;
11. Manter um banco de dados, alimentado semestralmente na secretaria de curso, com resumos dos TCCs dos/as alunos/as;

13. Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

V - Do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 10 - O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com as orientações dadas pelo professor responsável pela disciplina HST 8027 - Metodologia de Pesquisa II a qual ele está matriculado, acrescidas das recomendações ministradas por seu orientador.

Art. 11 - Em casos justificados e avaliados pelo orientador e coordenador de TCC de sua área, o projeto poderá ser elaborado em dupla.

Art. 12 - A estrutura formal do projeto deverá conter: problemática, objetivos, justificativas, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, cronograma e referências bibliográficas.

Art. 13 - Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

1. Ocorrer a mudança durante a primeira etapa tempo universidade, referente ao semestre letivo no qual o aluno estiver matriculado na disciplina de TCC I;
2. Haver a aprovação do professor orientador; e
3. Existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

Parágrafo Único - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do orientador.

VI - Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 14 - O Trabalho de Conclusão de Curso poderá se constituir em forma de monografia, artigo, material didático, vídeo, ou outra forma, desde que acordadas anteriormente com o orientador e o Coordenador de TCC de sua área.

Parágrafo Único – O TCC poderá ser bilíngue.

Art. 15 - A estrutura formal do TCC deverá conter: problemática, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos e referências bibliográficas.

Parágrafo Único – Em caso do TCC ser constituído em forma de material didático, vídeo, ou ainda outro formato, deverá ser acompanhado de relatório que apresente sua estrutura formal, com problemática, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos e referências bibliográficas.

VII - Da Banca Examinadora

Art. 16 - O TCC é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, por outro membro com qualificação adequada para o julgamento do trabalho e um suplente, que assumirá na ausência do segundo membro ou poderá optar pela participação na banca mesmo com a presença deste.

Parágrafo Único - Pelo menos um membro da banca deverá integrar o corpo docente do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

Art. 17 - Um dos componentes da banca poderá ser um profissional graduado em área correlata ao curso, não pertencente ao quadro docente desta Universidade, desde que desenvolva ou tenha desenvolvido pesquisa na área relacionada ao tema do TCC.

VIII - Da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 18 - As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas e poderão ser realizadas na Universidade ou na Comunidade a qual o aluno está vinculado.

Parágrafo Único - Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes de suas defesas.

Art. 19 - O TCC poderá ser apresentado em língua guarani, kaingang ou xokleng/laklãnõ, desde que haja tradução compatível na ocasião.

Art. 20 - Os Coordenadores de TCC devem elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos TCCs, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

Parágrafo 1º - O prazo máximo para a entrega da versão semifinal do TCC à banca examinadora deverá ser de quinze dias antes da defesa.

Parágrafo 2º - Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo Orientador e pelo Coordenador de TCC da área.

Parágrafo 3º - Comprovada a existência de motivo justificado e a anuência do professor orientador, pode ser atribuído, a requerimento do aluno, o conceito “I”, ficando, neste caso, a defesa adiada para o semestre seguinte, em período previsto no calendário e que pode anteceder o período destinado às defesas regulares, não sendo o aluno obrigado a frequentar os seminários da disciplina de TCC.

Parágrafo 4º - Não será admitido um segundo atraso ou a manutenção do conceito “I” por período superior a um semestre, situações nas quais será atribuída nota zero na disciplina TCC II.

Art. 21 - Na defesa, o aluno tem até vinte minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora tem até vinte minutos para fazer sua argüição, dispondo ainda o discente de igual tempo para responder a cada um dos examinadores. Faculta-se ao público a participação na argüição, dispondo o aluno de igual tempo para respostas.

Parágrafo Único - Cabe ao aluno providenciar, junto à Universidade, os equipamentos audiovisuais necessários para a sua defesa.

Art. 22 - A atribuição de notas dá-se após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador (levando em consideração o texto escrito - monografia, artigo, material didático, relatório - e o material audiovisual ou outra forma), o parecer do Coordenador de TCC da área, a sua exposição oral e a defesa na argüição pela banca examinadora.

Parágrafo 1º - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo 2º - Para aprovação, nenhuma nota individual dos membros da banca examinadora poderá ser menor do que 6,0 (seis).

Parágrafo 3º - Na atribuição da nota, a banca deverá levar em conta a avaliação fornecida, previamente, pelo Coordenador de TCC específico.

Art. 23 - A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC.

Art. 24 - A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas respectivo, ao final da sessão de defesa.

Art. 25 - Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação na disciplina de TCC definitiva.

Parágrafo 1º - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de

TCC e com o mesmo orientador.

Parágrafo 2º - Optando pela mudança de tema, o aluno deverá elaborar novo projeto, submetendo-o à aprovação do Orientador e do Coordenador de TCC da área.

IX - Da Entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 26 - A versão definitiva deve ser encaminhada ao orientador que avaliará se as modificações foram realizadas e, uma vez de parecer favorável, assinará a mesma em sua folha de rosto e a entregará ao Coordenador de TCC da área.

Art. 27 - Para a conclusão da disciplina, o aluno deverá atender as recomendações apresentadas pela banca examinadora, entregando a versão definitiva ao orientador em até cinco dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Escolar da UFSC.

X - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28 - Os professores participantes das bancas receberão portaria expedida pela Chefia do Departamento.

Art. 29 - Este Regulamento entra em vigor a partir do segundo semestre de 2013.

Art. 30 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso LII.

Aprovado pelo Colegiado do Curso em 31.10.13.

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS –
AACCs OFERTADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E/OU OUTROS
EVENTOS EXTERNOS AO CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA**

Cada aluno, devidamente matriculado no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – LII, na UFSC, deverá cumprir uma carga horária obrigatória de **252 h/a** em Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs, conforme indicação no PPC do curso, aprovado pelo MEC em 2009, sem as quais não concluirá o curso.

O curso LII ofertará o total de horas previstas durante as etapas letivas no Tempo Universidade. No entanto, cada aluno/a poderá optar em cumprir 20% [correspondente a 50 h/a] em AACCs correlatas ao curso na comunidade, em outros centros de ensino e pesquisa, em eventos acadêmicos, científicos ou técnicos.

O certificado será apresentado à coordenação do curso, que o apreciará e, em caso de validação, computará ao aluno/a as horas externas ao Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

No caso das atividades promovidas pelas comunidades indígenas que não dispuserem certificação, o aluno deverá providenciar uma declaração conforme modelo anexo devidamente assinado pelo cacique da Terra Indígena ou Diretor da Escola e pelo promotor do evento.

Regimento aprovado na reunião do Colegiado em 31.10.13.

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM AACC

Declaro para os devidos fins que o/a acadêmico/a:

_____ (nome completo) _____ (nº Matrícula), aluno/a regularmente matriculado/a no curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina, participou da Atividade Acadêmico-Científico-Cultural - AACC denominada:

Organizado por/pela: _____

_____, na qualidade de ()

Ouvinte; () Assessor; () Observador; () Outro _____.

A atividade cumpriu os seguintes objetivos:

Correspondendo a _____ horas (um dia de atividades corresponde a 8 h/a), na data de:

Local _____ Data _____

Assinatura do/a Cacique ou Diretor/a da
Escola

Assinatura do/a Organizador/a da AACC